



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LUÍZA WEHBE SABINO

**A POBREZA FEMININA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO À LUZ DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ROCINHA - RIO DE JANEIRO**

BELO HORIZONTE

18 DE FEVEREIRO DE 2019

LUÍZA WEHBE SABINO

**A POBREZA FEMININA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO À LUZ DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ROCINHA - RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção de título de Mestra em Sociologia do
curso de Pós-Graduação em Sociologia, da
Universidade Federal de Minas Gerais

Orientadora: Profa. Dra. Yumi Garcia dos
Santos

BELO HORIZONTE

18 DE FEVEREIRO DE 2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFMG

Sabino, Luíza Wehbe

A POBREZA FEMININA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO À LUZ DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ROCINHA - RIO DE JANEIRO / Luíza Wehbe Sabino. - 2019.

152 f.: il.

Orientadora: Yumi Garcia dos Santos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia Ciências Humanas.

1.Pobreza Feminina. 2.Familismo. 3.Programa Bolsa Família. 4.Divisão Sexual do Trabalho. I.Santos, Yumi Garcia dos. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia Ciências Humanas. III.Título.

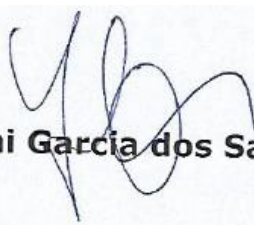
LUÍZA WEHBE SABINO

**A POBREZA FEMININA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO À LUZ DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ROCINHA - RIO DE JANEIRO**

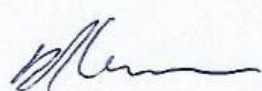
Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção de título de Mestra em Sociologia do
curso de Pós-Graduação em Sociologia, da
Universidade Federal de Minas Gerais

Aprovada em: 18/02/2019.

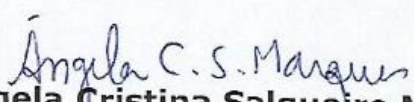
COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Yumi Garcia dos Santos (Orientadora- DSO/UFMG)



Prof. Dr. Dimitri Fazito de Almeida Rezende (DSO/UFMG)



Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques (DCS/UFMG)

À minha querida mãezinha, sem você, eu nem mesmo teria ingressado neste Mestrado.

A Carolina, Dandara, Elza, Joana Angélica, Leila, Leolinda, Margarida Maria, Maria Quitéria, Marta, Nísia, Tarsila: são vocês as verdadeiras autoras desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

A **Deus** e aos meus anjos da guarda, por me ajudarem a trilhar os meus caminhos e me mostrarem que, no fim, tudo dá certo!

À minha **mãe** que, como ela diz, sempre acreditou em meu potencial e, nos momentos em que eu pensava em desistir de tudo e morar na praia, ela me dizia para persistir, para lutar e nunca desistir dos meus sonhos. Mãezinha, você é o meu maior exemplo de mulher forte, guerreira, que dedicou todo o seu amor à minha criação, que se desdobrava nas duplas, até triplas jornadas, e ainda se questionava “se era uma boa mãe”. Tenha a certeza de que você é sim a melhor mãe do mundo, a minha melhor amiga e a minha alma gêmea. Tudo que sou, devo a você.

E também ao meu **pai**, grande exemplo de servidor público, que sempre me apoiou em todas as minhas decisões e me concedeu ensinamentos que me tornaram uma mulher de pensamento crítico, com um olhar que vai além da minha bolha social na classe média. Paizinho, obrigada por ser um homem de cabeça aberta, pelas horas de conversas sobre política, cidadania e feminismo!, pelos válidos puxões de orelha, por acreditar que, se eu quiser, sou capaz de realizar o impossível e que, para isso, devo sempre caminhar com meus próprios pés.

Ao **Leo**, namorado, companheiro e melhor amigo. Você foi essencial durante o meu processo de escrita e nas longas horas de estudos. Obrigada por me escutar, por me ajudar até mesmo com o conteúdo da dissertação, por se preocupar com os meus prazos de entrega (e se desculpar toda vez que você pensava que estava me atrapalhando, mas nunca estava), por me acordar quando eu dormia com o livro na mão, e ainda tinha que escrever um capítulo.

À **Yumi**, minha orientadora, obrigada pela orientação de excelência, pela paciência nas horas em que passávamos no Skype, no WhatsApp e no telefone, pela compreensão quando eu tive que me mudar, repentinamente, para o Rio de Janeiro. Desde antes de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, eu queria você como minha orientadora, e hoje eu tenho a confirmação do porquê. Admiro muito você e a sua trajetória acadêmica, uma grande inspiração para mim.

A todas e todos **docentes** do PPGS, que me permitiram continuar na turma de 2017.1, mesmo longe de BH: Prof^a Dr^a **Ana Marcela**, Prof. Dr. **Bráulio**, Prof. Dr. **Cláudio Beato**, Prof. Dr. **Cláudio Santiago**, Prof. Dr. **Jerônimo**, Prof^a Dr^a **Ludmila**, Prof. Dr. **Marden**, Prof. Dr. **Renan**. E, também, à Secretária da Pós, **Renata**, por tantos e-mails trocados!

À Profª Drª **Ângela**, por ter participado da minha banca e ter contribuído para o aprimoramento desta dissertação. Seu profundo conhecimento, sua simpatia e sua disposição me fizeram sair tão feliz da qualificação e mais animada para seguir adiante.

Ao Prof. Dr. **Dimitri**, por participar da minha vida acadêmica desde a graduação e por acreditar que eu tinha um “potencial” para ingressar na pós-graduação. Essas palavras com certeza foram um grande incentivo para que eu aceitasse esse desafio.

Aos/às discentes da turma 2017.1, principalmente à **Bárbara Lana** e à **Cibele Satuf**, obrigada por todo o apoio desde a minha mudança ao Rio.

A todo o pessoal do CRAS Rinaldo de Lamare e da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, principalmente à **Silvana**, por ter se empenhado na autorização da minha pesquisa, e à **Valéria**, pelo acolhimento no CRAS.

Às minhas **amigas**, de BH e do Rio, pela compreensão quando não pude sair tantas e tantas vezes, pois tinha que “terminar a dissertação”. Esse tempo parecia durar uma eternidade!

Às **11 mulheres**, as vozes desta dissertação, o meu muito obrigada por compartilhar comigo a história de suas vidas. Sei que muitas coisas que vocês contaram foram lá do fundo do coração, e não “se abririam” com qualquer pessoa. Fico feliz que vocês tenham se sentido tão à vontade comigo (e eu não era a “psicóloga ruiva”, como muitas de vocês inicialmente pensaram!). Obrigada por acreditarem em algo maior que poderá advir desses estudos.

*Enquanto o Sol nasce
Ela abre seus lindos olhos de avelã e
Começa
Seu bebê chora
Ela o pega no colo e lhe diz lindas mentiras
Novamente*

*Ela vem da favela
Dos morros de Santa Teresa
Debaixo do Redentor
E do Sol lá no céu
Ela vem da favela
Me pergunta: E aí, beleza?
Debaixo do Redentor
Onde os morros ganham vida*

Ela trabalha na noite da favela

*E o vento sopra
Ela mora em ruas solitárias onde ninguém
anda sozinho
Apenas uma jovem garota
Nascida no lado esquerdo deste mundo destro
Ela sabe*

*Ela vem da favela
Dos morros de Santa Teresa
Debaixo do Redentor
E do Sol lá no céu
Ela vem da favela
Me pergunta: E aí, beleza?
Debaixo do Redentor
Onde os morros ganham vida*

Ela trabalha na noite da favela

*No fundo das cores e das ruas
Perdida nas batidas do funk da favela
Prisioneira
Dançando na favela
Seguros na baía de Ipanema
Fazemos um brinde em um feriado
É um mundo desequilibrado
Quando você é uma garota
Nascida em um nada*

Favela – Alok e Ina Wroldsen

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A POBREZA FEMININA E OS SEUS DEBATES	20
1.1 Contexto internacional e o surgimento do tema.....	20
1.2. A Feminização da Pobreza como um fenômeno	22
1.3. As faces da monoparentalidade.....	26
1.4. A pobreza feminina no Brasil e as suas aplicações e implicações.....	29
1.5 Uma descrição de indicadores sobre desigualdade de gênero no Brasil.....	33
2 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM FOCO NA FAMÍLIA	42
2.1 O Familismo: a moralidade da família levada em conta nas políticas públicas.....	42
2.2 O Programa Bolsa Família: Valores do benefício e critérios para o recebimento em 2018.....	50
3 APRESENTAÇÃO DO CAMPO.....	54
3.1 A análise de relatos como metodologia qualitativa.....	54
3.2 Breve histórico do surgimento das favelas no Rio de Janeiro.....	59
3.3 A Rocinha.....	62
3.4 O CRAS Rinaldo de Lamare	68
3.5 As mulheres da Rocinha.....	70
4 OS RELATOS DE VIDA DAS MULHERES DA ROCINHA.....	75
4.1 Trajetórias de vida.....	75
4.2 Relacionamentos amorosos e vida conjugal.....	86
4.3 Estudos, profissão, projetos.....	95
4.3.1. A Divisão Sexual do Trabalho: breve histórico	96
4.4 Moradia e condições materiais	113
5 O PBF NA VIDA DAS MULHERES DA ROCINHA: CONDICIONALIDADES, INSERÇÃO SOCIAL, AUTONOMIA.....	121
5.1 As condicionalidades e a conciliação entre trabalho reprodutivo e produtivo.....	121
5.2 Cidadania e o PBF : “direito” ou “ajuda”?.....	125
5.3 A inserção social das mulheres beneficiárias do PBF na Rocinha.....	129
5.3.1 Autonomia financeira, emocional e reprodutiva	132
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
ANEXOS	151

RESUMO

O presente trabalho discute, inicialmente, a ainda controversa existência do fenômeno da Feminização da Pobreza, por meio do amparo da literatura nacional e internacional e de seus desdobramentos. Para o Brasil, a partir da análise de pesquisas domiciliares como a PNAD, tem-se mostrado que, apesar de as mulheres possuírem mais tempo de estudo que os homens, estas apresentam uma maior taxa de desocupação, e a desigualdade salarial no mercado laboral permanece. No que tange à renda, os lares chefiados por mulheres são mais pobres e a situação se degrada quando a chefia feminina é exercida pela mulher negra. A discussão sobre a divisão sexual do trabalho demonstra que as mulheres foram historicamente prejudicadas pela inferiorização de seu gênero, de forma social, econômica e política, já que isso as impossibilitou de exercer profissões mais valorizadas, e gerou um acúmulo grande da carga de trabalho, sendo o trabalho doméstico nunca reconhecido ou remunerado. Em países marcados por uma profunda desigualdade social, como o Brasil, somente a existência de políticas públicas pode ser capaz de mitigar a pobreza e o enorme fosso que separa os gêneros, as classes e as raças, das oportunidades e das possibilidades de aquisição de uma vida digna.

Em um segundo momento, a pesquisa trará a entrevista com 11 mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, no bairro Rocinha, no município do Rio de Janeiro. O Programa tem como objetivo primordial o enfrentamento da transmissão intergeracional da pobreza, mas pode ocasionar uma espécie de “ganho marginal” e produzir alguma emancipação a elas. As entrevistas procurarão captar, de forma autêntica, as percepções das mulheres quanto às suas situações de vida, aos seus cotidianos, aos seus anseios, aos seus questionamentos, com um enfoque essencial em suas trajetórias de vida, contadas por meios de relatos livres e espontâneos.

Acreditamos que a possível aquisição de independência e autonomia por essas mulheres perpassa as instâncias governamentais, quando da necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas para a questão da desigualdade de gênero, conjugada com a da raça, que se afastariam das concepções tradicionais que associam a mulher a papéis pré-definidos na sociedade: mães, esposas e donas-de-casa.

Palavras-chaves: Pobreza Feminina; Programas de Transferência de Renda; Programa Bolsa Família; Divisão Sexual do Trabalho; Familismo. Rocinha.

ABSTRACT

The present work discusses, initially, the still controversial existence of the phenomenon of the Feminization of Poverty, through the support of the national and international literature and its unfolding. For Brazil, from the analysis of household surveys such as the PNAD, it has been shown that, although women have more study time than men, they have a higher rate of unemployment, and wage inequality in the labor market remains. Regarding the income, women-headed households are poorer, and the situation deteriorates when female headship is exercised by the black woman. The discussion on the sexual division of labor shows that women have historically been disadvantaged by the inferiority of their gender, in a social, economic and political ways, since this made it impossible for them to exercise more valued professions, generated a great accumulation of workload, and domestic work is never recognized or remunerated. In countries marked by a deep social inequality, such as Brazil, only the existence of public policies can be able to mitigate the poverty and the enormous gap that separates the genders, the classes and the races, in the opportunities and the possibilities of acquiring a decent life.

In a second moment, the research will bring the interview with 11 women that are beneficiaries of the Bolsa Família Program, in the Rocinha neighborhood, in the city of Rio de Janeiro. The main objective of the Program is addressed to mitigate the intergenerational transmission of poverty, but it can bring a kind of "marginal gain" and produce some emancipation of the beneficiary. The interviews will seek to collect the perceptions of women about their life situations, their daily lives, their anxieties, their questions, with an essential focus on their life trajectories, told by free and spontaneous reports.

We believe that the possible acquisition of independence and autonomy by these women permeates the governmental instances, by elaborating public policies focused on the issue of gender inequality, coupled with that of race, that would depart from the traditional conceptions that associate women to pre-defined roles in society: mothers, wives and housewives.

Keywords: Female Poverty; Income Transfer Programs; Programa Bolsa Família; Sexual Division of Labor; Familism; Rocinha.

LISTA DE ABREVIACES

BF: Bolsa Família

BPC: Benefício de Prestao Continuada

Cadúnico: Cadastro nico do Governo Federal

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CEF: Caixa Econmica Federal

CIEP: Centros Integrados de Educao Pública

DEAM: Delegacia Especializada no Atendimento  Mulher

FIES: Financiamento Estudantil

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econmica Aplicada

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate  Fome

PBF: Programa Bolsa Família

Pronatec: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

ProUni: Programa Universidade para Todos

PTRs: Programas de Transferência de Renda

RJ: Rio de Janeiro

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SUS: Sistema nico de Saúde

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Número	Título	Página
1	Via Ápia, Rocinha	62
2	Chácara que ocupava o morro onde hoje é a Rocinha	63
3	Beco na Localidade Barcelos - Rocinha	64
4	Casa em Vila Macega, Rocinha	65
5	Crianças brincam em frente à sua casa – Barcelos, Rocinha	66
6	Vista externa Centro Municipal de Cidadania Rinaldo de Lamare, em São Conrado, RJ	68
7	Complexo Esportivo da Rocinha	70

LISTA DE TABELAS

Número	Título	Página
1	Distribuição percentual das famílias chefiadas por homens, segundo cor/raça e faixa de anos de estudo do chefe de família, em 1995	36
2	Distribuição percentual das famílias chefiadas por homens, segundo cor/raça e faixa de anos de estudo do chefe de família, em 2015	37
3	Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça e faixa de anos de estudo do chefe de família, em 1995	37
4	Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça e faixa de anos de estudo do chefe de família, em 2015	38
5	Distribuição percentual das famílias chefiadas por homens, segundo cor/raça e condição de atividade e ocupação do chefe de família - Brasil, 1995 e 2015	39
6	Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça e condição de atividade e ocupação do chefe de família - Brasil, 1995 e 2015	40

LISTA DE QUADROS

Número	Título	Página
1	Perfil Social das Mulheres	71
2	Naturalidade, Estudos e Trabalho	71
3	Conformações Familiares e Religião	72

INTRODUÇÃO

Os estudos de gênero são importantes quando se objetiva entender o porquê de a mulher ter um lugar social com limites tão bem definidos e difíceis de serem ultrapassados, até os dias de hoje. É mister, contudo, notar, que há mulheres que vivenciam desigualdades não apenas relativas ao gênero, mas também à sua raça e à sua classe. São essas mulheres as mais negligenciadas pelo Estado, as que ainda se deparam com obstáculos para terminar seus estudos, que não se inserem no mercado formal de trabalho, que fazem parte das maiores estatísticas de feminicídio, que cuidam da casa e dos filhos das mulheres das classes mais altas, e deixam os seus, contando, quando podem, com redes de solidariedade em sua comunidade.

Devido a desigualdades históricas entre os gêneros, que levam a situações de inferiorização, submissão, assimetrias de poder e marginalização, as mulheres estiveram em patamares sociais, políticos e econômicos inferiores em relação aos homens, e entre elas mesmas, quando se faz um recorte entre as classes e as raças, no que tange à questão da autonomização, da escolarização e do trabalho, e das relações nas vidas pública e privada.

Nas últimas décadas do século XX, o debate internacional sobre a possível existência de uma “feminização da pobreza” ganhou destaque nos discursos das organizações internacionais, e as famílias monoparentais de chefia feminina foram apontadas como as mais pobres e as mais vulneráveis entre os diversos arranjos familiares. Entende-se que, como as mulheres possuem uma maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, e se encontram em profissões de menor prestígio e mais subalternas, a renda desses lares seria menor, já que elas também não podem contar com a presença do cônjuge para a compartilhamento das despesas e das tarefas de criação e de cuidado dos filhos.

As mulheres podem, tampouco, contar com a atuação do Estado, o qual é essencial no alívio da sua responsabilidade nas funções do cuidado, por meio da construção de mais creches, pré-escolas e de escolas em tempo integral¹. Assim, elas se apoiam em redes informais de apoio, as quais são conformadas por outras mulheres, e que estão, da mesma forma, em situações de pobreza.

Entretanto, é necessário que se faça uma análise específica para o contexto brasileiro, ao buscar se a monoparentalidade é realmente um fator de empobrecimento feminino, desde que muitas

¹ Lavinás e Nicoll, 2006.

mulheres já se encontravam em situações de pobreza mesmo com presença de um cônjuge em seu arranjo familiar².

No Brasil, a partir de 2003, com o início de um governo de centro-esquerda e progressista, e que tinha como pauta principal o combate à fome e à pobreza, os Programas de Transferência de Renda (PTRs) se mostraram urgentes e se tornaram o carro chefe entre as políticas públicas. Era necessário que a assistência social voltasse a ser exercida pelo Estado, em meio a um cenário no qual as oportunidades e as possibilidades se faziam limitadas, ou mesmo ausentes, para grande parcela da população.

O Programa Bolsa Família (PBF) se destaca por ter sido uma política reconhecida internacionalmente no seu mecanismo de implementação (que passa pelas condicionalidades) e na sua efetividade mais imediata no combate à pobreza extrema e à miséria. Em articulação com os estados e os municípios, o programa tenta realizar, de maneira eficaz, a seleção de seus beneficiários, os quais, em sua maioria, são as mulheres, e há explicações para isso. Uma delas é o crescente número de famílias cuja chefe é a mulher e, muitas vezes, é ela a única fonte de renda familiar. A outra é a correspondência da mulher aos papéis tradicionalmente impostos ao seu gênero, que se relacionam aos cuidados da casa e de seus filhos: elas são, portanto, tidas como as melhores executoras de programas sociais, em contextos neoliberais, que têm a família como a maior responsável pelo seu próprio bem-estar. Portanto, embora o objetivo do programa seja o combate à reprodução da pobreza intergeracional (Jenson, 2012), o repasse do benefício é feito para as mulheres enquanto responsáveis pelo uso - correto - do recurso.

Dessa forma, a pesquisa tem como pergunta central, levando em consideração o debate feminista, a possibilidade de o Programa Bolsa Família, enquanto efeito não programado, conseguir mitigar a pobreza feminina no Brasil, com uma repercussão não apenas no ganho de renda das beneficiárias, mas, também, na aquisição de autonomia, emancipação e por parte dessas mulheres, já que são elas que têm acesso ao dinheiro.

Assim, o objetivo geral deste trabalho será buscar compreender o papel do PBF na vida das beneficiárias do programa e sua relação com a questão da pauperização das mulheres.

Será a partir da revisão bibliográfica sobre a temática da pobreza feminina, das análises sobre a implementação do PBF no Brasil, do panorama quantitativo da situação socioeconômica entre homens e mulheres e, principalmente, da observação das trajetórias de 11 mulheres

² Santos, 2008; Lavinias e Nicoll, 2006.

beneficiárias na Rocinha, Rio de Janeiro, por meio de entrevistas semi-diretivas, que se pretende alcançar esse objetivo.

Há, também, três objetivos específicos. O primeiro consiste em compreender se as mulheres brasileiras estão empobrecendo em termos comparativos – em relação aos homens -, absolutos e entre elas mesmas³.

O segundo buscará entender as diferentes situações socioeconômicas vividas ao longo de suas vidas, no sentido de compreender de maneira qualitativa seus percursos e o modo como o PBF se situa nessas trajetórias.

O terceiro será verificar se há uma conexão positiva entre o recebimento do PBF e uma melhoria de vida as próprias beneficiárias, a partir da análise de funcionamento do programa e do possível efeito sobre sua autonomia e sua emancipação.

A metodologia utilizada será, primeiramente, uma análise de dados quantitativos da PNAD/IBGE, e da Pesquisa do IPEA “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”. Na segunda parte, a pesquisa trará uma análise das trajetórias de 11 mulheres beneficiárias do PBF no bairro Rocinha, no município do Rio de Janeiro e, a partir de seus relatos, buscar-se-á compreender o papel do PBF em suas trajetórias e em seus cotidianos, e se esta política pública seria capaz de não apenas interromper o ciclo intergeracional da pobreza, mas também de gerar algum ganho de autonomia e de emancipação pelas próprias mulheres.

Dessa forma, no Capítulo 1, traremos o debate sobre a Feminização da Pobreza como um possível fenômeno global e, também, brasileiro. A existência desse fenômeno não é unânime na literatura e a pobreza feminina pode afetar as mulheres de maneiras distintas, dependendo do país onde vivem, do meio: se rural ou urbano, do acesso a recursos e da forma como são estabelecidos os seus relacionamentos. No Brasil, por exemplo, mostraremos que nem sempre a monoparentalidade é responsável pela pobreza feminina, já que muitas mulheres casadas permanecem ou se tornam ainda mais pobres.

No segundo capítulo, apresentaremos o histórico do Programa Bolsa Família, suas políticas precursoras, sua forma de seleção das beneficiárias e o valor dos repasses, atualizados até o ano de 2018. Instiga-nos o motivo pelo qual as mulheres são mais de 90% das titulares do programa e são, também, consideradas as “melhores gestoras”. Sabemos que o Programa não foi

³ É preciso fazer um recorte específico de raça, com respaldo na desigualdade racial brasileira e também de classe social, esta com base nos critérios determinados para a seleção das famílias beneficiárias do PBF.

constituído com um viés de gênero, mas investigamos se ser a titular causa alguma externalidade positiva à mulher ou se isso contribui para que se reafirmem “papeis tradicionais de gênero”.

Ademais, o debate em torno do “familismo” nas políticas assistências de transferência de renda também será abordado nesta seção. Apresentaremos a ideia de que uma corresponsabilidade entre Estado e a própria família para a promoção do seu bem-estar, materializada por meio de condicionalidades impostas nas PTRs, seria um fator que perpetuaria divisão tradicional de papeis de gênero, e que dificultaria uma autonomização feminina, por ser a mulher a maior responsável pelos cuidados dos diversos membros da família e pelo cumprimento de tais contrapartidas.

Para o aprofundamento da temática, nós também recorreremos à análise qualitativa, em um contexto de pobreza urbana. Escolhemos investigar como as mulheres manejam o recurso do Bolsa Família, no dia-a-dia - não sem antes saber o que a levou a estar nessa situação -, por meio da escuta de suas trajetórias de vida, na maior favela da América Latina, a Rocinha, que está, por sua vez, localizada em uma das cidades mais caras do Brasil, o Rio de Janeiro. Assim, no capítulo 3, apresentaremos o campo de pesquisa e também as 11 mulheres com quem conversamos

Posteriormente, no quarto capítulo, apresentaremos essas mulheres, que são aqui consideradas as verdadeiras autoras desta dissertação, bem como os seus relatos de vida. Veremos que muitas vieram do Nordeste em busca de emprego e de melhorias em suas vidas. Outras nasceram na favela e ainda nela permanecem, o que evidencia uma dificuldade de “descolamento” da pobreza. A ascensão social não é, definitivamente, uma questão de “meritocracia”. Assim, estabelecemos que a Rocinha é um lugar que abriga as migrantes nordestinas e as cariocas pobres. Mulheres que tiveram que adiar ou parar de vez os seus estudos para sustentarem a si e às suas famílias. Mulheres que ainda possuem projetos, mas demonstram que nada vem antes de o bem-estar de suas crianças. Elas também mostram que se sentem mais livres quanto aos seus relacionamentos e evidenciam que hoje sabem “ser felizes sozinhas”. Neste capítulo, a pesquisa costurará os debates sobre a divisão sexual do trabalho e de como isso afeta a renda das mulheres no mercado de trabalho, devido à naturalização da responsabilidade feminina sobre as funções de reprodução, com os relatos das mulheres da Rocinha. Tal situação leva a uma necessidade de conciliação entre as tarefas domésticas e a inserção no mercado de trabalho

pela mulher, o que dificultaria o seu acesso a profissões mais prestigiadas e que exigem maior qualificação.

Por fim, no Capítulo 5, arremataremos o papel desempenhado pelo PBF na vida dessas mulheres com a percepção, por elas, sobre o cumprimento das condicionalidades, e se elas veem o benefício como um direito seu ou como uma ajuda governamental. Por fim, traremos uma discussão mais atualizada sobre a percepção das mulheres sobre uma aquisição de autonomia – financeira, emocional e reprodutiva - que não é automaticamente gerada pelo PBF, mas que pode ter sido desenvolvida ao longo de suas vidas, nas quais o Programa passou a fazer parte em determinado momento de suas histórias.

1 A POBREZA FEMININA E OS SEUS DEBATES

1.1 Contexto internacional e o surgimento do tema

A pobreza feminina despertou a ideia da possível existência de um fenômeno chamado “feminização da pobreza”, o qual ganhou notoriedade a partir de sua discussão internacional nos fóruns das organizações internacionais. Há o destaque para as conferências da ONU, realizadas em 1975, no México; em 1980, em Copenhague; em 1985, em Nairóbi; e em 1995 em Pequim⁴, que trouxeram a ideia de que as mulheres estavam empobrecendo mais, e em ritmo mais acelerado, ao serem comparadas aos homens, mas, também, em termos absolutos.

Esse fenômeno ficou mais evidente em estudos que mostravam um aumento da pobreza nos domicílios chefiados por mulheres, sem presença de cônjuge e com filhos (NOVELLINO, 1999: 1). Assim, no mundo anglo-saxão, a “*Feminization of Poverty*” foi tema de pesquisa da socióloga Diana Pierce (1978), que investigou os lares de mulheres chefes de família e percebeu que estes apresentavam maiores condições de vulnerabilidade social, de pobreza e de diversas violências e desigualdades.

A discussão internacional girava em torno, também, da falência de um modelo de família que tampouco fora experienciado pelas mulheres pobres: a família nuclear⁵, algo tipicamente difundido pelas classes mais abastadas da sociedade. Assim, no mundo ocidental, a projeção das camadas mais altas era sobre a consistência da família nuclear biparental – formada pelo casal heterossexual e pelos filhos -, na qual a autoridade máxima era o homem, que também era o principal provedor financeiro, e a mulher, a responsável primeira pelas tarefas domésticas e de cuidados, com uma atuação marginal no mercado de trabalho, o que evidenciava a existência de hierarquias e autoridades entre os cônjuges.

⁴ Maria Luiza Viotti, 2009, em Publicação do Instituto Patrícia Galvão. Na Conferência de Pequim, “Identificaram-se doze áreas de preocupação prioritária, a saber: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina” (página 149).

⁵ Silveira e Silva, 2013.

Assim, esse arranjo familiar não era a maior realidade para as mulheres pobres, já que elas, na maioria das vezes, estavam inseridas no mercado de trabalho, com vistas ao sustento e à sobrevivência de sua família, principalmente quando da ausência de um cônjuge, e eram apontadas como as chefes de suas famílias.

Não obstante, as famílias mais pobres podem ser, muitas vezes, compostas por diversos parentes, além dos cônjuges e seus filhos. É comum a agregação de avós, avôs, tios, tias, sobrinhos e sobrinhas, para além do núcleo familiar, e que também exercem um papel fundamental no compartilhamento das tarefas de criação e de cuidados, o que permite que as mulheres-mães, em idade economicamente ativa, possam exercer os seus trabalhos remunerados.

[...] A partir de dados de diferentes países latino-americanos, as estratégias familiares dos domicílios de chefia feminina são distintas e podem permitir a compensação dos diferenciais de renda pela mobilização da rede de parentesco, seja formando estruturas familiares complexas em um mesmo domicílio, seja mantendo fortes vínculos com parentes e, assim, estabelecendo redes de solidariedade entre domicílios (González de la Rocha, 1999). Estas constatações são corroboradas por dados a respeito do Brasil (BILAC, 2002) (BILAC, 2006, p. 56).

Por isso, segundo Bilac, “a consagração do modelo de família nuclear como protótipo da família da modernidade ignorou o fato de que os parentes continuam a desempenhar um papel fundamental na vida familiar do brasileiro”. (BILAC, 2006, p. 57).

Da mesma forma, com o aumento dos lares monoparentais de chefia feminina, a questão da monoparentalidade se tornou central no debate da feminização da pobreza, devido à sua possível influência em relação ao grau de pobreza desses lares. Com a sobrecarga de trabalho da mulher – duplas ou triplas jornadas –; a baixa remuneração auferida, por estarem inseridas em trabalhos mais desvalorizados e de menor prestígio e, também, por terem baixa instrução escolar e pouca qualificação profissional; e o alto número de dependentes, não apenas filhos e filhas, mas também outros parentes e idosos e idosas, fazem com que a renda dessa família se dilua a ponto de se tornar insuficiente, mesmo para a sobrevivência das pessoas que a compõem.

1.2. A Feminização da Pobreza como um fenômeno

A feminização da pobreza, como sua expressão esclarece, seria um fenômeno, notabilizado como um processo: é a possibilidade de a pobreza estar, de fato, acometendo mais as mulheres do que os homens, ao se comparar a situação social entre os dois gêneros ao longo do tempo.

A conferência mais emblemática da ONU, que tratou da existência do fenômeno da feminização da pobreza, foi a Pequim, em 1995. Segundo o relatório da Organização, mais de 1 bilhão de pessoas viviam, à época, em situação de pobreza extrema no mundo, sendo que 70% desse número era composto por mulheres⁶.

Assim, a partir da década de 1990, as discussões sobre a existência ou não desse processo passaram a ter dimensões internacionais, ainda que apresentassem lacunas em suas comparações de dados e necessitassem de maiores aprofundamentos quanto à historicidade de cada país ou de cada região, em relação ao tema⁷.

Portanto, dentro de um mesmo país, pode haver diferenças no grau de pobreza, que se relaciona aos ganhos financeiros, ao acesso a serviços básicos e de qualidade, à estrutura familiar, e às possibilidades de melhoria, ao se compararem, por exemplo, mulheres que vivem nos centros urbanos e na área rural. Assim, as diferenças regionais, entre áreas urbanas, semiurbanas e rurais, podem ter influência nas configurações familiares, educacionais e laborais e ter efeitos sobre as condições de pobreza vivenciadas pelas mulheres.

Uma falha apontada por Moghadam (2005), nos estudos sobre a feminização da pobreza, é de como os relatórios sobre a questão da pobreza, produzidos por organizações internacionais, como o Banco Mundial, ou a própria ONU, não possuíam os recortes e os determinantes de gênero e, portanto, não havia uma atenção necessária às particularidades da pobreza que podem atingir as mulheres de forma diferente que os homens.

Assim, no que tange às mulheres, medir a pobreza está além de realizar apenas análises sobre o montante do salário recebido, o nível de consumo no lar, ou mesmo o acesso a direitos e a oportunidades, já que há situações particulares, as quais caracterizam a pobreza, que atingem somente as mulheres. Essas são a taxa de fertilidade na adolescência, bem como a união com homens ainda nessa fase da vida, o grau de acesso à educação e as possibilidades reais de conclusão dos estudos, o acesso integral ao sistema de saúde, com atenção ao acompanhamento

⁶ Moghadam, 2005.

especial durante a maternidade, as diferenças profissionais e salariais em relação aos homens, a prostituição como “saída” para as mulheres pobres e o uso do tempo: a questão da dupla jornada e da inexistência de divisão de tarefas no lar, pois o trabalho da reprodução é tido como natural ao sexo feminino⁷.

Outra questão levantada pela autora está, também, em como a dinâmica da economia de um país, e a existência ou a falta de políticas públicas pode afetar as mulheres de forma diferenciada e mais profunda. Isso porque, quando há crises econômicas que causam queda na taxa de empregabilidade, as mulheres são as primeiras a serem atingidas, dada a anterior dificuldade de inserção do mercado de trabalho e a assunção de empregos mais desvalorizados, subalternos e por vezes dispensáveis (como os trabalhos de auxiliares ou em tempo parcial). Dessa forma, é mister que haja programas e políticas específicas para as mulheres, como foco primordial na desigualdade de gênero e, também, naquelas que são chefes de famílias monoparentais, já que estas são acometidas por maiores vulnerabilidades nas dinâmicas tanto da vida privada, quanto da pública⁸.

Nos estudos de Gimenez (1987, apud MOGHADAM, 2005, p. 6), as taxas de pobreza nos EUA eram maiores para famílias chefiadas por mulheres, e de origem hispânica ou africana. Havia mais famílias monoparentais cujas chefes eram negras, seguidas pelas hispânicas e, finalmente, pelas brancas. No que tange ao grau de pobreza, as maiores taxas estavam nas famílias chefiadas pelas hispânicas, seguidas pelas negras e, por último, pelas brancas. Assim, é evidente que a raça, bem como o fator migratório, nos EUA, são condições para a determinação do grau de pobreza que atingem a população e, em um recorte de gênero, as mulheres são as mais atingidas.

Outra variável presente no estudo está no fator idade: as mulheres mais velhas possuem maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, devido a uma condição precedente, que é mais deficiente no que tange à qualificação profissional e à conclusão dos estudos primários e secundários. Por fim, uma questão relevante está também na mudança de *status* e classe que uma mulher pode sofrer quando esta passa por um divórcio ou uma separação, devido à queda abrupta de renda e do padrão de vida, e a total ausência do ex-parceiro no compartilhamento das responsabilidades do lar e dos filhos.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

Entretanto, para o Brasil, Yumi Garcia dos Santos (2008), em seu estudo sobre mulheres de baixa renda e chefes de família monoparental, aponta que elas não passam de um *status* maior para um de pobreza após a dissolução de um casamento, pois estas sempre foram pobres. O casamento, apesar de ser visto como uma maneira de ascensão social para as mulheres mais pobres, não é capaz de mudar suas condições de vida, já que, na conjugalidade, essas mulheres continuam a experienciar situações de pobreza e de desigualdades.

Assim, muitas mulheres se conformam quando seus parceiros “não permitem” que elas trabalhem fora de casa, ao justificar que isso as impediria de realizar as tarefas domésticas, as quais ambos acreditam serem de responsabilidade feminina⁹. Outra justificativa estaria na “contrapartida” que a mulher deve oferecer à família e ao marido, por este ser o “provedor” do lar, aquele que traz a renda e garante a sobrevivência dos membros: o cuidado da casa e o exercício das tarefas de reprodução seriam como um dever da mulher, em resposta à sua sobrevivência e à de seus filhos, garantidas pelo cônjuge.

Para Sorj et al (2007),

[...] As cônjuges na maior parte das vezes estão ocupadas em postos de trabalho informais, sem carteira de trabalho assinada, ou estão em empregos sem remuneração ou para autoconsumo. Um grande número de mulheres cônjuges também se ocupa do trabalho doméstico. Ou seja, ao que tudo indica, às trabalhadoras são destinadas as piores formas de inserção. Os rendimentos são inferiores aos dos homens e a qualidade da ocupação, dada normalmente pela existência do registro formal, é menor (SORJ et al, 2007, p. 587).

Os debates sobre a transmissão intergeracional da pobreza também fazem parte da literatura internacional¹⁰. O destino dos filhos e das filhas das mulheres pobres chefes de família era marcado pela evasão escolar, devido a gravidezes e a casamentos precoces, à necessidade de trabalho para o sustento da casa, às dificuldades de inserção no mercado laboral, e à falta de perspectivas e de oportunidades de melhorias, sendo o mundo do crime ou da prostituição vistos como única saída.

Para Chant (CHANT, 2006 apud AGGARWAL, 2016, p. 57), há três fatores que podem evidenciar a existência da feminização da pobreza no mundo: as mulheres não são somente aquelas mais acometidas pela pobreza, mas esta vem se expandindo para esse grupo, como um processo; e o nível de pobreza tende a se agravar, principalmente, quando elas são chefes de

⁹ Santos, 2014.

¹⁰ Ibidem.

família monoparental. De acordo com Buvinic e Guta (apud AGGARWAL, 2016), em 1997, a partir de cálculos de índices de pobreza, as famílias de chefia feminina são mais pobres do que aquelas de chefia masculina devido a fatores históricos que causam sua marginalização, em virtude da dificuldade de acesso a recursos produtivos essenciais, tais como trabalho, educação, e terra¹¹. Assim, para as autoras, a monoparentalidade permanece como um fator central no status de pobreza vivenciado pelas mulheres.

Já nos estudos de Susan Okin (OKIN, 1989 apud BIROLI 2017), o casamento é um fator central que explica a situação vulnerável vivenciada pelas mulheres, devido aos fatores de desigualdade que permeiam os “papeis de gênero” e a impossibilidade de as mulheres se desvencilharem das atribuições exclusivas da vida doméstica. Entretanto, a situação pode ser pior, principalmente no que concerne à questão da renda, da classe e do *status* social, quando as mulheres se divorciam, ou desintegram a relação anterior com o seu cônjuge, e passam a ser as chefes do núcleo familiar.

No Brasil, os estudos de Lena Lavinas e Marcelo Nicoll (2006), entretanto, apontam que as mulheres mais pobres seriam as casadas, por serem menos participantes do mercado de trabalho e pelo cônjuge ser mais um fator que sobrecarrega o trabalho doméstico feminino. Os autores mostram que a maior vulnerabilidade da mulher, quando ela se torna chefe de família, não está ligada unicamente ao gênero de quem assume a chefia, e sim, devido à impossibilidade de ela obter ganhos suplementares de renda, já que assume, integralmente, as responsabilidades de seu lar. Isso valeria para qualquer pessoa que se encontre na situação de chefe de família, mas, atualmente, essa situação é mais experienciada pelas mulheres.

Apesar de igualarem os homens no tocante à remuneração horária do seu trabalho, e fazerem isso dispendendo menos horas nessa ocupação remunerada, as mulheres mais pobres, quando sozinhas, à frente de suas famílias, não conseguem alcançar outros benefícios e vantagens que possam atenuar sua vulnerabilidade econômica, minorar déficits agudos de renda e trazer algum ganho suplementar de bem-estar a quem vive muito distante de padrões minimamente aceitáveis. Na verdade, não se trata de um traço feminino, mas da condição de todo e qualquer indivíduo que assume sozinho a responsabilidade pela família (com crianças) em situação de pobreza. Hoje, isso afeta principalmente as mulheres. (Lavinas e Nicoll, 2006, p.63-64)

Assim, os autores estimam que há um efeito negativo na conjugalidade das mulheres, que se encontram em patamares mais inferiores que aquelas chefes monoparentais, porquanto estão menos inseridas no mercado laboral e devem cumprir uma espécie de contrato matrimonial, o qual presume a assunção da integralidade das tarefas domésticas pelas cônjuges. Os autores

¹¹ AGGARWAL, 2016, pág. 57.

ainda consideram que a presença de um cônjuge é mais determinante para a falta de autonomia da mulher do que a existência de filhos.

Em todas as composições familiares analisadas, observamos que os cônjuges mulheres, em famílias com ou sem crianças, mostraram desempenho inferior ao das mulheres chefes (taxa de atividade, rendimentos do trabalho, horas trabalhadas etc.). Portanto, o que represa uma melhor inserção feminina no mercado de trabalho – todo o resto mantido constante – é menos o fator presença de crianças (leia-se cuidados de maternagem) e mais o contrato conjugal, que coloca as mulheres em uma relação de subordinação e dependência no âmbito familiar e da divisão sexual do trabalho, reduzindo sua autonomia (LAVINAS e NICOLL, 2006, p. 90).

1.3. As faces da monoparentalidade

De acordo com o relatório da ONU (2017), a família nuclear, composta por esposa, marido e filhos, ainda é mais comum em todas as regiões do planeta, sendo de 21% o número de lares monoparentais chefiados por mulheres. É mais comum a presença de chefia monoparental feminina na América do Norte (47%), na Europa (37%) e na América Latina (34%) e Oceania (33%), e mais rara em regiões como a Ásia (19%) e a África (27%).

Porém, há que se ter cautela na análise dessas informações, já que fatores como religião e impossibilidade de divórcio podem influenciar na existência de um maior número de famílias biparentais. Do outro lado, em países desenvolvidos, a chefia feminina pode estar mais ligada à questão de autonomia e de independência da mulher, que consegue deixar relacionamentos violentos e seguir à frente da família. Neste caso, a monoparentalidade seria antes um fator de liberdade e de autonomia, nos moldes neoliberais, do que de uma maior pobreza e vulnerabilidade.

Dependendo do país, a estigmatização que uma mulher chefe de família pode sofrer, tanto as solteiras, as divorciadas, como as viúvas, influencia na impossibilidade de se obter taxas reais de lares chefiados mulheres. Do mesmo modo, há diferenças intrafamiliares que podem variar de acordo com fatores culturais arraigados, e que influenciarão no número de anos de estudos concluídos pelas meninas e nas suas diferenças em relação aos meninos da família, bem como no grau de incentivo para concluir o processo educacional e, posteriormente, inserir-se, de modo favorável, no mercado de trabalho.

Em muitos países, as meninas deixam de estudar para se casarem, e as gravidezes costumam ser muito precoces¹². Segundo Heilborn (2013, p. 121), “no universo das moças pobres, a iniciação sexual, seguida de gravidez, conduz ao estabelecimento, permanente ou não, de um casal unido. Pode então ocorrer o abandono da escola e a passagem rápida e condensada para uma vida adulta”.

Ainda de acordo com os dados da ONU, as famílias mais numerosas encontram-se na África e no Oriente Médio, enquanto as que contêm o menor número de membros estão na Europa e na América do Norte. Vê-se uma relação entre desenvolvimento econômico e social com a maior frequência de planejamento familiar. O Brasil apresentou queda no número de sua composição familiar, e possui uma taxa média de 3 a 4 pessoas por família, não obstante, dependendo da região geográfica analisada, essa composição possa ser maior ou menor¹³.

Apesar de os arranjos familiares maiores serem ligados a um maior índice de pobreza, como mostramos, a partir dos estudos de Lavinias e Nicoll (2006), no Brasil, a presença de um cônjuge é um fator com maior peso na dificuldade de inserção ao mercado de trabalho, pela mulher, do que a presença de filhos. Além disso, a presença de idosos, por exemplo, pode trazer um aumento de renda, devido a benefícios previdenciários que eles recebem, como o Benefício de Prestação Continuada - “BPC”. Por fim, a existência de outros parentes na família, principalmente outras mulheres, pode conformar redes de solidariedade no cuidado das crianças e de outros dependentes, o que facilita, à mulher, exercer sua jornada de trabalho externa¹⁴.

No caso do Brasil, as mulheres são mais educadas que os homens¹⁵: são elas que mais concluem o Ensino Médio e ingressam no Ensino Superior. Porém, isso não é definitivo para uma diminuição das diferenças salariais entre os gêneros, porquanto ainda haja uma estigmatização do que seria “trabalho de mulher” e sua consequente desvalorização, a subvalorização e o desprestígio.

Ademais, é necessária uma maior investigação sobre a influência da monoparentalidade no grau de pobreza da mulher e de sua família, e se a renda e o status social mudam quando a mulher é chefe de família com ou sem ausência do cônjuge, além da observação da composição familiar:

¹² MOGHADAM, 2005.

¹³ ONU, 2018.

¹⁴ O estudo completo está em LAVINAS e NICOLL, 2006.

¹⁵ PNAD, 2017.

se há filhos abaixo de 15 anos e também idosos, pois são estas pessoas as mais dependentes de um membro adulto em idade laborativa.

Destarte, o debate sobre a feminização da pobreza, no âmbito internacional e também nacional, ainda não se esgotou, e está permeado por opiniões diversas sobre a sua existência. Há estudos, como de RODENBERG (2004) e do Fundo de Desenvolvimento da Nações Unidas (UNIFEM, 2002) que contestam a demarcação do gênero na definição da pobreza, já que há uma falta de dados sobre as possíveis diferenciações de gênero, no âmbito familiar, que demonstrariam que as famílias chefiadas por mulheres são mais pobres que aquelas chefiadas por homens¹⁶.

Pode ocorrer de as mulheres que se tornam chefes de família, por terem que trabalhar fora – e não podem permanecer, exclusivamente, como donas-de-casa nem depender da renda do cônjuge – passem a receber maiores rendas e se veem incentivadas a buscarem melhores empregos. As pessoas de seu núcleo familiar são mais estimuladas a se inserirem no mercado de trabalho, o que pode contribuir para uma melhoria na renda da casa. Além disso, diferentemente dos homens, que tendem a gastar boa parte de sua renda para si e para o sustento de vícios, a mulher chefe de família tende a alocar o seu dinheiro em prol da melhoria de vida dos filhos, com a destinação da renda para a compra de alimentos mais saudáveis, de vestuário e de material escolar, o que pode aumentar o bem-estar familiar e também gerar uma maior qualidade de vida¹⁷.

Contudo, não se pode deixar de considerar a enorme discriminação de gênero sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho, o que contribui para que seus salários sejam menores que os dos homens e para suas profissões sejam menos qualificadas e prestigiadas. Outro problema está na possível evasão escolar das crianças e dos adolescentes do núcleo familiar, devido à busca de trabalho precoce, o que pode levar à perpetuação da “transmissão intergeracional da pobreza”.

É necessária, também, uma atenção sobre a heterogeneidade das famílias chefiadas por mulheres e, por isso, pode ser mais difícil definir se há uma pobreza generalizada que as acometeria¹⁸. Sem os recortes de raça, classe, região e geração, os estudos ficariam precários e erroneamente universalizados.

¹⁶ AGGARWAL, 2016, pág. 57.

¹⁷ CHANT, 2003, apud AGGARWAL, 2016, pág. 59

¹⁸ AGGARWAL, 2016, pág. 58.

Para Chant (2006), falta uma maior especificação sobre o conceito de “feminização da pobreza”, pois este ainda não abarca diferenciações de gênero mais relevantes, nem dados e informações mais concretas para que haja seu embasamento. Assim, a autora não nega que as mulheres possam estar, de fato, empobrecendo mais e de uma maneira mais rápida que os homens, mas é necessário que vários fatores, além do tamanho da renda, sejam analisados, tais como “capacidades, meios de subsistência, subjetividades e exclusão social” (CHANT, 2006, p. 203).

Segundo a autora, em regiões como a América Latina, a pobreza pode atingir os lares de chefia masculina da mesma forma que atinge aqueles de chefia feminina, e a questão da chefia familiar não poderia ser uma substituta para as análises da pobreza em suas várias dimensões. Assim, para além da questão da chefia analisada por gênero, deve-se também levar em conta fatores como idade (geração) e região (se rural, urbana, ou as diferentes regiões e estados de um mesmo país)¹⁹.

Da mesma forma, há fatores sociais e psicológicos que podem ser mais determinantes na situação de pobreza e de vulnerabilidade da mulher do que a renda, como o “acesso à terra e ao crédito, o poder de decisão, os direitos legais, a vulnerabilidade à violência e a autonomia e a dignidade”²². Outrossim, se a pobreza não se relaciona apenas com a quantia de renda auferida, e se a renda, quanto existente, pode não ser capaz de suprir as outras vulnerabilidades às quais as mulheres estão submetidas em um casamento, por exemplo, elas estarão melhores ao se tornarem chefes monoparentais, do que estariam se permanecessem em um relacionamento abusivo²⁰.

1.4. A pobreza feminina no Brasil e as suas aplicações e implicações

No Brasil, a pobreza feminina é tema de estudo de diversas pesquisadoras (NOVELLINO, 1999; Castro, 1999; CARLOTO, 2005; LAVINAS, 2006; SANTOS, 2008), e há, ainda, um debate que não se esgotou no escopo das pesquisas. Há ou não a ocorrência desse fenômeno da “feminização da pobreza” em nossa sociedade? É mesmo necessário fazer um recorte de gênero em uma sociedade profundamente desigual como a nossa, em que tanto homens e mulheres sofrem com a pobreza, em suas várias dimensões?

¹⁹ CHANT, 2006, pág.204. ²² Op. Cit, pág. 205.

²⁰ Idem.

A pobreza é multifacetada e multidimensional, e não é só uma questão do montante de renda auferida por uma família, desde que há, nas condições estruturais da sociedade brasileira, outros fatores que impedem a ascensão e a mobilidade social. Assim, ser pobre não é uma questão de falta de esforço, de vontade de melhorar ou nem de fatalidades ou destino: ser pobre é fazer parte de um sistema que só existe e se sustenta a partir da exploração de uns e da acumulação de bens e riquezas por outros, que torna heterogêneo e desigual o acesso aos serviços e às condições que possibilitam a manutenção social em patamares mais elevados.

Discutir a pobreza feminina, por mais que o termo seja tido por vezes conflitivo e indeterminado, é dar visibilidade aos fatores que fazem com que muitas mulheres sejam pobres, assim como as famílias que elas chefiam. Portanto, para qualquer política pública adotada por governos compromissados com o bem estar social, seria de uma incompletude a não realização dos recortes de gênero, classe e raça, quando se quer atingir uma melhoria plena das condições de vida de sua população.

Entretanto, a questão da monoparentalidade feminina não deve ser vista como um único determinante da pobreza feminina, já que, como apontado por Lavinias e Nicoll (2006), as mulheres casadas encontram-se em um espectro mais pobre do que aquelas que são chefes de família. Isso acontece pois, de acordo com Georges e Santos (2016) e Rocha (2015), é a inserção no mercado de trabalho o que possibilita uma maior ascensão social, principalmente devido à política de valorização real do salário mínimo realizada pelo Brasil a partir o início dos anos 2000.

Assim, na lógica de Lavinias e Nicoll (2006), as mulheres casadas são ainda as que mais permanecem fora do mercado de trabalho, enquanto aquelas que são chefes monoparentais encontram-se mais alocadas no mercado laboral, já que são elas as maiores responsáveis ou as únicas pela renda de sua família. Para Sorj et al (2007), a presença de filhos também não é um impeditivo para que as chefes de família monoparentais trabalhem fora de casa, pelo mesmo motivo de que são elas as únicas fontes de sustentos de seus lares.

A presença dos filhos, sobretudo de mulheres sozinhas, não reduz a sua inserção no mercado de trabalho. Apesar de poder existir um sério problema de conciliação entre o trabalho e o cuidado com as crianças, essas mulheres, por não terem com quem dividir despesas, são as únicas responsáveis pelo sustento da família (SORJ et al, 2007, p. 590).

De acordo com Santos (2008), a partir da década de 1970, no Brasil, houve um aumento do número de famílias monoparentais, que pode ser devido à maior frequência no número de separações e divórcios na classe média. Assim, a monoparentalidade, principalmente para as mulheres brancas e das camadas médias e altas, pôde ser uma forma de libertação, de independência e de autonomização.

Entretanto, a autora aponta para as diferenças vivenciadas pelas mulheres das camadas populares, já que, muitas vezes, elas não chegaram a experimentar um casamento, ao permanecerem em uniões informais e em coabitação. A busca pela união conjugal, por essas mulheres, pode ser vista como uma forma de emancipação em relação à sua condição social em sua família de origem²¹, ainda que seu *status* social não se altere: elas já eram pobres, permanecem pobres ao longo da união e, também, após uma eventual separação.

Nos tempos coloniais, a mão de obra africana era a que movia a roda da economia de exportação, e as mulheres negras assumiram o papel da produção doméstica, bem como o da reprodução, principalmente devido aos estupros diuturnos por elas sofridos nas mãos de seus senhores brancos e de origem europeia²². Assim, de acordo com Santos (2008), a monoparentalidade sempre foi vivida por essas mulheres, já que havia, a elas, uma clara proibição para a constituição de uma família, e seus filhos, oriundos dos estupros, eram vistos como bastardos²³.

De acordo com Nogueira e Jacino (2013),

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre contribuiu com a institucionalização do preconceito e do racismo estabelecidos na sociedade brasileira escravocrata, na medida em que o Estado brasileiro investiu e incentivou a vinda dos imigrantes europeus para o país e remeteu às periferias os negros e negras recém-libertados impondo-lhes a exclusão do mercado de trabalho, aprofundando a desigualdade social. (NOGUEIRA e JACINO, (2013, p. 280).

Em sua condição de cônjuge, nem sempre a mulher da camada popular brasileira está em melhores condições, ao serem comparadas com aquelas em situação de chefes monoparentais. Os relacionamentos de tais mulheres são marcados por um sistema de hierarquias e autoridades, nos quais há papéis demarcados de gênero, e as mulheres acabam buscando suas conformidades neles. Assim, mesmo que exerçam a chefia de um lar biparental, ao possuírem rendimentos

²¹ SANTOS, 2008,p.44.

²² SCOTT, 2004.

²³ SANTOS, 2008, p. 99.

superiores aos de seus parceiros, elas continuam a reconhecer a autoridade masculina perante si e a família²⁴.

A busca pela constituição de uma família nuclear é central para essas mulheres, bem como a a resignação quanto à maternalidade e à atuação como “boa esposa”. Muitas vezes, a união conjugal ocorre devido a uma anterior gravidez não planejada²⁵, já que não é possível uma eventual interrupção desta por meios legais e morais.

No Brasil, e no contexto latino-americano como um todo, “a pobreza é uma das explicações para a alta proporção de mães só com filhos, mas não a única”²⁶, já que as mulheres casadas não estão “protegidas” contra esta mesma pobreza. Assim, “ao mesmo tempo em que o status de esposa e mãe é importante para a dignidade das mulheres da classe popular, tal posição social as coloca em profunda desigualdade em relação a seus parceiros em termos econômicos e sociais” (SANTOS, 2014, p. 486).

Os núcleos familiares das camadas mais pobres da sociedade também apresentam papéis de gênero demarcados, de hierarquias e autoridades, devido à assimetria de poder que há no casal²⁷. Essas composições familiares buscam seguir tais demarcações, também influenciadas pela religião (as neopentecostais principalmente)²⁸, e as mulheres acabam interiorizando a ideia de que só serão úteis à família e à sociedade ao redor, se assumirem integralmente os cuidados da casa e do lar, fazendo-se ausente, portanto, a divisão de tarefas com seu então cônjuge.

Desde que o casamento não fazia parte da realidade de grande parte das mulheres das camadas mais pobres, elas estiveram em configurações familiares diferentes da família nuclear biparental, valorizada pela classe média. Dessa forma, a pobreza feminina, no Brasil, pode não estar relacionada com o surgimento de famílias monoparentais, em consequência de divórcios, separações ou distanciamento de seus parceiros, já que estes, antes de serem “fatalidades”, são situações que sempre acompanharam a história das mulheres brasileiras da camada popular²⁹.

²⁴ Op. Cit.

²⁵ Op. Cit, p. 104.

²⁶ Op. Cit, p. 41.

²⁷ PACHECO, 2005.

²⁸ Idem.

²⁹ Dessa forma, temos duas questões importantes no contexto brasileiro, que determinam a pobreza feminina e que não estão associados à ocorrência recente de uma monoparentalidade. A primeira, é que as mulheres estiveram em situações de monoparentalidade desde a formação inicial da sociedade brasileira, principalmente as negras. Assim, não foi uma separação ou um divórcio que gerou essa situação, pois ela é, de certa forma, originária. A segunda é que o casamento, no Brasil, também não é algo que afasta a mulher da pobreza, porquanto pode deixá-la em condições de maiores desigualdades e de subalternidade. Da mesma maneira, as mulheres mais pobres não experienciam uniões formais, já que, para elas, o casamento é um sinônimo de coabitação. Esses relacionamentos

Além disso, ainda que o casamento seja uma maneira de essas mulheres buscarem alguma autonomia ou uma melhoria de *status* social, elas acabam se encontrando em posições subalternas que as impedem de alcançar uma verdadeira autonomia, por meio do acesso à educação, à qualificação profissional e do compartilhamento mais justo das tarefas de reprodução.

1.5 Uma descrição de indicadores sobre desigualdade de gênero no Brasil

A pobreza deve ser vista como um fenômeno estrutural, que afeta toda a sociedade, e não apenas como algo individualizado ou pontual. Se uma sociedade apresenta uma grande desigualdade social, é porque há desigualdade no acesso à renda, mas também a serviços essenciais de saúde, educação, moradia. Além disso, o grau de autonomização do indivíduo é o que concede maiores possibilidades de mobilização em uma sociedade estratificada. Na dinâmica capitalista, é por meio do acesso ao mercado de trabalho, não sem antes a um processo educacional que garanta uma mínima qualificação profissional, o que proporciona ao indivíduo a sua inserção na dinâmica da produção e o acesso a bens de consumo e aos meios de sobrevivência.

A questão do gênero se faz importante, devido à reconhecida desigualdade social entre homens e mulheres, e à conseqüente inserção mais precária da mulher aos meios da produção. Da mesma forma, o recorte racial, em uma sociedade multirracial como o Brasil, é o que assegura uma análise mais precisa da pobreza, já que, apesar de distintas, as exclusões de gênero e de raça se inter cruzam e conformam graus de pobreza consideráveis.

Nesta dissertação, apresentaremos uma breve análise de dados quantitativos servirá como premissa para que busquemos, posteriormente, com os relatos das mulheres na Rocinha, o que os números não podem dizer. Nos relatos, buscaremos saber o grau de autonomia que o a mulher beneficiária do PBF sente que verdadeiramente possui, bem como suas condições anteriores e atuais de vida, já que as adversidades experienciadas por elas podem advir, segundo Santos (2008), tanto de sua precariedade na esfera da produção, muitas vezes devido a uma origem familiar mais pobre, como na da reprodução, que é a sua permanência integral no trabalho do cuidado não remunerado.

Assim, faremos a comparação entre os gêneros, e entre os gêneros e as raças, para o quesito da chefia de família, que é apontada como um possível fato gerador de pobreza; da educação, que

podem ser efêmeros, e antes de aliviá-las em relação à renda, por exemplo, o parceiro pode ser mais um fardo e um fator mais impeditivo para a sua inserção em um trabalho remunerado.

é determinante para o acesso a profissões mais bem remuneradas e prestigiadas; da ocupação no mercado de trabalho, que demonstra como as mulheres estão inseridas no trabalho remunerado, com todas as suas implicações; e dos próprios índices de pobreza e desigualdade social medidos pela pesquisa. Selecionaremos a comparação de dados para o ano de 1995, antes mesmo da implementação dos PTRs, e em 2015, com o Programa Bolsa Família (PBF) já consolidado como política assistencial.

População

A população brasileira em 1995 era de 151.902.873 habitantes e em 2015, de 204.855.655. Destas pessoas, em 1995, 54,5% se consideravam brancas, 4,9% pretas, 40% pardas, 0,5% amarelas e 0,1% indígenas. Em 2015, o número a porcentagem de pretos aumentou para 8,9%, o de pardos, para 45,1%, e o de indígenas, para 0,4%. A porcentagem de pessoas que se consideram brancas caiu para 45,2% e as que se consideram amarelas permaneceu em 0,5%.

No que tange às mulheres, em 1995, 55,4% se consideram brancas, 4,8% pretas, 39,2% pardas, 0,5% amarelas e 0,1% indígenas. Em 2015, o número de mulheres que se consideram brancas caiu para 46,4%, as que se consideram pretas subiu para 8,6%, pardas, para 44,1%, indígenas, para 0,4% e as amarelas permaneceram em 0,5%.

Assim, vemos que a população brasileira “enegreceu”, já que houve um aumento das porcentagens de pretos e pardos. Da mesma forma, as mulheres também viveram esse processo, e passaram a se considerar menos brancas e mais negras.

Chefia Familiar

No Brasil, em 1995, havia 22,9% dos lares eram chefiados por mulheres, enquanto pelos homens, esse número era de 77,1%. As chefes brancas eram 22%, enquanto as negras, 24,2%. Os chefes brancos eram 78,0%, e os negros, 75,8%. Em 2015, os lares chefiados por mulheres aumentaram para 40,5%, enquanto para os homens, houve uma queda, e eles passaram a ser chefes de 59,5% dos lares. As mulheres brancas eram 39,7% das chefes, enquanto as negras, 41,1%. Já os homens brancos são 60,3% da chefia, enquanto os negros, 58,9%.

Assim, vemos que cresceu, de fato, o número de lares chefiados por mulheres. Entretanto, não há uma grande disparidade entre a raça das chefes, e tanto as mulheres brancas, quanto as negras, passaram a chefiar mais os lares brasileiros.

Composição Familiar

Em 1995, o principal arranjo familiar era o casal com filhos, com 57,7% dos lares. Em segundo lugar vinha a mulher com filhos, com 15,8%. Em 2015, o número de arranjos familiares formados por casal com filhos caiu para 42,3%, enquanto o de mulher sem filhos manteve-se relativamente estável, em 16,3%. No entanto, cresceu o número de casais sem filhos, que eram 12,9% em 1995 e passaram a ser 19,9% em 2015.

Dessa forma, percebe-se que o arranjo familiar mais comum no Brasil ainda é o biparental. O aumento do número de casais sem filhos pode ser relacionado com a queda da taxa de fecundidade, devido a uma maior autonomia da mulher quanto ao planejamento familiar, como o acesso a métodos contraceptivos e o adiamento da gravidez, para a dedicação à carreira profissional, por exemplo.

Renda Média

A renda média das famílias brasileiras, em 1995, era de R\$921,40.

As famílias chefiadas por homens brancos possuíam uma renda média de R\$ 1227,00, enquanto as famílias chefiadas por homens negros possuíam uma média de rendimentos de R\$ 538,90 no Brasil.

As famílias chefiadas por mulheres brancas possuíam uma renda média de R\$ 1218,80, enquanto as famílias chefiadas por mulheres negras possuíam uma média de rendimentos de R\$476,10.

Já em 2015, renda média das famílias brasileiras era de R\$ 1232,80. As famílias chefiadas por homens brancos possuíam uma renda média de R\$1688,80, no Brasil, enquanto as famílias chefiadas por homens negros possuíam uma média de rendimentos de R\$942,50. As famílias chefiadas por mulheres brancas possuíam uma renda média de R\$1572,50, enquanto as famílias chefiadas por mulheres negras possuíam uma média de rendimentos de R\$ 831,30 no Brasil.

Estes números nos mostram que a renda cresceu para todos, ainda que de forma desigual. Há uma grande disparidade entre os gêneros, mas principalmente entre as raças. Os homens brancos permanecem no melhor patamar, e as mulheres negras, no pior. Dessa forma, as mulheres brancas ganham mais que os homens negros e que as mulheres negras. É por isso que a raça foi um fator mais significativo na medição renda e da pobreza, de modo comparativo, do que o gênero.

Anos de Estudo

Em 1995, os homens brancos chefes de família possuíam, em sua maioria, 1 a 4 anos de estudos, o que equivale ao Ensino Fundamental. Em seguida, uma boa parte se encontrava na faixa de 5 a 8 anos de estudos, o que equivale ao Ensino Médio. Para os homens negros, a maioria também se encontrava na faixa de 1 a 4 anos, porém, em seguida, uma grande parte se encontrava na faixa de menos de 1 ano de estudo.

Tabela 1

Distribuição percentual das famílias chefiadas por homens, segundo cor/raça e faixa de anos de estudo do chefe de família, em 1995		
Branca	Menos de 1 ano	12,3
	1 a 4 anos	35,9
	5 a 8 anos	24,3
	9 a 11 anos	15,5
	12 anos ou mais	12,0
Negra	Menos de 1 ano	30,3
	1 a 4 anos	37,3
	5 a 8 anos	20,1
	9 a 11 anos	9,5
	12 anos ou mais	2,8

Fonte: IPEA, 2015.

Em 2015, os homens brancos chefes de família possuíam, em sua maioria, 5 a 8 anos de estudos. Em seguida, grande parte se encontrava na faixa de 9 a 8 anos de estudos, o que equivale ao Ensino Médio Completo. Uma boa parte desses homens possuía mais de 12 anos de estudo, o que corresponde ao acesso ao Ensino Superior. Os homens negros seguiram a mesma tendência, exceto no que tange ao acesso à graduação.

Tabela 2

Distribuição percentual das famílias chefiadas por homens, segundo cor/raça e faixa de anos de estudo do chefe de família, em 2015		
Branca	Menos de 1 ano	6,9
	1 a 4 anos	19,7
	5 a 8 anos	21,3
	9 a 11 anos	29,1
	12 anos ou mais	23,0
Negra	Menos de 1 ano	15,1
	1 a 4 anos	23,4
	5 a 8 anos	24,3
	9 a 11 anos	27,8
	12 anos ou mais	9,5

Fonte: IPEA, 2015.

Para as mulheres, em 1995, a maioria das chefes brancas possuía de 1 a 4 anos de estudo, e em seguida, de 5 a 8 anos. As mulheres chefes negras tinham, em sua maioria, menos de 1 ano de estudos.

Tabela 3

Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça e faixa de anos de estudo do chefe de família, em 1995		
Branca	Menos de 1 ano	19,4
	1 a 4 anos	33,4
	5 a 8 anos	20,7
	9 a 11 anos	15,4
	12 anos ou mais	11,1
Negra	Menos de 1 ano	34,7
	1 a 4 anos	32,9
	5 a 8 anos	19,9
	9 a 11 anos	9,6
	12 anos ou mais	2,8

Fonte: IPEA, 2015.

Já em 2015, a maioria das chefes brancas possuía de 9 a 11 anos de estudo, e em seguida, mais de 12 anos, o que demonstra que uma boa parte dessas mulheres ingressou em um curso superior. As mulheres chefes negras passaram a ter, em sua maioria, também entre 9 e 11 anos de estudos, o que também demonstra uma grande melhoria de acesso à educação, por mais que um grande contingente ainda tenha baixa escolaridade.

Tabela 4

Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça e faixa de anos de estudo do chefe de família, em 2015		
Branca	Menos de 1 ano	8,6
	1 a 4 anos	18,8
	5 a 8 anos	18,9
	9 a 11 anos	28,3
	12 anos ou mais	25,4
Negra	Menos de 1 ano	14,7
	1 a 4 anos	21,0
	5 a 8 anos	23,0
	9 a 11 anos	29,4
	12 anos ou mais	11,9

Fonte: IPEA, 2015.

Assim, percebemos que o acesso à educação passou por uma grande melhoria para os dois gêneros, e para ambas as raças, ainda que a mulher branca e o homem branco continuem mais escolarizados que as negras e os negros. As mulheres brancas atingiram o maior grau de escolaridade, já que são as que mais acessam o nível superior, seguidas dos homens brancos. Já as mulheres negras estão melhores que os homens negros, pois elas também têm um maior acesso à universidade, bem como à conclusão do Ensino Médio, do que eles.

Condição de atividade e ocupação

Em 1995, tanto os homens brancos, quanto os negros eram, em sua maioria, economicamente ativos e ocupados. Em 2015, o grau de ocupação permaneceu elevado, mas com o envelhecimento da população, a porcentagem de chefes economicamente ativos diminuiu.

Tabela 5

Distribuição percentual das famílias chefiadas por homens, segundo cor/raça e condição de atividade e ocupação do chefe de família - Brasil, 1995 e 2015			
Branca	Condição de Atividade		
	Ativo	86,8	78,4
	Inativo	13,2	21,6
	Condição de Ocupação		
	Ocupado	97,3	96,4
	Desocupado	2,7	3,6
Negra	Condição de Atividade		
	Ativo	89,3	81,0
	Inativo	10,7	19,0
	Condição de Ocupação		
	Ocupado	96,7	95,5
	Desocupado	3,3	4,5

Fonte: IPEA, 2015.

Da mesma forma, a maioria das chefes de família, tanto as brancas, quanto as negras, estavam ocupadas, em 1995 e em 2015. No entanto, as mulheres são mais inativas do que os homens, em ambos os anos. Chama a atenção o número de mulheres negras ocupadas, que, em 2015, sofreu uma queda mais significativa.

Tabela 6

Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça e condição de atividade e ocupação do chefe de família - Brasil, 1995 e 2015			
Branca	Condição de Atividade		
	Ativo	55,8	54,1
	Inativo	44,2	45,9
	Condição de Ocupação		
	Ocupado	93,9	92,0
	Desocupado	6,1	8,0
Negra	Condição de Atividade		
	Ativo	58,7	56,1
	Inativo	41,3	43,9
	Condição de Ocupação		
	Ocupado	93,0	88,9
	Desocupado	7,0	11,1

Fonte: IPEA, 2015.

Dessa forma, como 2015 já era um ano que o Brasil apresentava um aumento na taxa de desemprego, podemos trabalhar com a hipótese de que, nas conjunturas mais desfavoráveis da economia, as mulheres são mais atingidas do que os homens, e as mulheres negras, mais do que as brancas.

De maneira geral, percebemos que, apesar de ter havido um aumento do arranjo familiar com chefia monoparental feminina, o arranjo biparental ainda é predominante na sociedade brasileira.

A renda dos lares chefiados por homens permaneceu maior do que aqueles chefiados por mulheres. Ainda, o fator racial é mais significativo na determinação do montante de renda auferida, do que o fator gênero, já que as mulheres chefes brancas possuem uma renda maior do que os chefes negros.

Em 10 anos, o Brasil apresentou uma significativa melhoria no acesso à educação, para ambos os gêneros e ambas as raças. É interessante notar que, nesse quesito, as mulheres possuem um melhor desempenho que os homens, e são as mulheres brancas as mais escolarizadas de toda a população analisada.

Entretanto, o maior desempenho educacional não é refletido nem no montante de renda ganha, nem na inserção ao mercado de trabalho, já que, apesar de serem bastante ocupadas, as mulheres

ainda o são menos do que os homens. Por fim, no ano de 2015, as mulheres, tanto as brancas, quanto as negras, apresentaram um desempenho inferior na taxa de ocupação, o que pode refletir a maior precariedade destas no mercado de trabalho.

No próximo capítulo, analisaremos a dinâmica da criação das Programas de Transferência de Renda no Brasil como forma de combate à pobreza generalizada que acomete a população. Como maior exemplo desse tipo de política, o Programa Bolsa Família nos chamou atenção para a representatividade feminina na titularidade do benefício. Sabemos que essa política assistencial não foi criada com foco na desigualdade de gênero, mas questionamos: a escolha das mulheres se deu porque a pobreza as atinge em maior grau, ou porque elas seriam as melhores gestoras dos recursos, já que são elas as maiores responsáveis pelo trabalho reprodutivo?

2 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM FOCO NA FAMÍLIA

Neste capítulo, apresentaremos um breve histórico sobre o surgimento do Programa Bolsa Família e problematizaremos os Programas de Transferência de Renda (PTRs) com foco na família, já que, apesar da sua efetividade na mitigação da pobreza familiar, acreditamos que exista uma estratégia de instrumentalização das mulheres pelo Estado, o que as recoloca no lugar da divisão sexual do trabalho³⁰. Assim, em um contexto neoliberal, o problema de haver o “familismo” nessas políticas é uma “funcionalização da mulher” e uma transferência de responsabilidade, à família, pelo seu próprio bem-estar.

2.1 O Familismo: a moralidade da família levada em conta nas políticas públicas

A consolidação da divisão sexual do trabalho, dos papéis de gênero e a moral criada em torno da família faz com que as políticas públicas transfiram esses valores para a forma como seus programas são conduzidos, o que pode perpetuar uma demasiada cobrança, à mulher, em torno das contrapartidas e do cumprimento das condicionalidades impostas para o recebimento dos benefícios.

As discussões sobre a centralidade da família nas políticas de seguridade e assistência social foram constantes quando da elaboração do estado de bem-estar social na América do Norte e na Europa, devido ao papel essencial que a família exercia na “tríade da assistência”: família-mercado-estado, sendo a transferência de responsabilidade para o núcleo familiar uma grande marca desse período³¹.

A ideia da família nuclear, composta por marido, esposa e filhos, o homem como o provedor da família, e a mulher a responsável pelos cuidados do lar e dos filhos e que, eventualmente, traz uma renda complementar, devido à sua inserção (ainda que precária) no mercado de trabalho, era o que permitia a manutenção da hierarquia entre homem e mulher nas relações familiares. Nessas circunstâncias, a responsabilidade quase que integral das atividades provenientes da reprodução permaneciam com a mulher.

³⁰ Essa temática será abordada no Capítulo 4.

³¹ ESPING-ANDERSEN, apud GEORGES e SANTOS, 2016.

Assim, a família era a maior incumbida em manter o bem-estar social de seus membros – a mulher, cuidando deles, e o homem, trazendo os recursos que obtém no mercado de trabalho. É notório que, no mercado de trabalho, os homens sempre mantiveram postos mais privilegiados, com maiores remunerações e com a garantia de acesso a certos benefícios da seguridade social, como o direito à aposentadoria.

Por fim, o Estado acaba por atuar no bem-estar das famílias apenas subsidiariamente, ao intervir naquelas situadas em nichos de pobreza e de extrema pobreza, para seu alívio imediato, paliativo e ainda com uma forte corresponsabilidade da família, a qual tem de cumprir, muitas vezes, condicionalidades e contrapartidas para serem “merecedoras” do auxílio estatal.

De acordo com Nogueira e Jacino,

[...] O estado também se beneficia da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros. Isso acabou refletido não apenas no baixo desenvolvimento dos serviços coletivos que permitem socializar os custos dos cuidados com a família, mas também no desenho das políticas sociais, na maioria das vezes fundamentado em um modelo estrito e convencional de família (nuclear, formada por casal heterossexual com filhos) (NOGUEIRA e JACINO, 2013, p. 26).

Todavia, essa centralidade na família nuclear é insuficiente, na medida em que, além de conformar os papéis de gênero que mantêm o sexo feminino confinado ao trabalho reprodutivo, esquece-se de que há inúmeros tipos de arranjos nucleares diferentes, e com suas particularidades, que vêm se tornando cada vez mais comuns, principalmente as famílias monoparentais de chefia feminina, com destaque para esse tipo de arranjo América Latina³².

A questão do familismo e a valorização da família dual-nuclear pode camuflar a existência de tantos arranjos familiares no Brasil. As famílias monoparentais chefiadas por mulheres são historicamente existentes, assim como famílias mais extensas, que compreendem outros parentes, como tios, tias, sobrinhos, sobrinhas e idosos, e famílias formadas por casais do mesmo sexo, com ou sem crianças. Para Santos,

As políticas que priorizam as famílias operam como se tais conflitos e desigualdades intrafamiliares não existissem, tratando a família como uma unidade homogênea. Nesse caso, a mulher, que implicitamente deve ser a pessoa de referência para o atendimento pelos programas, é vista apenas como um agente funcional, uma representação da família (SANTOS, 2014, p. 482).

³² MARTINO *in* MIOTO et al, 2015.

Com base nas análises de Parry Scott (2004), o Brasil, como um país colonizado, extenso e multirracial, forjou uma unidade ao estabelecer a família patriarcal nuclear como eixo central nas relações sociais e políticas. Nesse momento, estabelece-se a necessidade da dominação masculina³³ para o estabelecimento dessa integralidade, e a domesticidade das mulheres é tida como uma forma de controle, não apenas de sua sexualidade e reprodução, mas também de um escopo maior, que é a invenção de uma nação racialmente democrática e, por que não, superior, já que os conceitos inferiorizantes ligados à questão racial ficariam em segundo plano.

“Os pensadores, nesse contexto, retribalam as ideias sobre o Brasil e criam novas imagens sobre a sexualidade, a formação da família e a domesticidade, e desse trabalho emerge a figura do patriarca como símbolo da integração nacional. Nessa hora, a “família” vira um porta-estandarte simbólico, e a frase constitucional que “a família é a base de tudo” assume um significado de integração e controle no âmbito da diminuição das preocupações sobre a suposta natureza prejudicial da composição racial da população” (SCOTT, 2004, pág. 33).

Dessa forma, quando as políticas públicas reforçam que é a instituição familiar a responsável, não só pela “ordem das coisas”, mas também pela possibilidade de qualquer superação de pobreza e de más condições de vida em geral, há uma ratificação sobre a responsabilidade única da mulher para a garantia do bem-estar familiar, pois é a ela que cabe, “naturalmente”, os papéis do cuidar, ao mesmo tempo em que ocorre, também, sua instrumentalização pelo Estado, para que a política assistencial seja efetiva.

Assim, a família vista como o “ pilar da sociedade” é o que gerará, antes de mais nada, a preservação de um tipo moral de arranjo social e, quando a necessidade de intervenção governamental para o enfretamento da desigualdade social fica em evidência, principalmente a partir dos anos 1990, que coincide com a ampliação das políticas neoliberais⁶⁴, é à família que se destina o foco das políticas e dos programas sociais, e só por meio de sua garantia e de sua integridade seria possível enfrentar a pobreza, com uma ênfase maior nas crianças.

Moser e Mulinari (2017) também colocam a questão do neoliberalismo como central na valorização do familismo nas políticas públicas brasileiras. Com a maior ausência do Estado na assistência, são o mercado e as famílias as responsáveis pelo bem-estar de seus componentes e, antes de tudo, por sua própria sobrevivência.

As políticas públicas entram com a possibilidade de quebrar esses paradigmas ou reforça-los, de acordo com o grau de embasamento que dão ao “familismo” na elaboração de seus planos e

³³ BOURDIEU, 1998.

seus programas de ação. Entretanto, o próprio texto que trata da Assistência Social, em nossa Carta Maior, ressalta o caráter familista elementar das políticas sociais:

“Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - **a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;**
 II - **o amparo às crianças e adolescentes carentes;**
 III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua **família**, conforme dispuser a lei” (CF/1988.Grifo nosso).

Segundo Castilho e Carloto (2010), criou-se uma parceria entre “Estado, mercado e sociedade”, não obstante a importância das redes informais de solidariedade que se formam entre as famílias mais pobres, e que são, muitas vezes, o apoio que possibilita as mulheres chefes de família a trabalharem fora e a cuidarem de seus lares.

Cronenberger e Teixeira (2012) também já haviam escrito sobre como a implementação do neoliberalismo no Brasil foi responsável por deslocar a responsabilidade do Estado na promoção do bem-estar familiar e alocá-lo unicamente às próprias famílias, com alguma participação do mercado, já que “as famílias sempre viabilizam a reprodução social por meio da lógica da solidariedade e de práticas dos grupos domésticos, apesar dos baixos salários e da inconstância dos serviços públicos”³⁴. Assim, se não houvesse as redes de solidariedade que se formam entre as mulheres de suas próprias famílias, ou de sua vizinhança, seria impossível que elas ingressassem no mercado de trabalho para garantir o seu sustento e de suas crianças.

As autoras utilizam-se do trabalho de Esping-Andersen (1999)³⁵, que trata sobre o Estado de bem-estar social, para demonstrar a necessidade de o Estado “desfamiliarizar” suas políticas públicas, o que significa retirar a responsabilidade única das famílias – a qual recai, majoritariamente, sobre as mulheres – e gerar uma maior independência e autonomia a seus membros, já que o próprio Estado será também o responsável em prover o bem-estar social.

“[...] Para o autor, “desfamiliarização” não implica em “antifamília”; pelo contrário, refere-se ao grau em que as responsabilidades de bem-estar social e os cuidados das unidades familiares são reduzidos, pela provisão de serviços públicos ou ofertados pelo mercado. Significa também o grau em que a política social torna as mulheres autônomas, reduzindo sua carga horária de serviços domésticos ou ampliando suas

³⁴ CRONENBERGER e TEIXEIRA, 2012, pág. 207, citação da obra de Carvalho e Almeida, 2003 apud Miotto, 2006.

³⁵ Op. Cit, pág. 209.

chances de inserir-se no mercado de trabalho, e conciliá-lo com a maternidade ou família. Assim, o “familismo” não pode ser confundido com pró-família, mas aponta que há nesta tendência maior responsabilização da família pelo bem-estar de seus membros, incentivada pelas políticas públicas ou pela ausência destas na cobertura de serviços de apoio a família” (Cronenberger e Teixeira, 2012, pág. 209).

Dessa forma, para que se atinja verdadeiramente a autonomia dos membros das famílias e, aqui, nosso foco principal são as mulheres titulares, é necessário que as políticas públicas, ao invés de as sobrecarregarem com mais responsabilidades e contrapartidas, aliviem-nas, a partir do momento em que o Estado volte a ser atuante, ao criar mais creches, mais escolas em tempo integral, mais programas de capacitação e qualificação profissional³⁶.

A responsabilidade integral da família pela mulher, junto à necessidade – e a vontade - de trabalhar também fora de casa, é o que gera a sua dupla jornada e uma sobrecarga de trabalho, o que nem sempre as mulheres conseguem suportar. Assim, tornam-se inexecutáveis as políticas que demandam um cuidado integral da família por parte da mulher e que ainda tenham a figura do homem como único provedor em sua composição.

Outrossim, a imagem da mulher ainda está intimamente associada à maternidade, como se a sua valorização, como ser humano, só se tornasse plena a partir do momento em que ela fosse mãe. Heilborn (2013) resalta essa importância que a maternidade exerce na formação da identidade da mulher. Em sua pesquisa, ela identifica que a maternidade é uma grande responsável pela união em relacionamentos estáveis ainda na adolescência, bem como ao abandono dos estudos mediante a gravidez e a conjugalidade, principalmente para as mulheres de classes mais pobres.

Para Pacheco (2005), a ideia de ser uma “supermulher”, uma “supermãe” é perigosa, na medida em que isto gera uma falsa valorização de si, já que essas mulheres apenas estão se conformando aos pressupostos que naturalizam as diferenciações de gênero e criam os papéis, nos quais elas estão confinadas ao cumprimento integral das tarefas de reprodução e se veem impossibilitadas de alcançar uma emancipação por meio de um trabalho qualificado e bem remunerado.

Igualmente, para Sarti (1996 apud SANTOS, 2014, p. 481), “a autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz da mulher, mulher, tornando-a reconhecida como tal, senão ela será uma potencialidade, algo que não se completou”. Assim, para Georges e Santos (2016, p. 64), “não seria exagerado afirmar que

³⁶ Moser e Mulinari, 2014, pág. 7

existe, no pensamento dos gestores dos programas sociais, de modo semelhante aos moralistas do século XIX, uma valorização da mulher como mãe e somente mãe”.

Os Programas de Transferência de Renda (PTRs) que precederam o Programa Bolsa Família (PBF) foram criados, no Brasil, durante a década de 1990, nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Tais programas surgiram por meio do princípio de que todas as famílias deveriam ter uma renda mínima, como condições de sobrevivência de seus membros.

No seio de um governo neoliberal, a família era o grande foco dos PTRs, e a questão da autonomização do indivíduo ou mesmo da corresponsabilização do Estado nas tarefas de cuidado não foi incluída na elaboração de tais políticas. A ideia era priorizar famílias com crianças, como previa o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, porém, as famílias que se encontravam na extrema pobreza, mesmo sem crianças, também deveriam ser abarcadas³⁷.

Segundo Georges e Santos (2016),

Associada à ideia do lugar moral que ocupa em nossa sociedade, a atenção à família pobre, antes pensada como um problema, tem sido revista como uma solução, uma porta de entrada para a resolução dos problemas que envolvem a população em situação de pobreza em vários países da América Latina (Georges e Santos, 2016, p. 46)

Durante a gestão de FHC, houve o nascimento de alguns PTRs, tais como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, os quais eram ligados a ministérios distintos e, portanto, faltava certa articulação interministerial, o que dificultava o provimento de recursos pelo Governo Federal³⁸. Essas políticas tinham a família como foco da destinação do benefício, com contrapartidas exigidas para a sua manutenção, bem como propagavam a ideia de que a própria família era responsável pela manutenção de seu bem-estar, já que esta deveria se conscientizar sobre como gerir sua renda de uma maneira que maximizasse seu acesso às condições materiais que vão além da sobrevivência.

O PBF veio a ser, posteriormente, a unificação dos três programas acima mencionados, junto ao Cartão Alimentação - este último já criado no governo Lula, em 2003. Importa-se ressaltar que a unificação só ocorreu após a implementação do programa, que teve sua fase de experimentação e de desafios, para que então obtivesse o sucesso na distribuição, o que foi

³⁷ Idem.

³⁸ ZIMMERMANN, 2006.

facilitado por meio do saque com o Cartão Magnético, feito pelos próprios beneficiários, na Caixa Econômica Federal (CEF).

O grande objetivo do Governo Lula, segundo o próprio ex-presidente, era o de combater a fome no Brasil³⁹. Problema histórico e inadmissível em um país conhecido por gerar tantas riquezas e possuir uma diversidade de recursos naturais e uma vasta produção industrial, a busca, de forma direta pelo governo federal, pela dignidade da pessoa humana, começava pelo direito de todo brasileiro e de toda brasileira ter acesso à alimentação diversificada e plena⁴⁰.

Dessa forma, o Governo Federal, em conjunto com os governos estaduais e municipais⁴¹, ampliou o cadastramento das famílias beneficiárias, as quais eram separadas em dois conjuntos, estabelecidos a partir da quantia de renda per capita auferida por elas, que compreendiam as famílias pobres e as extremamente pobres. Os cadastros passaram a ser realizados no CadÚnico⁴², o que facilitou o acolhimento das famílias e pode ter contribuído para minimizar os erros de inclusão ou exclusão⁴³, além de facilitar o acompanhamento e o monitoramento das famílias já cadastradas.

Destarte, o PBF, no seio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nasceu, de fato, em 2004, por meio da Lei n° 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e foi regulamentada pelo Decreto n° 5.209, de 17 de setembro de 2004, o qual, por sua vez, sofreu alterações pelo Decreto n° 6.917 de 30 de julho de 2009.

O PBF também nasceu descentralizado, com a participação ativa dos estados, mas principalmente dos municípios, que são incumbidos do cadastramento das famílias no CadÚnico, da operacionalização do programa e de sua aproximação com a sociedade civil.

O Programa seguiu a tendência anterior de exigir contrapartidas de seus beneficiários, com as chamadas “condicionalidades”. Uma vez descumpridas, poder-se-ia perder o benefício. As condicionalidades são a obrigatoriedade do acompanhamento pré-natal pela gestante, a

³⁹ JINKINGS, 2018.

⁴⁰ O “Fome Zero” foi o primeiro programa do governo Lula, que, por alguns problemas de logística e a efetividade aquém do esperado, teve sua substituição posterior pelo PBF.

⁴¹ De acordo com os preceitos da CF/1988, a Assistência Social deve ser realizada de maneira descentralizada.

⁴² O CadÚnico é um sistema que reúne as informações das famílias pobres e extremamente pobres, para o acesso aos PTRs do governo e outros programas sociais, e é utilizado pelas três esferas: federal, estadual e municipal, o que facilita a inclusão e o acompanhamento das famílias beneficiárias dos programas sociais descentralizados.

⁴³ Segundo Rocha, 2015, o erro de inclusão acontece quando famílias que possuem renda acima do teto estabelecido para a pobreza são cadastradas, e o de exclusão acontece quando famílias que estão em situação de pobreza ou de extrema pobreza não são abarcadas pelo PBF.

vacinação em dia para crianças até os seis anos de idades e a frequência escolar, para crianças e adolescentes com até 15 anos, de 85% e para adolescentes de 16 e 17 anos, de 75%. Assim, vemos que são feitas três aproximações pelo PBF: uma com a questão da saúde infantil, a outra com a da educação e a diminuição da evasão escolar, e a terceira, que sintetiza as anteriores e é o principal objetivo: a quebra da transmissão intergeracional da pobreza.

O primeiro governo de Dilma Rousseff teve como programa o “Brasil sem Miséria”, que, segundo o MDS (2017), possuía três eixos:

Um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres⁴⁴.

Assim, havia o reconhecimento de que a inserção do beneficiário e da beneficiária de programas assistenciais na dinâmica da economia e da produção era essencial para a sua saída das condições de pobreza. O PBF deveria passar a ser conjugado com outros programas da capacitação e qualificação educacional e profissional, como o Pronatec, não obstante a continuação da política de valorização real do salário mínimo, esta muito ressaltada pela literatura⁴⁵ como uma das maiores responsáveis pela retirada das pessoas da pobreza. Pode-se dizer que havia um almejo de elidir a pobreza extrema, mediante a inclusão social de muitas pessoas que estavam nessa condição, mas que não eram abarcadas pelo PBF, por meio do CadÚnico.

Da mesma maneira, buscava-se a autonomização dessas pessoas com a sua inserção na dinâmica da produção, por meio de cursos de qualificação profissional, auxílios a produtores e produtoras rurais, incentivo ao empreendedorismo, além do acesso a melhores serviços de saúde e educacionais – que inclui também as creches –, bem como à moradia e aos serviços essenciais básicos, como luz, água encanada e esgoto⁴⁶.

Dessa forma, o governo Dilma estabeleceu, para o PBF, um benefício básico que é pago às famílias em condições de extrema pobreza, que independe da presença de crianças e adolescentes na família; um benefício variável, que abarca tanto as famílias extremamente

⁴⁴ Disponível em www.mds.gov.br. Acesso em 07/06/2018.

⁴⁵ GEORGES e SANTOS, 2016; CAMPELLO et al, 2013.

⁴⁶ O Brasil sem Miséria englobava vários programas, como o Minha Casa Minha Vida, o Luz para Todos, o Bolsa Verde, o Pronatec, o Brasil Carinhoso, que se destinava à parte da população mais vulnerável na extrema pobreza, que são as crianças e os adolescentes até 15 anos.

pobres, quanto as pobres, mas que possuam em sua composição gestantes, nutrizes, crianças de 0 a 12 anos ou adolescente até 15 anos, com a limitação de cinco benefícios variáveis por família; um outro benefício variável, incluído ainda no Governo Lula, em 2008, para famílias que possuam adolescentes de 16 e 17 anos, limitado a dois benefícios; e, por fim, o benefício de superação da extrema pobreza, para famílias com renda per capita de até R\$70 e que contenham crianças e adolescentes de 0 a 15 anos. Este último benefício foi incluído em 2013.

É a própria lei de criação que concede a preferência a mulher como a titular do cartão magnético pelo qual a bolsa é recebida, o que ressalta o caráter matricial e também familista genuíno do PBF. Desde o princípio do programa, é tido como certo que a mulher seria a melhor gestora do dinheiro, ao alocá-lo visando ao bem-estar familiar, diferentemente do homem, que poderia gastá-lo apenas consigo, inclusive, no sustento de vícios⁴⁷. Por isso, dizemos que a mulher é funcionalizada pelo Estado e, apesar dos benefícios trazidos à família quando é escolhida a titular, ela se vê reafirmada no trabalho reprodutivo integral, o qual se configura como um obstáculo para sua inserção no trabalho produtivo.

De forma geral, o PBF tem sido reconhecido como a maior política de transferência de renda da América Latina, e serviu de inspiração para outros países da região. Apesar de já ter acumulado esse legado, o Programa deve ainda conseguir abranger muitas famílias que ainda não foram abarcadas por erros de exclusão⁴⁸ e deve ser visto não como uma política de governo, sujeita a abandono ou pioras, mas como uma política de Estado que, apesar de apresentar falhas e de haver a necessidade de melhorias, deve ser aperfeiçoada e aprimorada, para que seus objetivos possam ser alcançados de forma efetiva.

2.2 O Programa Bolsa Família: Valores do benefício e critérios para o recebimento em 2018

Durante os governos de Dilma Rousseff (2010-2016), o PBF continuou a ser aperfeiçoado e expandido. Diminuir a pobreza extrema e democratizar o acesso à educação eram os maiores pilares de seu governo. Nos anos iniciais de seu mandato, a economia brasileira ainda apresentava um bom crescimento, a política de valorização do salário mínimo contribuía para o maior acesso a serviços essenciais e a bens de consumo pela população e os indicadores eram favoráveis ao desenvolvimento social, com mais alunos ingressando no educação superior, por

⁴⁷ Segundo Crenshaw (1991), pensa-se que uma mulher com dinheiro toma decisões que afetem positivamente o bem-estar de toda a sua família, por meio de decisões mais cautelosas, racionais e economicamente eficientes.

⁴⁸ ROCHA, 2015.

meio de programas como o “FIES” e o “Pro Uni”, e mais pessoas sendo atendidas em áreas vulneráveis, com o “Mais Médicos”. Além disso, buscava-se aumentar o escopo das famílias abarcadas pelo PBF.

Salienta-se que a importância de o número de beneficiárias do BF aumentar se dá não pela dependência das famílias em relação ao benefício, mas sim pela necessidade de abranger o contingente que se encontra nas faixas de pobreza e extrema pobreza e que ainda não foi contemplado pelo Programa, devido a erros de exclusão.

O PBF pode gerar um ganho para as famílias – melhoria de suas condições essenciais de vida e também melhores perspectivas de futuro – de forma diferente, em maior ou menor grau, dependendo da área geográfica em que a família beneficiária se encontra. Assim, nos grandes “bolsões de pobreza”, que compreende as regiões Norte e Nordeste, primariamente as zonas rurais, o valor do benefício pode ser muito mais significativo quando comparado às periferias das grandes metrópoles, que também possuem um alto índice de pobreza, mas os custos de vida são bem altos e o dinheiro tem um “valor menor” de compra⁴⁹. Nestes lugares, a renda do PBF é vista mais como um complemento e uma garantia para eventuais adversidades.

Segundo Georges e Santos (2016),

As entidades de elaboração de políticas de desenvolvimento começaram a considerar as mulheres, antes ignoradas, como alvo dos programas que visam erradicar a pobreza geral mediante programas de microcrédito, distribuição de alimentos para os grupos mais vulneráveis, cursos de capacitação e outros. A mudança de enfoque se deu pelo fato de que elas foram vistas como mais responsáveis para garantir as necessidades domésticas e dos membros da família (se possuísem meios para realiza-lo), ou seja, quando tivessem acesso ao mercado de trabalho e o dinheiro estivesse em suas mãos, sem a intermediação da renda do cônjuge (Georges e Santos, 2016, p. 60).

Assim, para Camargo et al (2013), além de quase a totalidade das titulares serem mulheres, o perfil de quem recebe o PBF é feminino: são 55% de mulheres, em um contingente de 51% que conforma a população brasileira⁵⁰. A estrutura familiar beneficiária majoritária é a de chefia monoparental feminina, seguida por aquela formada por casal com filhos; a escolaridade dominante é a do ensino fundamental incompleto, com uma também maioria de pardos e pretos e residentes de áreas urbanas. Por fim, esse perfil também é jovem: são as crianças e os adolescentes, que não estão em idade laboral, os mais vulneráveis à pobreza. As mulheres

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Como procura investigar esta dissertação, tais dados demonstrariam a existência, de fato, de uma feminização da pobreza no Brasil.

chefes de família monoparental também são as mais jovens, se comparadas às chefias dos demais arranjos familiares⁵¹.

Como mulher na Presidência da República, Dilma Rousseff ressaltava a importância de serem elas as maiores beneficiárias do PBF e, em 2015, esse número chegava a 93%⁵². Apesar de não ser uma política voltada para a questão da desigualdade de gênero, e ainda que não signifique uma aquisição de autonomia certa, pois a política familista ratifica o papel de reprodutora e cuidadora historicamente assumido pela mulher, um dos objetivos desta pesquisa girará em torno da percepção, pelas beneficiárias, se a titularidade do benefício, que presume ter uma renda certa todos meses (como direito) e de geri-la e cumprir as condicionalidades (como deveres) produz alguma emancipação individual.

Em maio de 2016, com a chegada de um governo cujo programa é minimalista, e após diversas alterações constitucionais e infralegais que desmantelam direito nas áreas trabalhistas, de saúde e educação, a assistência social também se viu ameaçada. De acordo com o site do MDS⁵³, 13,9 milhões de beneficiários tiveram seus repasses em maio de 2018, sendo o valor médio de R\$ 178,46 por família. O número, em 2013, era de 13,7 milhões⁵⁴, o que demonstra que não há um aumento significativo das famílias contempladas, o que pode caracterizar erros de exclusão.

Atualmente, o BF é repassado às famílias extremamente pobres com renda per capita mensal de até R\$ 85, e as pobres possuem renda per capita mensal entre R\$ 85 e R\$ 170 e é necessário que haja crianças ou adolescentes até 17 anos em sua composição, ou gestantes e nutrízes⁵⁵, além dos benefícios variáveis⁵⁶.

⁵¹ Para acesso ao estudo completo, ver Camargo et al in Campello et al 2013. Os dados obtidos na pesquisa foram da Senarc/MDS.

⁵² Portal Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/>. Acesso: 12.08.16

⁵³ Disponível em www.mds.gov.br. Acesso em 27/05/2018.

⁵⁴ Campello et al, 2013.

⁵⁵ MDS, 2018.

⁵⁶ Art. 19 do DECRETO Nº 5.209 DE 17 DE SETEMBRO DE 2004. Constituem benefícios financeiros do Programa Bolsa Família:

I - Benefício básico, no valor mensal de R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), destinado às unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - Benefício variável, no valor mensal de R\$ 41,00 (quarenta e um reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 205,00 (duzentos e cinco reais) por família, destinado às unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou de extrema pobreza e que tenham em sua composição

a) gestantes;

b) nutrízes;

c) crianças entre zero e doze anos; ou

d) adolescentes até quinze anos;

III - benefício variável vinculado ao adolescente, no valor de R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 96,00 (noventa e seis reais) por família, destinado às unidades familiares que se encontrem em

Segundo as estatísticas da PNAD, a porcentagem anual de beneficiários em 2017 diminuiu em relação a 2016, já que foram 13,7% de domicílios abarcados pelo PBF contra 14,3% no ano anterior⁵⁷.

A tendência, portanto, é de uma diminuição ou estagnação do atendimento e do alcance do PBF, não obstante a ainda necessidade do aumento de políticas públicas que devem ser conjugadas com o recebimento do benefício, principalmente aquelas que concernem à continuação dos estudos, à qualificação profissional e à aquisição de autonomias que transcendem o cumprimento dos papéis tradicionais na matricialidade, tanto para as beneficiárias, nas suas gerações, quanto para suas filhas, nas gerações futuras.

situação de pobreza ou de extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade de dezesseis a dezessete anos matriculados em estabelecimentos de ensino;

IV - Benefício variável de caráter extraordinário: constitui-se de parcela do valor dos benefícios das famílias remanescentes dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás que, na data da sua incorporação ao Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado para o Programa Bolsa Família.

V - Benefício para superação da extrema pobreza, cujo valor será calculado na forma prevista no § 3º, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos no inciso I ao inciso III igual ou inferior a R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) per capita.

⁵⁷ Disponível <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em 27/05/2018.

3 APRESENTAÇÃO DO CAMPO

3.1 A análise de relatos como metodologia qualitativa

Uma pesquisa que aborda percepções, subjetividades e trajetórias deve ter, como elemento fundamental, a narrativa das pessoas que serão seu objeto de estudo. Os diversos pontos de vista, as diversas opiniões, os relatos de vida contados de maneira pura, realística e subjetiva são fundamentais para a captura do sentido que a mulher quer transmitir sobre o percurso de sua vida.

A proposta de dissertação de Mestrado tem como objeto de investigação do processo de manejo e do efeito do Programa Bolsa Família na vida de 11 mulheres beneficiárias e titulares do cartão do benefício, em um contexto de favelização, no que tange à emancipação como mulher e ser humano, à percepção de autonomia em seus relacionamentos pessoais e em sociedade, à consciência de ser cidadã e de que exerce todas as prerrogativas e todos os deveres que a cidadania impõe, à aquisição de capital social e cultural.

Dessa forma, a narrativa, o contar, faz-se essencial para esse objeto de pesquisa. Escutar aquela mulher que vive na pobreza, sem qualquer perspectiva anterior de melhoria, é essencial para que possamos compreender o que pode realmente ter mudado e impactado sua vida após a entrada em um programa governamental de transferência de renda. Assim, foi de grande valia, inclusive para efeitos comparativos, saber a sua origem familiar, e como era sua conjuntura social anterior.

A narrativa é uma forma de recriar uma situação que pode ter acontecido ou que pode, também, ter sido imaginada. Assim, a menor interferência possível da entrevistadora visou a contribuir para não induzir a entrevistada a dizer aquilo que esta acha que aquela quer escutar. Na pesquisa qualitativa baseada em relatos de vida, não há certo, errado, ou uma resposta à qual se deve chegar.

Segundo Rago, a reconstrução do passado, juntamente com a análise das experiências vividas, são essenciais para que se possa compreender o presente. Assim, “a linguagem e o discurso são instrumentos fundamentais por meios dos quais as representações sociais são formuladas, veiculadas, assimiladas, e de que o real social é construído discursivamente” (RAGO, 2013, p. 30). Pode-se pensar que, na narrativa que compõe o relato de vida, tudo se torna válido, assim como não há um roteiro a ser estritamente seguido, ainda que a entrevistadora tenha concedido um direcionamento prévio à entrevistada. Muitas informações podem surgir de um relato,

mesmo aquelas que não estariam sendo esperadas, e podem ser bastante úteis na reconstrução da vida dessas mulheres e suas experiências com o PBF.

Ainda que a pesquisadora tenha elaborado perguntas específicas sobre as percepções e sobre as mudanças de vida após o recebimento do benefício do PBF, escutar o relato dessas mulheres, como um todo, foi essencial para a captura, de forma mais ampla e pura, das percepções, a partir da análise de suas trajetórias, de cada mulher beneficiária.

Segundo Bertaux (1997, p. 35), “em cada período da história, o relato descreveria não só a vida interior do sujeito e suas ações, mas também seus contextos interpessoais e sociais”. Dessa forma, por mais que já saibamos de antemão as características dos contextos sociais os quais as mulheres beneficiárias do PBF se inserem, que são aqueles de enorme pobreza, a partir do relato dessas mulheres, evidenciamos que, como seres sociais, somos profundamente determinadas por aquilo que a sociedade dita e rege, pelas oportunidades ou a falta delas e, a partir de uma perspectiva feminista, por toda a inferiorização do gênero feminino que leva à desigualdade em várias esferas da vida.

Para o autor, é importante a diferenciação entre “a história real de uma vida e o relato que se faz dela em certas circunstâncias específicas” (BERTAUX, 1997: 36). Assim, foi importante que a pesquisadora tenha se atentado para os diversos significados que uma fala, dentro de um relato, pode carregar, além de ter considerado as também diversas simbologias que podem ser trazidas em uma narrativa, que conta uma parte de uma história de vida a partir da vivência da entrevistada, e que pôde ter sido, de alguma forma, moldada ou modificada, consciente ou mesmo inconscientemente, pela narradora.

A partir da perspectiva das beneficiárias entrevistadas, pretende-se expandir tais concepções e transportá-las para os demais contextos vivenciados pelas outras tantas beneficiárias do PBF Brasil afora. Assim, segundo Bertaux, a pesquisa de campo deverá ser capaz de “passar do particular ao geral, descobrindo, dentro do campo observado, formas sociais, mecanismos sociais, lógicas de atuação, lógicas sociais, processos recorrentes – que se poderiam apresentar igualmente em múltiplos contextos similares” (BERTAUX, 1997, p.16).

Os relatos das mulheres beneficiárias do PBF, muitas que acumulam o status de chefia familiar, monoparental ou não, deverá ser capaz de nos revelar uma realidade que permanece abstrata e indecifrável para muitos: ser mulher, pobre (ou extremamente pobre), em sua maioria negra,

com baixa escolaridade, sem emprego ou com subempregos ou informais, chefes de família devido à ausência de cônjuge ou presença sem expressão, na maior favela da América Latina. Dessa forma, segundo Bertaux, “o recurso aos relatos de vida demonstra ser [...] eficaz, já que essa forma recorrida de dados empíricos se ajusta bem à formação das trajetórias; isso permite captar, mediante mecanismos e processos como os indivíduos terminaram encontrando-se em uma situação dada, e como tratam de se acomodarem nessa situação” (BERTAUX, 1997, p. 18).

A pesquisa de campo pretende ser capaz de explicar mais a fundo todos os tipos de relações que permeiam o contexto no qual as entrevistadas vivem. Assim, tal tipo de pesquisa permitirá que haja “uma descrição em profundidade do objeto social, que tem em conta sua configuração interna de relações sociais, suas relações de poder, suas tensões, seus processos de reprodução permanente e sua dinâmica de transformação” (BERTAUX, 1997, p. 23). Será fundamental interpretar, compreender, mais do que, talvez, explicar (idem), o que leva essas mulheres a serem selecionadas como participantes do programa, o porquê de elas terem se tornado, majoritariamente, as titulares do cartão de benefícios, o que as levam a gastar e alocar os recursos de certa maneira, se elas permanecem ou conseguem se desprender de relacionamentos abusivos, se elas continuam em busca de um emprego, de qualificação, ou se não conseguem ver perspectivas de melhoria de vida.

Para a obtenção de um relato de vida de forma proveitosa e completa, foi importante que a entrevistadora tenha permanecido atenta a cada detalhe do relato, e que tenha feito as correspondências com os direcionamentos necessários à pesquisa. Foi muito importante também deixar a entrevistada “à vontade”, e, ao mesmo tempo, possibilitar estímulos para que ela comece a narrativa e a sustente ao longo do tempo. Também se fez necessária uma imersão, pela entrevistadora, ao mundo da entrevistada, já que esta poderá utilizar-se de palavras, expressões, até mesmo gírias, que podem significar algo essencial na narrativa. Da mesma forma, observou-se o modo como a entrevistada se comporta, seus gestos, suas feições, quando a entrevistadora faz as perguntas, já que, por vezes, a entrevistada pode omitir ou mesmo negar uma informação ou uma situação, por medo ou receio de que algo possa acontecer ou mudar, após sua fala.

É importante ressaltar que as perguntas das entrevistas são apenas uma guia para a narrativa, estas não correspondem propriamente a um questionário. Assim, o objetivo foi realizar uma entrevista narrativa, em que a entrevistada pôde começá-la narrando sua história (BERTAUX,

1997, p.64). Ademais, o autor também anuncia a importância do comportamento da entrevistadora para o sucesso de uma entrevista narrativa: criar uma identidade de investigadora, ganhar a confiança da entrevistada, mostrar interesse, porém sem interrompê-la o tempo todo. Foi preciso que a entrevistadora soubesse administrar os contratempos que podem ocorrer durante a entrevista, tais como “silêncios prolongados, emoções fortes que acompanham a evocação de momentos dramáticos, as confidências de cunho secreto, os momentos de angústia de um ou de outro” (BERTAUX, 1997: 69), para que obtenha uma entrevista com sucesso.

Dessa forma, a obtenção de informações a partir de relatos de vida, logrados por meio de entrevistas e mesmo por observações em campo, é fundamental para que se compreenda a estrutura contextual por detrás dos objetos de pesquisa. É também possível observar os sentidos desses relatos, e, em analogia a Bertaux, transportar o que foi descoberto, em casos pontuais (mas inseridos em um contexto maior), para um âmbito mais geral e conceitual.

Assim, procurou-se chegar o mais próximo das experiências relatadas, sem qualquer intervenção ou juízo de valor emitido pela entrevistadora. A entrevista teve algumas perguntas básicas, comuns a todas, mas não direcionou completamente as respostas das entrevistadas, de tal forma que estas estiveram completamente livres para fazerem seus relatos.

Posteriormente, será feita uma análise da narrativa das mulheres sobre suas experiências com o PBF. Essa análise procurará interpretar os relatos obtidos, os quais estarão marcados por subjetividade, visão própria de mundo, tipo de linguagem utilizado e seus significados locais, o que é essencial para a compreensão de como essas mulheres vivem o seu dia-a-dia, sendo beneficiárias do PBF, e da efetividade dessa política assistencial em suas vidas.

A entrevista foi dividida em três partes, que são elas: 1. Perguntas Objetivas, que se encontram no anexo deste trabalho; 2. Análise das Trajetórias, por meio dos relatos; 3.

Projeto e Planos das entrevistadas.

As mulheres com quem conversamos tiveram uma grande liberdade para contar a história de suas vidas. A entrevistadora escutou a trajetória de suas vidas, como eram seus familiares, como foi seu processo educacional na família, na escola. De onde vieram, ou se nasceram no próprio Rio de Janeiro. Quais as maiores dificuldades enfrentadas até chegar à fase adulta e como era situação antes de formar suas próprias famílias.

Segundo Santos (2008), muitas vezes essas mulheres veem na união com seus parceiros a única maneira de se “emanciparem” e de desprenderem de eventuais relações abusivas que viviam em seus contextos familiares. Ademais, as mulheres de classes mais pobres acabam por internalizar valores repassados pelas classes médias, os quais, como discutido no capítulo 2, pressupõem a formação de uma família nuclear, com papéis e hierarquias rigidamente definidas para os gêneros e, assim, pretendem entrar em conformidade com aquilo que é esperado de uma mulher na sociedade patriarcal.

Dessa forma, no que concerne à maternidade, foi incentivado que a entrevistada contasse sobre a idade e o contexto em que teve seu (sua) primeiro(a) filho(a), se isso fez com que ela abandonasse os estudos ou sentisse maiores dificuldades de se inserir no mercado de trabalho. Ademais, a entrevistada também nos contou como é a rotina de sua casa, e como é ser (ou não) chefe de uma família; se trabalha fora, onde deixa suas crianças; como o dinheiro de sua renda é alocado e se ela sente que há um tempo para cuidar de si, inclusive no tange aos cuidados de beleza, que refletem na autoestima de uma mulher. Sobre os relacionamentos amorosos, as entrevistadas contaram como se deram as dinâmicas desses relacionamentos; se houve algum contexto em que elas consideraram o parceiro violento ou abusivo, e se uma eventual separação se deu devido a esse tipo de comportamento; se a existência de mais de uma união com homens diferentes contribuiu para que ela tivesse mais filhos; e se ela ainda espera encontrar outro parceiro para se relacionar, no caso de estar solteira no momento da entrevista.

Posteriormente, os relatos foram direcionados para a ocorrência de mudanças em suas vidas após o início do recebimento da renda do PBF. Buscamos saber se o Programa Bolsa família é a única fonte de renda da entrevistada e se, após o recebimento do benefício ela crê que não seria necessário ter outra atividade laboral⁵⁸. Além disso, nos atentamos para como são gastos os recursos da bolsa e quais são as prioridades dessas mulheres.

Finalmente, escutamos sobre a possível autonomia que a titularidade da bolsa traria à mulher. A entrevista nos contou se sentiu que adquiriu uma maior liberdade com a certeza de ter uma renda fixa, se ela conseguiu se inserir nas dinâmicas sociais da vida pública e se isso inclusive deu forças para que ela saísse de relacionamentos abusivos, já que podem ter passado a se reconhecer como mais independentes, financeira e sentimentalmente de seus antigos parceiros.

Também soubemos se essas mulheres puderam se capacitar, qualificar-se profissionalmente e retomar os estudos antes abandonados.

Sobre o benefício em si, questionamos se elas o veem como um direito constitucional e um dever do Estado ou como um favor ou mesmo uma dádiva e se a quantia recebida é suficiente para além da sobrevivência de sua família. E quanto às condicionalidades, se elas se sentem mais sobrecarregadas ou se encaram isso como um papel normal de “mãe”.

Também conversamos com as mulheres sobre suas perspectivas de vida, se elas compartilham de uma sensação de maior autonomia em suas relações, e se ainda se sentem presas às estruturas familiares e aos tradicionais papéis até então desempenhados.

As entrevistas/conversas foram realizadas com 11 mulheres beneficiárias do PBF na Rocinha, Rio de Janeiro. Foi também objetivo da entrevista fazer alguns cruzamentos de dados, tais como informações sobre raça/cor, escolaridade, qualificação e idade, como forma de complementar as informações obtidas por meio das mulheres beneficiárias.

3.2 Breve histórico do surgimento das favelas no Rio de Janeiro

Esta seção busca discorrer brevemente sobre a origem das favelas cariocas e apresentar a Rocinha, favela onde vivem as mulheres que relataram um pouco de suas vidas nesta dissertação.

De acordo com Ferreira (2009), o IBGE define, de forma “problemática”, a favela como “[um] aglomerado subnormal (favelas e similares), [que é] um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou não), dispostas de forma desordenada e densa, carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (FERREIRA, 2009, p.3)

A partir de estudos de Lícia Valladares (2000; 2016), tem-se que a formação das favelas remete às políticas de “modernização” e “higienização” da cidade do Rio de Janeiro, por meio das quais determinou-se a destruição dos cortiços em que viviam a população pobre da cidade.

Dessa forma, essa população, considerada “perigosa” e uma “ameaça” às elites locais, ao mesmo tempo em que também fornecia mão de obra para as classes mais abastadas, passou a

ocupar os morros do centro da cidade, próximos ao trabalho, por meio da construção precária de casebres, geralmente feitos de madeira e telha de zinco⁵⁹.

Entretanto, em oposição ao conceito do IBGE, que conceitua a ocupação da favela como uma “usurpação” do território, e que remeteria a uma certa gratuidade da moradia, a autora ressalta que toda moradora e todo morador de uma favela, ainda que não pagasse impostos territoriais ao Estado, sempre pagou aluguel, ou sobre o a casa, ou sobre o “chão” (terreno)⁶⁰.

Desde o seu surgimento, as favelas⁶¹ geravam preocupação às elites do poder local, mas, em nenhum momento, foi pensada uma forma efetiva de resolução dos “problemas” que elas causavam, seja à estética da cidade, seja à vida em geral das classes mais ricas. Vê-se, também, que não existia uma preocupação com bem-estar e a dignidade das vidas das pessoas mais pobres que residiam nas favelas.

Apesar de, atualmente, grande parte dos habitantes das favelas serem provindos da imigração nordestina, a autora ressalta que seus primeiros moradores eram oriundos do próprio Rio de Janeiro e, como mostrado, foram expulsos dos cortiços, além incluírem, também, os imigrantes europeus pobres, que enfrentavam dificuldades para conseguir moradias ao chegarem à cidade.

[...] Nem a ideia hoje amplamente generalizada de as favelas resultarem da invasão de terrenos, nem a hipótese da favela como solução de moradia barata para os pobres urbanos estavam presentes nesse período fundador. Assim como também não havia a ideia de os favelados serem maciçamente oriundos das correntes migratórias que trouxeram os nordestinos para o Rio. Os habitantes de inúmeras favelas desse período inicial eram imigrantes estrangeiros pobres — portugueses, espanhóis, italianos — que precisaram enfrentar a crise da moradia no começo do século. Ou correspondiam a uma população que havia povoado inicialmente o cortiço, mas que, de fato, era fruto da reprodução da pobreza originária do Rio de Janeiro (Valladares, 2000, p.25).

Ao mesmo tempo em que as favelas são vistas como uma “terra sem lei”, espaços dominados pelo tráfico de drogas, um destino certo a uma população que é pobre e majoritariamente negra, segundo a autora, ela é hoje, também, um espaço de resistência⁶². O poder público foi e é

⁵⁹ VALLADARES, 2000, p.8.

⁶⁰ Op. Cit., p.20

⁶¹ Segundo o site “Alma Carioca”, “a origem do nome favela vem da Guerra de Canudos. O povoado de Canudos, que desafiou o governo federal, foi construído perto de um morro chamado Favela, que era o nome de uma planta da região. Após a guerra em 1897, alguns que voltaram à cidade do Rio de Janeiro deixaram de receber o soldo. Sem condições financeiras, eles se instalaram no Morro da Providência em barracos provisórios. Esse local recebeu então o nome Morro da Favela. A partir da década de 20, as habitações de barracos que se erguiam sobre os morros do Rio de Janeiro passaram a ser designadas favelas”. Disponível em: <https://www.almacarioca.com.br/hist06.htm>. Acesso em 11/01/2018.

⁶² VALLADARES, 2000, p.20

negligente com as moradoras e os moradores das favelas e com as suas condições sociais e habitacionais. Desde o início, no Rio de Janeiro, era claro o desejo pela separação social e racial entre a elite local e a população mais pobre, o que gerou a sua exclusão e a sua marginalização, sem nunca ter havido, de fato, uma política habitacional justa e efetiva desde as demolições dos antigos cortiços, no início do século XX. A transposição das pessoas a conjuntos habitacionais nos subúrbios da cidade era tampouco eficiente, já que a maioria trabalhava no centro ou na zona sul e o transporte era – e ainda o é - precário, o que levava o seu deslocamento demorar por horas.

Assim, a população da favela passou a criar, ela mesma, formas de dinamizar seu cotidiano e suas relações sociais, bem como formas de auto identificação e fortalecimento coletivo. Para Telles (2005, p. 141), a partir dos estudos de Valladares (2005), tem-se quebrado o estigma criado em torno das favelas e de seus habitantes.

Esse estigma conforma a favela como um lugar homogêneo e exclusivo de pobreza, sem qualquer pensamento crítico que explique ou mesmo contraponha essa associação. Assim, existe “uma notável diversidade social e espacial em seu universo, bem como o dinamismo social e econômico que vem marcando essas realidades” (TELLES, 2005, p. 141).

Outrossim, Gondim (2005) atenta-se para o exemplo de Valladares (2005) sobre a Rocinha, na questão da modernização e da dinamização do cotidiano da favela, já que nela se pode observar grandes redes de comércio, postos de trabalho dentro do próprio bairro, associações de moradores com forte atuação em prol de melhorias de vida e condições de habitação, o oferecimento de serviços dos mais diversos, com destaque ao bancário, além de uma certa “glamourização” da favela, que a transforma em ponto turístico, principalmente para os estrangeiros que passam suas férias no Rio de Janeiro.

O exemplo da Rocinha [...] revela a variedade de serviços e atividades disponíveis à sua população: rede de TV a cabo exclusiva, agências bancárias, videolocadoras, lojas de eletrodomésticos, clínicas particulares, laboratórios, escritórios de advocacia, agências imobiliárias... Sua relação com a cidade amplifica-se mediante a inclusão no mundo globalizado, o que ocorre também com outras favelas, que dispõem de *sites* na Internet e são incluídas no circuito turístico (*Exotic Tours, Favela Tour, Jeep Tour*) (GONDIM, 2005, p. 487).

A próxima seção discorrerá sobre o breve histórico do surgimento da Rocinha e de suas transformações ao longo do tempo.

3.3 A Rocinha

A Rocinha, considerada a maior favela da América Latina, e que conta com uma população que pode chegar a mais de 100 mil habitantes, localiza-se entre bairros de classe média e média alta, na Zona Sul da cidade do RJ: Gávea e São Conrado. Outro bairro próximo, que também faz divisa com a Rocinha e é, da mesma forma, favelizado, é o Vidigal. De acordo com o Portal de Notícias Oficial da Rocinha⁶³ existem, atualmente, 25 sub-bairros, alguns com bastante discrepância econômica e social. São eles: Barcelos, Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua 4, Cachopa, Roupas Sujas, Vila Verde, Macega, 199, Vila Cruzado, Laboriaux, Boiadeiro, Dionéia, Portão Vermelho, Vila Vermelha, Cachopinha, Valão, Cidade Nova, Viva Verde, Terreirão da R. 1, Terreirão da R. 2, Trampolim, Pastor Almir e Cesário.

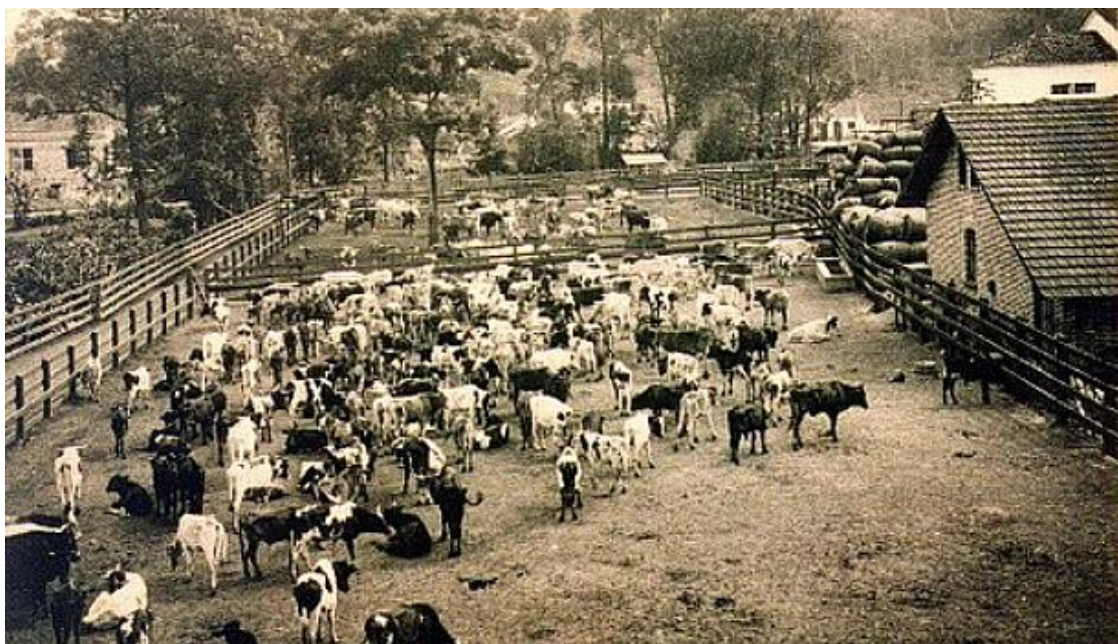
Imagem 1 - Via Ápia, Rocinha



Sua história remonta, de fato, a uma região em que se produziam produtos agrícolas em pequenas roças. Os produtores vendiam as frutas e os legumes em uma feira local, onde está, atualmente, a Praça Santos Dumont, na Gávea. Os seus principais habitantes foram os migrantes, majoritariamente, aqueles vindos do Nordeste.

⁶³ Disponível em: <http://www.rocinha.org/noticias/rocinha/>. Último acesso em 20/12/2018.

Imagem 2 – Chácara que ocupava o morro onde hoje é a Rocinha⁶⁴



A expansão territorial do Rio de Janeiro à Zona Oeste urbanizou a área de São Conrado, ainda considerado como Zona Sul, e a Barra da Tijuca, bairro habitado, igualmente, pelas classes mais altas, e já considerado Zona Oeste. A construção da Auto Estrada Lagoa-Barra, na década de 1980, teve o intuito de urbanizar essa parte da cidade (FERREIRA, 2009), ainda humanamente pouco habitada. Assim, com novas oportunidades de trabalho nessa região, a Rocinha passou a ser cada vez mais ocupada.

Os imigrantes nordestinos, que construía luxuosos prédios nesses bairros, não podiam arcar com o alto custo da moradia, e da vida em geral, no RJ. A Rocinha, que no início era, de fato, fazendas agrícolas, crescia cada dia mais, a partir de vielas abertas, casas geminadas e sem reboco e, muitas vezes, com apenas um cômodo para abrigar uma dezena de pessoas. Além disso, na maior parte das localidades ainda não havia esgoto encanado e coleta de lixo. Atualmente, algumas localidades ainda apresentam esses problemas.

⁶⁴ Disponível em: [Veja - Abril.com](http://veja.abril.com.br). Acesso em 11/01/2019.

Imagem 3 - Beco na Localidade Barcelos - Rocinha



Segundo Freire-Medeiros (2007, p.70), a Rocinha passou a ser um bairro na década de 1990, mais precisamente em 18 de junho de 1993. Para Glenny (2016, p. 2586), tornar-se bairro e separar-se de São Conrado gerou uma maior importância política à favela.

A Rocinha não é uma favela homogênea e existem locais que se destacam no tocante a uma maior pobreza e precariedade: as localidades conhecidas como Valão, Roupa Suja e Vila Macega. Nesses locais, é comum encontrar casas de madeira, sem rede de esgoto, em áreas sujeitas a desmoronamentos e de difícil acesso.

Imagem 4 – Casa em Vila Macega, Rocinha⁶⁵



Em muitas localidades, o serviço de coleta de lixo é precário. Quando chove, o problema pode se agravar e, inclusive, pode haver o surgimento e a infestação de ratos e baratas nas casas. Em uma de nossas visitas à Rocinha, uma das vielas alagou devido à chuva do dia anterior, e os moradores e as moradoras faziam diversos improvisos, com tábuas de madeiras, para passar entre os obstáculos e as águas sujas.

Apesar de a maioria das casas ter luz elétrica, o serviço é obtido, muitas vezes, por meio de “gatos”, e isso conforma um emaranhado de fios elétricos, nos quais, por vezes, esbarramos com a cabeça quando passamos, e que chamam muita atenção dos “gringos” que por lá vão passear.

⁶⁵ Disponível em: <http://lifeinrocinha.blogspot.com/2016/05/>. Acesso em 11/01/2019.

Imagem 5 - Crianças brincam em frente à sua casa – Barcelos, Rocinha



Ao caminharmos pela Via Ápia – uma das principais ruas da Rocinha e que detém uma grande área comercial – deparamo-nos com muitas lojas de souvenirs, de roupas de marca e, também, muitos restaurantes que servem “comidas típicas” brasileiras. Os preços das mercadorias são altos e os da comida, não muito baratos. Logo vem à memória a nova moda turística, que é a “visita guiada” em algumas favelas do RJ.

Porém, Freire-Medeiros (2007) observa que, na Rocinha, esses passeios podem causar frustração ao turista, principalmente o estrangeiro, que busca a existência de um enorme fosso social entre a favela e o seu entorno, conformados pelos bairros de classe alta. Isso acontece pois há áreas da Rocinha que são mais ou menos desenvolvidas, o que faz com que exista um contraste social dentro própria da favela, que não a torna homogênea, como muitos tendem a pensar.

A Rocinha virou bairro, cresceu muito... Você vê tanto o lado pobre quanto o mais desenvolvido... Então decepciona um pouco os turistas quando você só fica naquela área comercial. Eles ficam achando que a Rocinha não é pobre o suficiente, que não é pobre como essas cidades miseráveis da África (FREIRE-MEDEIROS, 2007, p. 65 – Trecho de entrevista com um guia turístico).

Misha Glenny, ao escrever um livro sobre um dos traficantes mais emblemáticos da Rocinha, o “Nem”, relata, a partir de suas experiências empíricas, que a Rocinha é

[...] uma comunidade muito complexa e elaborada, com uma infraestrutura mais avançada do que a maioria das favelas. Em comparação aos cortiços da África do Sul e da Índia [...] é uma colmeia de atividades econômicas frenéticas. E isso é inevitável – se você não está trabalhando sem parar em troca de um baixo salário, é provável que esteja cuidando de alguma coisa relacionada à criação dos filhos. As pessoas vivem incrivelmente atarefadas, e a comunidade é, em muitos aspectos, autossuficiente (Glenny, 2016, p. 179-183).

Em 2017, A Rocinha ficou, mais uma vez, em evidência nos principais noticiários do Brasil. Iniciou-se sua ocupação pelo Exército, em decorrência de uma disputa pela liderança do controle do tráfico de drogas na favela. Houve muitos tiroteios, moradores e moradoras feridas e mortas, suspensão das aulas, alunos e alunas impossibilitadas de irem à escola. Veio à tona um grande problema no qual não existe uma divisão tão clara de quem é “bandido” e quem é “mocinho”: a dinâmica do tráfico de drogas percorre os mais diversos setores, cada qual com seus detentores do poder – oficial ou paralelo -, e tem as favelas como um local propício à realização das atividades operacionais.

A ausência do Estado, sua negligência e seu descaso com a favela e com seus habitantes, ao mesmo tempo em que ela não parava de crescer, pode ter deixado uma “brecha” para que outros “poderes” se instalassem na Rocinha. Inicialmente, esse “poder paralelo” era exercido por quem capitaneava o jogo do bicho. Atualmente, é a cocaína que ocupa essa posição e quem chefia a operação de recebimento e distribuição da droga, a qual é consumida pela parcela mais rica da população, detém todo o controle de uma das atividades mais lucrativas de todos os tempos e que também envolve as autoridades estatais, principalmente por meio do suborno. Segundo Glenny (2016, p.1114), a Rocinha se tornou responsável por mais de 60% da cocaína traficada e que chega ao consumidor final.

As moradoras e os moradores da Rocinha não conseguem confiar no Estado e na força policial e, ao mesmo tempo, nem sempre coadunam com o poder paralelo exercido pelos chefes do tráfico, que podem ser tão truculentos quanto a polícia. Essa população vive sob um fogo cruzado e, por vezes, tem que adaptar a sua rotina, quase sempre tão cheia, para se esquivar de confrontos que geram as tão temidas balas perdidas. Como diz o trecho da música⁶⁶, muitos queriam apenas “andar tranquilamente na favela onde nasceram”, porém, resta difícil saber o

⁶⁶ Eu Só Quero É Ser Feliz - Rap Brasil

que é pior: o Estado agir ou não, já que, de forma pragmática, a sua omissão levou com que se estabelecessem relações diante das quais as ações combativas não mitigam os problemas e, ao contrário, pioram-nos e agravam-nos.

3.4 O CRAS Rinaldo de Lamare

Encontramos as 11 mulheres com quem conversamos, ao longo de dois meses, na sala de espera para atualização do CadÚnico do CRAS Rinaldo de Lamare. Para isso, obtivemos a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro – SMASDH/RJ, e todo o apoio necessário da equipe do CRAS.

Imagem 6: Vista externa Centro Municipal de Cidadania Rinaldo de Lamare, em São Conrado, RJ



O CRAS Rinaldo de Lamare localiza-se no bairro de São Conrado, no Rio de Janeiro, e está bem próximo a uma das vias principais que dão acesso à Rocinha, bem como de uma das saídas do metrô. O prédio, denominado “Centro Municipal de Cidadania Rinaldo de Lamare”⁶⁷ possui 12 andares, e conta com os serviços de Atenção Básica de Saúde e Clínica da Família, oferecidos pelo SUS, uma creche, uma escola de ensino fundamental em um prédio anexo, e os

⁶⁷ Rinaldo Victor De Lamare foi um médico pediatra brasileiro. É o autor do livro *A Vida do Bebê* que, com mais de cinco milhões de exemplares vendidos, é considerado como uma verdadeira Bíblia para as mães brasileiras. Disponível em Wikipédia. Acesso em Acesso em 06/01/2019.

serviços de Assistência Social, no 8º e no 9º andar. Não obstante, o Centro tem parcerias com o “Sistema S”⁶⁸ no oferecimento de cursos de capacitação, como de gastronomia, de manufatura de bijuterias, de costura e de serviços administrativos.

Os CRAS são responsáveis pela operacionalização do PBF e por exercerem os demais serviços de assistência social às famílias em condições de vulnerabilidade⁶⁹. O CRAS é onde a mulher titular do PBF “dá entrada” na documentação para receber o benefício pela primeira vez, dirige-se quando precisa realizar alguma atualização em seu cadastro ou se direciona quando possui qualquer dúvida sobre o cumprimento das condicionalidades e necessite de orientação sobre seus eventuais bloqueios.

Muito próximo ao CRAS Rinaldo de Lamare, há um complexo esportivo, no qual muitas crianças da Rocinha realizam atividades gratuitas. Nesse complexo, são oferecidas atividades como natação, jiu-jitsu, judô e futebol.

⁶⁸ Sistema S é “o conjunto de instituições corporativas voltadas a treinamento profissional, pesquisa e assistência técnica e social. Ao todo, são nove instituições (todas iniciadas com S -daí o nome), estabelecidas pela Constituição Federal, cada uma voltada a uma área de atuação, como indústria, comércio, agronegócio e cooperativismo. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/12/19/o-que-e-o-sistema-s-de-sesc-e-sesi-e-por-que-seu-repasse-causa-polemica.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 06/01/2018.

⁶⁹ De acordo com o site do Programa Bolsa Família, o CRAS Rinaldo de Lamare – Rio de Janeiro (Centro de Referência de Assistência Social) é o órgão responsável por coordenar as atividades assistenciais no bairro. O posto tem o objetivo de atender famílias em situação de vulnerabilidade que precisem de auxílio social. Além disso, também fica a cargo do CRAS transmitir as orientações necessárias para o cumprimento das condicionalidades do Bolsa Família, como a atualização cadastral, a frequência escolar de crianças e adolescentes, bem como o acompanhamento da saúde de crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.programabolsadafamilia.com.br/cras-rinaldo-de-lamare-rio-de-janeiro-rj/>. Acesso em 06/01/2019.

Imagem 7: Complexo Esportivo da Rocinha



Próximo ao Centro Municipal de Cidadania e ao Complexo Esportivo, há também uma escola de Ensino Médio, o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Ayrton Senna, no qual muitos adolescentes e jovens adultos da Rocinha estudam.

Assim, percebemos que há uma grande estrutura de atendimento, pelo Estado, aos habitantes da Rocinha, que abrange a saúde e a educação públicas e a assistência social. Sabemos que não há tal qualidade e completude de atendimento em diversos outros bairros do Rio de Janeiro, o que torna o CRAS Rinaldo de Lamare uma grande referência para a Assistência Social Municipal como um todo.

3.5 As Mulheres da Rocinha

As mulheres que relataram as suas vidas possuem características sociais e trajetórias diferentes, não obstante elas se confluam em alguns momentos, o que pode trazer semelhanças em algumas vivências, mas cada uma com as suas particularidades.

Quadro 1: Perfil Social das Mulheres

Nome	Raça/Etnia	Idade
Carolina	Morena (negra)	35
Dandara	Preta	41
Elza	Branca	38
Joana Angélica	Parda	51
Leila	Branca	21
Leolinda	Preta	30
Margarida Maria	Parda	49
Maria Quitéria	Parda	36
Marta	Branca	24
Nísia	Negra	38
Tarsila	Branca	52

Quadro 2: Naturalidade, Estudos e Trabalho

Nome	Naturalidade	Escolaridade	Situação de trabalho
Carolina	Ceará	Ensino Fundamental Completo	Desempregada (foi, por muitos anos, atendente de uma grande franquias de lanchonetes no RJ)
Dandara	Rio de Janeiro	Ensino Fundamental Incompleto	Diarista (trabalhou, por muitos anos, como empregada doméstica e também como ajudante de cozinha)
Elza	Rio de Janeiro	Ensino Médio Completo	Desempregada (trabalhou, por muitos anos, como saladeira, em um famoso restaurante do RJ)
Joana Angélica	Rio de Janeiro	Ensino Fundamental Incompleto	Dona de Casa
Leila	Piauí	Ensino Médio Incompleto	Desempregada (antes, era caixa de supermercado)
Leolinda	Rio de Janeiro	Ensino Fundamental Completo	Vendedora e empreendedora (já foi prostituta)

Margarida Maria	Rio de Janeiro	Ensino Fundamental Completo	Desempregada (antes foi garçõnete e vendedora - faz alguns bicos atualmente)
Maria Quitéria	Ceará	Ensino Médio Incompleto	Desempregada (atuou, por muitos anos ,como vendedora)
Marta	Paraíba	Ensino Médio Completo	Desempregada (antes atuava como garçõnete)
Nísia	Rio de Janeiro	Ensino Médio Incompleto	Dona de Casa
Tarsila	Paraíba	Ensino Fundamental Incompleto	Diarista (foi, por muitos anos, empregada doméstica)

Quadro 3: Conformações Familiares e Religião

Nome	Situação conjugal	Número de filhos	Tipo de moradia	Religião
Carolina	Separada	3	Aluguel	Católica
Dandara	Divorciada	6	Casa própria	Não possui
Elza	Divorciada	2	Casa própria	Não possui
Joana Angélica	Separada	3	Aluguel	Não possui
Leila	Solteira	1	Aluguel	Católica
Leolinda	Casada	3	Casa própria	Evangélica
Margarida Maria	Solteira	4	Casa própria	Não possui
Maria Quitéria	Solteira	1	Aluguel, mas possui casa própria	Católica
Marta	Solteira	1	Aluguel	Católica
Nísia	Casada	4	Casa própria	Evangélica
Tarsila	Casada	3	Aluguel	Católica

Das 11 mulheres, cinco (45%) são migrantes nordestinas, que vieram ao Rio de Janeiro em busca de emprego e de melhorias gerais das condições de vida. Elas possuíam, geralmente, algum contato antes de migrarem, em sua maioria, parentes próximos, que já haviam aqui se estabelecido e podiam oferecer o suporte necessário às novas migrantes.

Quanto à raça, três (27%) se consideram pardas, duas (18%) pretas, quatro (36%) brancas, uma (9%) morena e uma (9%) negra. Se englobarmos na categoria “negra” as pretas, as pardas e as morenas, há 64% de mulheres negras e 36% de mulheres brancas.

Quanto à escolaridade, três mulheres (27%) possuem Ensino Fundamental Completo, três (27%) possuem Ensino Fundamental Incompleto, duas (18%) possuem Ensino Médio Completo e três (27%) possuem Ensino Médio Incompleto. Nenhuma delas possui escolaridade de nível superior e aquelas que completaram os estudos em segundo grau foram minoria.

Ao contar as mulheres que são donas de casa junto àquelas que estavam no mercado de trabalho, mas hoje se encontram desempregadas, totalizam-se oito (73%), e três delas (27%) estão trabalhando de forma regular, não obstante estejam em situação informal. Assim, nenhuma delas possui um emprego formal (com carteira assinada).

Apenas uma mulher (9%) contraiu casamento civil, e hoje encontra-se divorciada. Todas as outras que mantiveram um relacionamento conjugal foi como coabitação ou houve somente a celebração religiosa. Quatro (36%) permanecem casadas e 64% estão solteiras.

A variação do número de filhos foi entre um e seis, o que resulta em uma média de 2,8 filhos, e coincide com a moda, que foi de três filhos. Este número é superior ao valor da taxa de fecundidade brasileira que, segundo o IBGE⁷⁰, em 2018, foi de 1,77 filhos por mulher.

Um pouco mais da metade das mulheres possui casa própria (55%), enquanto as demais moram de aluguel. Muitas nasceram e cresceram na Rocinha, e vivem nas casas que herdaram da família. Algumas juntaram dinheiro para construir suas casas e, inclusive, puderam investir em imóveis como fonte de renda. Entretanto, o aluguel ainda é uma despesa que pesa para algumas delas, principalmente àquelas em condição de migração.

Por fim, a religião não mostrou ser um fator central em suas vidas. Quatro delas (36%) afirmou não seguir qualquer religião, cinco (45%) são católicas e duas (18%) são evangélicas neopentecostais.

Boa parte das mulheres com quem conversamos vieram do Nordeste, e isso chama a atenção para a grande imigração nordestina à Rocinha. Elas formam uma rede de convivência, criam laços de amizade e estabelecem relacionamentos amorosos com seus conterrâneos. Todas

⁷⁰ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>. Acesso em 13/11/2018.

vieram em busca de empregos, já que o Rio de Janeiro é uma grande metrópole e pode oferecer mais oportunidades. Muitas ressaltaram que não desejariam migrar se houvesse maiores possibilidades em suas terras natais.

Assim, podemos dizer que a Rocinha é um lugar onde convivem as cariocas pobres e as migrantes nordestinas. Ao percorrermos o bairro, muitos sotaques podem ser escutados, assim como pode ser vista uma grande diversidade racial. Pudemos observar um predomínio de moradores e moradoras negras, mas há também brancas e brancos.

Existe, inclusive, uma sensibilidade, pelas beneficiárias que vivem em regiões melhores da Rocinha, com relação às famílias que vivem em regiões mais pobres, como Vila Macega e Roupas Sujas. Como exemplo, Maria Quitéria reconhece que há mulheres que dependem mais ainda que ela do Bolsa Família, e que há uma diferença no nível de pobreza entre moradores e moradoras dentro da própria Rocinha.

“Muita gente não trabalha, não tem renda, não tem nenhuma criança pra cuidar, espera por aquele dinheiro todo mês, e faz uma diferença. Aqui a gente não vê muita gente assim, mas tem um lugar, chama Roupas Sujas, que às vezes eu gosto de ir lá pra ajudar, porque assim, o pouco que tenho, eu gosto de dividir com os outros. A gente acha que a gente não tem, mas tem gente que é pior, passa fome. É esse pessoal que precisa mesmo do Bolsa Família, mais do que eu, porque eles não têm renda nenhuma”.
(Maria Quitéria, 36 anos).

As mulheres com quem conversamos compartilham vivências que, apesar de muito diferentes em um primeiro momento, assemelham-se de várias formas. Veremos as suas trajetórias de vida, contadas a partir de seus relatos, no Capítulo 4.

4 OS RELATOS DE VIDA DAS MULHERES DA ROCINHA

Neste capítulo, apresentaremos os relatos sobre as trajetórias de vida das moradoras da Rocinha, desde a infância até os dias atuais, perpassando suas rotinas, seus relacionamentos amorosos e seus percursos escolares e profissionais. Além disso, em conjunto com os relatos, discorreremos sobre a divisão sexual e social do trabalho, a qual acreditamos ser responsável pela assunção praticamente integral do trabalho reprodutivo pelas mulheres, ao mesmo tempo em que elas assumem profissões subalternas, com menor prestígio, menores salários, em jornadas parciais e flexíveis, ou de maneira informal, no mercado de trabalho produtivo.

4.1 Trajetórias de vida

Carolina

Carolina, de 35 anos, é cearense e tem três filhos: um de 17, um de 10 e um de 7 anos. Todos eles estão estudando - o mais velho, em uma escola estadual, e os outros dois em escola municipal.

Carolina se considera “morena” – ela tem a pele avermelhada e os cabelos negros e lisos. Ela não declara ter qualquer religião. Seu pai era carreteiro e sua mãe era merendeira. Eles pararam de estudar bem cedo. Sua mãe se casou aos 13 anos com seu pai, que tinha 23 anos. Ela tem 16 irmãos. Todos são do mesmo pai, mas hoje em dia eles são separados.

Carolina parou de estudar no Ensino Fundamental e se casou aos 18 anos, já grávida de seu primeiro filho. Ela e o então marido vieram para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Ela trabalhou por muitos anos como atendente em uma grande rede de lanchonetes, em Copacabana. Ela reconhece os benefícios de se ter um emprego formal, e sente muita falta de poder trabalhar. Desde que saiu do emprego para cuidar de seu filho do meio, que estava constantemente doente, ela não conseguiu retornar ao mercado de trabalho.

O período em que ficou desempregada coincide também com a separação, quando ela descobriu a traição de seu ex-marido. Assim, o BF tem sido a sua única renda fixa, mas ela também faz alguns “bicos” para poder pagar o aluguel da casa e manter a sua vida e a de seus filhos. O seu ex-marido nem sempre paga a pensão alimentícia, pois alega que também está desempregado. Atualmente, o seu benefício, que é de R\$209 mensais, está bloqueado.

Dandara

Dandara tem 41 anos e possui seis filhos. Ela é carioca e, antes de vir para a Rocinha, morou em uma comunidade no Leme chamada Morro do Chapéu Mangueira, até os 14 anos. “Antes de ter esse tanto de tiroteio, lá era uma maravilha, tem uma vista linda. Estudei em uma escola lá, e hoje minha filha também estuda lá”. (Dandara, 41 anos). Ela é negra retinta, e não declara ter uma religião.

Ela se esforça para lembrar a idade e a data de nascimento de cada um de seus filhos e de cada uma de suas filhas, e não titubeia, em qualquer momento. Suas filhas têm as idades de 17, 13 e 5 anos, seus filhos têm 8 anos e 3 anos, e ela tem também um bebê de 1 mês.

Dandara nos contou, com orgulho, que está em um longo relacionamento com o seu marido, e que ele é o pai de todas as suas seis crianças. Ele é mecânico, com curso técnico e trabalhou por muitos anos em uma firma, com a carteira assinada. Atualmente, trabalha por conta própria.

Dandara começou a trabalhar aos 16 anos, e sua principal ocupação, desde então, é como diarista. Ela também foi, por muitos anos, empregada doméstica e, na maioria dos seus empregos, apesar da característica da continuidade, ela não teve sua carteira assinada.

Mesmo que esteja há mais de 20 anos com o seu marido, não houve a formalização do casamento. Ela disse que, da sua família, seu irmão foi o único que “se casou no papel”, já, entre as mulheres, nenhuma se casou no cartório. Percebemos que Dandara faz uma diferenciação entre um casamento formal e a coabitação, forma pela qual ela vive com o marido, apesar de esta última também prever direitos e deveres do casamento civil. “Ele [o seu irmão] foi o único que casou no papel, nenhuma das meninas casou! Eu nunca imaginava ele casar no papel, imaginava eu... (risos)” (Dandara, 41 anos).

Ela ficou separada de seu marido por um período de aproximadamente dois anos, após descobrir traições. Ela também relatou que seu marido era mais ausente, não contribuía com as tarefas domésticas e passava muito tempo bebendo em bares, mas que isso vem mudando e ela agora o considera um pai e um marido mais presente.

Ela recebe, atualmente, R\$260 do PBF. A renda de sua casa é composta, além do valor do benefício, pelo dinheiro que recebe de suas faxinas e pelo salário de seu marido.

Elza

Na minha última ida ao CRAS, tive a oportunidade de conversar com Elza, que tem um histórico de violência doméstica em seu antigo relacionamento.

Ela é nascida e criada na Rocinha, tem 38 anos, é branca e não segue qualquer religião. Sua infância foi tranquila, com os pais presentes e uma rotina de estudos assídua. Ela estudou em um ótimo colégio no Ensino Médio. Sua mãe era dona de casa e seu pai era pedreiro. Estava tudo certo para Elza ter um futuro brilhante, talvez até mesmo sair da Rocinha, cursar uma faculdade ou trabalhar como chef de cozinha, sua grande paixão. Porém, uma reviravolta aconteceu em sua vida: ela ficou grávida aos 14 anos, de um amigo do Colégio, com quem teve apenas uma relação.

Ela teve sua filha com 14 para 15 anos, enfrentou uma grande resistência de seu pai, além de ter sofrido diversas punições morais de sua parte, algo que sua mãe tentou neutralizar, ao se oferecer para ajudar a cuidar da recém-chegada bebê. Elza conta que conseguiu terminar o Ensino Médio a duras penas e teve de adiar alguns de seus planos, pois tinha que trabalhar para manter o seu sustento e o de sua filha.

Elza então conheceu o seu segundo marido, que é Contador e possui uma boa condição financeira. Eles mantiveram um relacionamento ao longo de 14 anos. Eles fizeram viagens ao exterior, adquiriram uma casa própria no Morro dos Cabritos, em Botafogo, e ela teve um segundo filho, hoje com 12 anos. Contudo, seu casamento foi também marcado por agressões e humilhações. Elza me mostrou uma cicatriz em sua boca, resultado de uma das agressões de seu marido, durante uma “briga muito feia”, entre muitas que existiram durante os anos de casamento.

Elza trabalhou por muito anos como saladeira em uma grande rede de restaurantes “gourmet” no Rio de Janeiro. Ela contou que sua paixão é cozinhar, e que queria ter mais oportunidades para desenvolver esse dom.

Ela está desempregada há três anos, desde que saiu do seu último emprego formal. Atualmente, o PBF é a sua única renda fixa –R\$130 por mês-, mas ela também ajuda a sua mãe na venda de cosméticos e recebe a pensão do seu filho mais novo. Quando nos encontramos novamente, Elza estava às pressas para ir ao Hospital Miguel Couto, pois sua filha havia acabado de realizar o parto de uma gravidez prematura. Ela contou que o seu neto pode lhe trazer uma maior alegria, em um momento de vida em que se sente vazia e sem esperanças.

Joana Angélica

Joana Angélica é carioca, tem 51 anos e é beneficiária no PBF devido ao cuidado dos seus netos, filhos de sua filha que é viciada em drogas e tem esquizofrenia. Ela tem ascendência italiana e se considera parda. Ela não tem religião, e não gosta de nenhuma.

Ela tem duas filhas e um filho: uma que mora há muitos anos com o pai, em Minas Gerais, a outra, que é mãe dos netos de quem ela cuida, e um filho que ela diz “não fazer nada”. Ela conta que a sua segunda filha é alcóolatra, viciada em cocaína há muitos anos, e também tem esquizofrenia. Ela possui quatro netos no total, mas dela foi retirada a guarda de um deles, que está, até hoje, sob os cuidados de uma família adotiva. Joana Angélica luta na justiça para obter a sua guarda. Seus netos têm idades de 15, 13 (neta) e 9 anos, além do de 10 anos, que está com a família acolhedora.

Ela nasceu na Rocinha. Sua mãe é baiana e seu pai era mineiro. Ela conta que seu pai foi assassinado pelo seu melhor amigo, por inveja, pois ele estava ascendendo profissionalmente e financeiramente. Joana Angélica tinha apenas 12 anos quando isso aconteceu. Sua mãe sempre a ajudou a cuidar de sua filha, mas ela ressalta que é ela quem faz a maior parte do trabalho. Sua mãe era doméstica, tem casa própria e, hoje em dia, recebe o BPC.

Ela parou de estudar no Ensino Fundamental, casou-se aos 17 anos e teve sua primeira filha com a mesma idade.

Seu primeiro marido foi assassinado, pois virou “bandido” – ele era assaltante de bancos. Seu segundo marido, com quem ficou por muitos anos, era norte-americano e, com ele, ela tinha uma vida melhor. Contudo, ela preferiu ver seu *status* social diminuir a permanecer em um relacionamento abusivo, pois ele a humilhava diuturnamente, inclusive, fazendo uso de termos racistas.

Desde que sua filha começou a apresentar os primeiros sinais de esquizofrenia, Joana Angélica passou a dedicar o seu tempo, inteiramente, para cuidar dela. Assim, ela conta que está há décadas fora do mercado de trabalho, e o BF possui um papel essencial em sua vida, por ser a sua única renda fixa. Atualmente, o seu benefício, que era de R\$219 mensais, está bloqueado.

Joana Angélica deposita suas esperanças de melhoria de vida em seu novo relacionamento, com um homem de 26 anos, que tem muitas ambições e sonha em tornar-se advogado. Quando conversamos, ele havia desaparecido há cinco dias, depois de sair para buscar seu acerto salarial devido à sua recente demissão. Em nosso contato posterior, ela nos contou que ele teve de ser internado às pressas em consequência a uma apendicite, e que, agora, tudo estava normalizado.

Leila

Quando conheci Leila, de 21 anos, já era um pouco mais tarde e o CRAS Rinaldo de Lamare iria fechar dentro de mais ou menos uma hora. Ela estava desesperada, pois havia se mudado há pouco tempo para a região da Barra da Tijuca, e foi até o CRAS para atualizar seus dados no CadÚnico, já que, sem isso, ela correria o risco de ter o seu benefício do Bolsa Família suspenso.

Ela foi informada de que o CRAS não atendia a sua região de domicílio. Entretanto, por ter acabado de fazer uma cirurgia de apendicite, ter um filho pequeno e estar na iminência de perder o benefício, as assistentes sociais prosseguiram com o atendimento.

Leila parou de estudar no Ensino Médio e, com 16 anos, decidiu deixar o Piauí e vir para o Rio de Janeiro, em busca de uma vida melhor. Um irmão e uma irmã já moravam aqui, e sempre deram todo apoio a ela.

Seus pais sempre foram trabalhadores rurais. Sua mãe tem um problema sério de hérnia de disco, mas não foi aposentada por invalidez pelo INSS, o que ela alega que deveria ter sido feito. Desde a separação de seus pais, foi sua mãe quem criou, integralmente, todos os filhos e cuidou da casa. O seu pai foi ausente e sempre deu à família uma pensão alimentícia de valor ínfimo. Depois da separação, Leila sentiu bastante a falta do pai e, inclusive, buscou no relacionamento com o seu ex-marido uma forma de suprir essa ausência da figura paterna.

Assim que ela chegou ao RJ, ela encontrou um emprego em um mercado, no bairro de Olaria, na Zona Norte da cidade. Foi nesse trabalho que ela conheceu o seu ex-marido, pai de seu filho, de 1 ano e meio. Eles encontram-se separados atualmente, mas Leila acredita que reatarão o relacionamento, que foi marcado por algumas violências verbais.

Leila está desempregada e seu ex-esposo passou a trabalhar como porteiro. Ela diz que eles se encontram sempre, devido ao seu filho. Ela se considera uma mãe muito boa e presente. Ela também contou que, agora que teve o seu filho, ficou muito mais difícil encontrar um emprego. Atualmente, a sua única renda fixa é o BF, no valor de R\$188 por mês.

Leolinda

Leolinda, de 30 anos, sempre morou no Vidigal, favela vizinha à Rocinha. Ela tem um filho de 11 anos, uma menina de 6 anos e outra de 2 anos.

Ela contou que viveu muitos eventos traumáticos durante a sua infância:

“Quando eu era novinha, bem novinha, tipo uns 8, 9 anos, era tudo maravilhoso, mamãe, tudinho ali. Aí com 9 anos minha mãe morreu. Aí a gente foi morar em outro lugar, ficamos morando com a minha irmã. Somos seis irmãos no total. Aí, pouco tempo depois, meu irmão morreu. Entrou pra boca, perdeu a cabeça, morreu. Aí meu pai tentou pegar a gente pra morar com ele... Mas aí, pra morar com ele, tinha umas regras lá... Meu pai traiu minha mãe, foi morar com essa mulher. Minha mãe, quando descobriu, entrou em crise, teve um problema no coração e acabou morrendo”. (Leolinda, 30 anos).

Ela nos disse que seu pai tinha boas condições financeiras, mas que havia regras em sua casa que ela considerava inaceitáveis, além de ter a presença de uma madrasta hostil. Ela conta que o seu pai mantinha uma empregada doméstica, mas depois que ela e seus outros irmãos chegaram, ele dispensou a empregada e os colocou para trabalhar. Assim, eles preferiram fugir de casa e voltar para a antiga casa de sua mãe, no Vidigal.

Seu primeiro relacionamento foi aos 17 anos. Hoje em dia ela é “juntada” faz 7 anos, e o seu atual marido é pai das suas duas filhas. O pai do seu primeiro filho era um amigo, com quem ficou apenas uma vez, e que resultou na gravidez. Ela contou que nada foi planejado e que, por ser muito nova, “sem cabeça”, não usava qualquer método anticoncepcional, apenas “contava com a sorte”.

Ela estudou até a 8ª série e disse que não gostava de estudar. Porém, ela vê um futuro diferente para seus filhos, e crê que os estudos são essenciais para que eles tenham uma vida melhor. Todos os seus filhos estão na escola, no Vidigal.

Leolinda trabalhou como prostituta por um tempo, em um famoso clube em Copacabana, que hoje encontra-se fechado. Com o dinheiro que ganhou com a prostituição, ela investiu em imóveis no Vidigal, e pôde dar uma vida mais digna para o seu filho. Quando deixou a prostituição, ela decidiu empreender, ao criar uma microempresa de sucos naturais. Ser empresária e bem-sucedida sempre foi o seu maior sonho. Ela também se casou novamente e se tornou evangélica.

Leolinda tem uma rotina muito cheia, pois trabalha vendendo produtos de uma famosa marca de maquiagens, voltou a investir em sua microempresa de sucos naturais, cuida de seu filho e de suas filhas e também dedica um tempo para cuidar de si. Ela faz musculação em uma rede famosa de academias e sempre vai ao salão cuidar de seus cabelos e de suas unhas.

Ela se considera chefe de sua família, juntamente com o seu marido, que trabalha em uma van escolar. Depois que passou um tempo separada, ela contou que só aceitou a volta do relacionamento se o seu companheiro realizasse, com maior frequência, as tarefas domésticas e, também, se a palavra final, dentro do lar, fosse a sua.

Leolinda é uma mulher com muitas ambições e muitos planos, sendo um deles, morar na Espanha com a sua família. Ela acredita que a dedicação ao trabalho e a confiança em si mesma são a receita para uma vida de sucesso, e ela sente que nasceu para ser uma mulher bem sucedida. Ela recebe, pelo PBF, R\$180 mensais.

Margarida Maria

Margarida Maria tem 49 anos, é parda, solteira, possui quatro filhos e também quatro netos. Seus filhos estão com 29, 21, 18 anos e sua filha, com 26 anos. Ela teve seu primeiro relacionamento com 15 para 16 anos, e seu primeiro filho com 21 anos. Ela nunca se casou formalmente e, ao todo, morou junto (amigou) três vezes. O último cônjuge é pai de dois dos seus filhos. Os outros dois possuem pais diferentes.

Margarida Maria contou que teve uma infância boa e possuía liberdade para sair e brincar. Seu pai era instrutor de autoescola e sua mãe era merendeira de uma creche. “Não tenho nada pra falar deles não, fizeram a parte deles”. (Margarida Maria, 49 anos).

O seu filho mais velho está desempregado e passa o dia todo em casa. O do meio está procurando um emprego, o que ela tem esperança de que vá conseguir. O mais novo está terminando o Ensino Médio. Sua filha mora em outra casa na Rocinha, e Margarida cuida dos filhos dela.

Alguns de seus netos, filhos de sua filha, moram com ela. São sete pessoas que vivem em uma casa de um cômodo. Ela se considera a chefe de família, e também é vista dessa forma pelos membros de sua família. Ela conta que é, e sempre foi, “chefe, tanto na parte moral, quando na parte financeira”. (Margarida Maria, 49 anos).

Margarida está, atualmente, desempregada. Por cuidar de seus netos, sua renda principal é, atualmente, o BF, no valor de R\$178 mensais. Ela trabalhou por muitos anos como garçoneiro, fez um curso de qualificação nessa área por um programa social, mas relatou a dificuldade de

encontrar um emprego, muito por conta da sua idade, já que, como ela disse, os empregadores preferem mulheres mais novas.

Maria Quitéria

Maria Quitéria, de 36 anos, é cearense, assim como o seu primeiro marido. Ela foi casada uma vez, mas não era “no papel”. Ficou com o marido por sete anos e não tiveram filhos. Ela disse que não tomava ou usava nenhum tipo de contracepção, e que não teve filhos porque “realmente não era pra ser”. Com o seu ex-marido, ela construiu uma casa na Rocinha, a qual ela colocou para alugar e, com esse dinheiro, ela paga o aluguel de uma casa mais próxima à Via Ápia.

Seu pai era pedreiro e carpinteiro, e sua mãe sempre foi dona-de-casa. Eles são analfabetos. Maria Quitéria parou de estudar no Ensino Médio, para trabalhar e ajudar na renda de sua casa. Ela sentia a “obrigação” de ajudar os seus pais, e contou que sempre foi muito ligada a eles.

Ela veio para o Rio de Janeiro em 2000, quando tinha 18 anos. Os seus familiares estão, em sua maioria, no Ceará. Ela tem uma irmã, que mora também na Rocinha, e uma sobrinha, filha dessa irmã. A ideia inicial era de ela vir somente passar o Natal com sua irmã, porém, Maria Quitéria resolveu ficar, pois, aqui, poderia encontrar maiores oportunidades de emprego. Ela trabalhou por muitos anos como vendedora de bilhetes de cinema, porém, encontra-se desempregada há três anos e cuida de algumas crianças, enquanto os pais saem para trabalhar⁷¹.

Ela diz que, sempre que pode, vai ao Ceará ver seus pais e sua família, mas que agora, devido ao desemprego, não consegue pagar a passagem, e já tem três anos que ela não vai à sua terra natal. Seus pais a chamam constantemente para voltar ao Ceará, pois lá eles dariam um apoio a ela. Eles recebem o BPC, e também são agricultores de subsistência em uma terra arrendada. Porém, ela contou que não gostaria de morar com seus pais e seu filho sem ter um emprego, sem poder contribuir financeiramente, além de ser muito mais difícil encontrar um emprego no Ceará do que no Rio de Janeiro.

O pai do seu filho foi um namorado. Eles não chegaram a morar juntos, mas mantiveram um relacionamento por quatro anos. Hoje ele mora em Campo Grande e se casou. Ela contou que a decisão de ter o filho foi sua, pois sempre teve o desejo de ser mãe. Dessa forma, ela considera

⁷¹ Essa é uma dinâmica muito comum na Rocinha: muitas mulheres que se encontram desempregadas cuidam dos filhos e das filhas de mulheres que estão no mercado de trabalho, e esse tipo de serviço suprime a lacuna deixada pelo Estado, que deveria aumentar o fornecimento de creches e de escolas em tempo integral, ambas gratuitas.

que sua gravidez foi planejada, pois parou de tomar o anticoncepcional quando decidiu engravidar.

Ela disse que, apesar de seu filho, de 8 anos, ganhar uma bolsa integral em uma escola de São Conrado, ela tem que pagar o transporte escolar por conta própria, de R\$170 por mês. O transporte é pago com a pensão que recebe do pai de seu filho, no valor de R\$200. Ela contou que seu ex-namorado nunca foi um pai presente, mas que, desde que ele reivindicou o contato com o seu filho Chico, ela achou justo que ele começasse a pagar a pensão alimentícia. O seu benefício do PBF, que é de R\$130 por mês, encontra-se, atualmente, bloqueado.

Ela é católica, e seu filho está fazendo aula de catecismo aos sábados. Maria contou, com orgulho, que ele é um aluno dedicado e um excelente filho, além de ser, também, o seu maior companheiro.

Marta

Marta, de 24 anos e sua mãe Tarsila, de 52 anos, estavam no CRAS quando cheguei, e tive a oportunidade de conversar com ambas. Marta segurava no colo o seu filho de oito meses, e estava esperando ser atendida para realizar uma atualização cadastral.

Marta tem 24 anos, um filho de 8 meses e é da Paraíba. Apesar de ter se casado muito nova, aos 16 anos, ela concluiu os seus estudos e disse que sempre gostou muito de estudar.

Ela contou que sua infância foi muito boa: tinha tempo livre para brincar com seus irmãos e suas amigas, e também para estudar: ela foi uma excelente boa aluna. Sua mãe sempre trabalhou como empregada doméstica e seu pai era agricultor. Eles se separaram quando ela tinha apenas três anos e, desde então, manteve pouco contato com ele. Ela conta que seu padrasto que fora, realmente, seu “pai”, pois nem mesmo a pensão alimentícia ela recebia do seu pai biológico.

Seu primeiro namorado foi o seu marido e eles não tiveram filhos. O relacionamento terminou devido a constantes brigas, o que piorou após Marta descobrir uma traição.

Desse modo, ela decidiu, há dois anos, vir morar no Rio de Janeiro. Ele disse que o maior motivo para ter vindo foi a busca de emprego. Sua mãe já morava aqui com o seu padrasto e ela recebeu todo o apoio dos dois.

Assim que chegou ao RJ, Marta passou a trabalhar como garçomete. Porém, quando voltou de suas férias, durante as quais ela esteve na Paraíba, recebeu a notícia de que havia sido demitida. Desde então, encontra-se desempregada e sente que agora, com o filho recém-nascido, será muito mais difícil voltar a trabalhar. Ela ressalta que sua mãe a ajuda em tudo, inclusive no aluguel de sua casa, na Rocinha. Atualmente, sua única renda fixa, além da ajuda de sua mãe, é o BF, de R\$130 mensais.

Ela se separou há pouco tempo do pai de seu filho, fruto do seu segundo casamento. Ele não é um pai presente e ainda não começou a pagar a pensão alimentícia. Porém, Marta não faz questão de manter o contato, e disse se sentir muito mais feliz depois que se separou.

Ela nos contou que pretende trabalhar quando seu filho estiver mais velho e puder colocá-lo na creche. Ela disse que tem esperanças de que consiga vaga em uma creche municipal ou estadual, pois, sem isso, será muito difícil se inserir novamente no mercado de trabalho, já que sua mãe também trabalha fora e não poderia cuidar de seu filho sempre que ela saísse para o trabalho.

Nísia

Nísia, de 38 anos, é casada e está junto com seu marido por 20 anos. Ela tem quatro filhos: um rapaz, que terminou o ensino médio em 2018 e foi convocado para servir o exército; uma filha de 13 anos, que está regular na escola e estuda em uma escola particular, com bolsa integral; e duas gêmeas de oito anos, que estão na terceira série, e estudam no Vidigal.

Ela sempre morou na Rocinha. Sua casa fica embaixo da de sua mãe, muito próxima à Via Ápia, uma das principais vias do bairro. A casa possui dois cômodos, com cozinha e quarto/sala separadas, além do banheiro. Ela contou que sua infância foi tranquila e que sua mãe sempre foi a maior responsável pela criação dos filhos, bem como pela renda financeira da família. Sua mãe se separou de seu pai quando ela era criança, e ele nunca teve uma participação ativa em sua criação e na de seus irmãos. Ela nos disse que seu pai nunca pagou a pensão alimentícia à sua mãe, pois sempre alegou estar desempregado. Ele também mora na Rocinha, e fica “vagando por aí”, como disse Nísia.

Nísia se considera negra e ressalta que sua família é miscigenada, já que seu avô é negro, mas sua avó é branca. Ela alisa os cabelos, mas salienta que tem orgulho de sua negritude.

Nísia parou de estudar no Ensino Médio e nunca trabalhou fora de casa. Apenas recentemente ela passou a fazer “bicos” em eventos. Ela recebe o Bolsa Família há seis anos e o considera como sua principal renda. Os recursos são utilizados exclusivamente para o bem-estar de seus

filhos. Dessa forma, o BF, que hoje tem o valor de R\$ 212 mensais, sempre foi a sua única renda fixa.

Apesar de Nísia ter visto seu “destino” como ser dona-de-casa, o que começou com o casamento e se concretizou com a vinda de seus filhos e de suas filhas, ela não deseja o mesmo para eles, além de não mais reconhecer esse tipo de vida como uma “fatalidade às mulheres”.

Atualmente, ela diz prezar por sua “liberdade” das formas que pode, como sair com as amigas, trabalhar esporadicamente em eventos e cuidar mais de si, sem ter qualquer interferência de seu marido em tais atividades. Assim, ela também se reconhece como chefe de sua família, e disse que a sua palavra é a “palavra final”.

Tarsila

Tarsila, de 52 anos, casou-se com 17 anos e teve seu primeiro filho com 18. Seu filho mais velho tem 25; a do meio, Marta, tem 24; e a mais nova, 22 anos. Depois que se separou do primeiro marido, por conta de traições, ela decidiu vir ao RJ. Aqui, ela conheceu o seu segundo marido, que é jardineiro, e contou que foi ele quem exerceu o papel de pai de seus filhos. Seu filho mais velho e sua filha mais nova vieram para o Rio de Janeiro antes de Marta, que ficou na Paraíba, devido ao seu casamento.

Tarsila teve uma infância difícil. Filha entre uma dezena de irmãs e irmãos, ela e as demais meninas tinham a obrigação de ajudar sua mãe com as tarefas domésticas, enquanto o mesmo não era cobrado dos meninos.

Ela nos contou que sempre gostou de estudar, e que seu grande sonho era ter podido terminar seus estudos. Ela parou de frequentar a escola na 4ª série, pois era a última série oferecida na cidade em que vivia, no interior da Paraíba, e seus pais não permitiram que ela fosse morar em outra cidade para dar continuidade ao seu percurso escolar. De tanto que ela gostava de estudar, ela nos contou que repetiu a 4ª série por três vezes, até ser finalmente impedida pela diretora da Escola.

Desde que chegou ao RJ, Tarsila trabalha como empregada doméstica e, atualmente, está na casa de uma família, de forma contínua, em Botafogo, porém, sua carteira não é assinada. Ela também trabalha como diarista em outras casas e conta que, mesmo quando vai mais de três vezes por semana, as patroas não reconhecem o vínculo empregatício. Ela disse que prefere

não exigir tanto, já que está muito difícil conseguir emprego e tem receio de ser mandada embora, ao pedir que assinem a sua carteira. Tarsila recebe R\$89 pelo PBF. O valor do benefício era maior, até que todos os seus filhos e todas as suas filhas completaram 18 anos e deixaram de ter o direito.

4.2 Relacionamentos amorosos e vida conjugal

Os relacionamentos conjugais das mulheres pobres são pautados por uma certa pressão em se adequarem à “norma”, que seria a família nuclear da classe média⁷². Assim, elas buscam um casamento, porém, raramente suas uniões são formalizadas, e a maioria delas vive ou viveu uma situação de coabitação com os seus cônjuges.

Elas desejam ser esposas fiéis e dedicadas ao casamento, mas esperam uma reciprocidade de seus parceiros. Por isso, podemos dizer que, apesar de essas mulheres sofrerem com as assimetrias de gênero e com outras naturalizações do mundo patriarcal, como a ausência de divisão de tarefas domésticas, a execução integral do trabalho reprodutivo e as traições de seus maridos tidas como “inerentes” ao sexo masculino, elas demonstraram que exercem suas escolhas e não permanecem mais em relacionamentos injustos, que consideram prejudiciais a si mesmas.

Margarida Maria, de 49 anos, disse que, na questão de relacionamentos, só “deu azar”, que teve “dedo podre” para escolher os seus parceiros, pois nenhum foi presente na criação de seus filhos e, após a separação, sumiram. Apenas o pai de sua filha cumpriu com o pagamento da pensão, até ela completar os 21 anos, por meio da justiça.

“Depois do meu último relacionamento, eu nunca mais namorei. Todo mundo me sacaneia, diz até que virei virgem de novo (risos). Mas eu não quero nada mesmo, nem paquerinha. Nas minhas horas de lazer, eu gosto de ficar em casa mesmo. Adoro ver filmes. Lá em casa tem gato NET, fico no Telecine direto. Eu gosto mais de ver filme do que sair”. (Margarida Maria, 49 anos).

Dandara (41 anos) possui uma visão diferente de como um relacionamento deve ser, hoje em dia. Ela pensa que as mulheres precisam ter mais independência, e que não devem ser felizes somente se estiverem ao lado de um homem. Esse é, inclusive, o conselho que ela passa para suas filhas. A sua filha mais velha terminou um relacionamento recentemente e ela a apoiou, pois sentia que a filha não deveria permanecer em um namoro que não a fizesse feliz.

⁷² Essa temática foi bem explorada nos Capítulos 1 e 2.

Ela tem orgulho em dizer que todos os seus filhos são do mesmo marido, mas também disse que tudo que aconteceu durante o relacionamento partiu da sua própria vontade, como a época em que casou e o momento em que decidiu ter o primeiro filho. Ela também contou que gostava da vida de solteira, principalmente da parte em que não precisava dar satisfações a ninguém.

Ela também ressalta que não deixa de fazer as coisas que gosta por conta do casamento. Ela gosta de sair nos fins de semana e, quando seu marido não quer acompanhá-la, ela não se importa e não vê problema em sair só com as suas amigas. Porém, ela diz que não tem tanto tempo livre para sair, já que os afazeres domésticos e as tarefas do cuidado ocupam bastante o seu tempo.

Dandara relatou um processo de traição sofrido ao longo do seu casamento. Ela e o marido ficaram um ano separados, ele morando com seus pais, no primeiro andar, e ela continuou com os filhos na parte de cima da casa. Ela disse que somente o perdoou porque ele se mostrou uma pessoa melhor depois de um tempo e, inclusive, parou de beber e usar drogas. Ela disse que, sem o marido, seria feliz e conseguiria sobreviver, porém, reconhece que haveria uma maior dificuldade financeira em sua estrutura familiar.

Nísia, de 38 anos, conheceu o marido ainda na adolescência. Ela nunca trabalhou fora, pois sempre teve de tomar conta dos filhos e, assim, sempre exerceu, integralmente, as tarefas domésticas. Porém, ela ressalta que, hoje em dia, não deixa de fazer as coisas que gosta por conta do casamento, e que não vê problema em, por exemplo, sair com as suas amigas sem a presença do marido. Ela tampouco tem uma visão romantizada sobre o casamento – na verdade, ela o vê mais como um fardo. Antes de se tornar evangélico, seu marido bebia bastante e chegou a trai-la. Quando ela descobriu a gravidez de suas filhas gêmeas, eles estavam separados. Ela acabou perdendo, mas o relacionamento nunca mais foi o mesmo. Ela conta que, depois que o marido foi para a igreja, ele parou de beber, não voltou a trai-la, mas continua “chato” (e riu).

Ademais, hoje em dia, ela se considera a chefe de família e diz que é ela quem põe ordem na casa.

“O tempo vai passando e a gente vai amadurecendo... Ele que pediu pra voltar. Teve traição, eu descobri, descobri tudo. Depois da separação, ele melhorou. Confiar eu confio, até me provar o contrário de novo, porque não dá pra bater na mesma tecla. Eu ainda não tinha o bolsa família, ainda não tinha as gêmeas. Minha mãe ajudava e ele me dava dinheiro, quando eu brigava, ele dava mais, era uma confusão, só Jesus. Agora eu que saio e deixo ele! Eu gosto de festa, vou com as minhas amigas. No começo ele reclamava, agora viu que não tem jeito. Eu já fico o dia todo em casa, pra lá e pra cá com criança, e no fim de semana não posso sair? Tem que sair sim, se não vou ficar é louca dentro de casa, cuidando de filho, de marido, fazendo comida, e toda

hora lava louça... ele não faz nada em casa, nada... acho que ele pensa que não é obrigação dele”. (Nísia, 38 anos).

Maria Quitéria, de 36 anos, nunca foi casada com o pai de seu filho. Ela conta que ter o seu filho foi praticamente uma “produção independente”. Como a decisão foi dela, ela não cobrava a presença do pai, nem achava que tinha direito a uma pensão alimentícia. Porém, quando o pai de seu filho começou a reivindicar o contato com ele, ela achou justo que ele começasse a contribuir financeiramente e o exigiu na Justiça.

“Eu sempre soube que não poderia contar com ele, desde o início. Eu só coloquei ele na justiça agora, porque ele queria ter o direito de pai, mas não queria dar o direito do menino. Ele pegava o menino, passava o fim de semana, depois me entregava. E o resto? Tudo eu.” (Maria Quitéria, 36 anos).

A decisão de terminar o relacionamento com o pai de seu filho foi dela. Maria Quitéria demonstrou que não estava disposta a se subordinar a um relacionamento em que o companheiro não dava a ela a atenção necessária e nem a tratava como prioridade.

Sobre relacionamentos atuais, ela diz que estava com um namorado, também do Ceará, mas que ele foi para lá há mais de um ano, com a promessa de regressar ao Rio. Ela não sabe exatamente o *status* desse relacionamento. Ela diz que muitos homens demonstram interesse nela, por ser muito bonita, mas que agora não procura um novo relacionamento. “Eu sou quieta. Se não for alguém para acrescentar, não vale a pena não”. (Maria Quitéria, 36 anos).

Leolinda, de 30 anos, passou por momentos difíceis quando teve seu primeiro filho. Ela tinha um namorado que a traiu. Quando descobriu a traição, por vingança, decidiu trai-lo também, com um amigo de infância. Essa traição resultou em sua gravidez, aos 17 anos.

“[A traição] mexeu muito com meu psicológico. Eu confiava muito, era uma pessoa né, coisa de adolescente. Aí o que aconteceu, eu fui e traí ele também. Acabou que fiquei grávida. Fiquei grávida com 17, tive com 18. Eu não sabia que o filho era dele, eu só traí. Eu pensava que fosse do meu namorado. Eu não tomava nada, num tinha nada na cabeça. Eu não acreditava, ‘não é possível, eu pensava’. Imagina isso pra uma adolescente? Eu pensava que fosse morrer”. (Leolinda, 30 anos).

O seu então namorado sugeriu fazer um exame de DNA, e descobriram que o filho não era dele. Nessa época, Leolinda não estava trabalhando e acabou encontrando, na prostituição, uma forma de ganhar o sustento seu e de seu filho, e de também garantir o seu futuro, por meio do investimento em lotes no Vidigal.

“Eu tirava muito dinheiro. Aí eu estava fazendo a obra né, já queria ter meu lugar, já queria ter meu canto. Quando eu comprei esse terreno eu parei (de trabalhar na boate de prostituição). Foi quando eu conheci o meu atual marido. Aí comecei a ir pra Igreja também, a Universal. Aí eu fui, conheci ele, aí parei de trabalhar na vida, fiquei parada

bastante tempo. Eu já tinha a minha casa, no caso né, eu tinha uma grana guardada. Aí comecei a trabalhar de auxiliar de cabelereiro, e comecei a vender sapato, vendia rasteirinha, sandália, comecei a gostar, vendi bastante. Aí foi aonde eu tive a minha filha, ela nasceu com paralisia obstétrica no braço”. (Leolinda, 30 anos).

Após conhecer o seu atual marido, com quem está há sete anos, Leolinda se tornou evangélica, parou de exercer a prostituição e passou a empreender, ao criar uma microempresa de sucos naturais. O relacionamento com o seu marido é bom, mas ela reitera que poderia ser feliz sozinha. Por ela sempre ter tido ambições de ter uma vida melhor, ela tem uma noção de autonomia trazida pelo sucesso financeiro, que depende unicamente dela.

“A gente briga muito, muito, cê num tá entendendo. A gente tem um gênio muito forte. Pra tomar decisão, eu sou muito assim, ele também, aí dá aquele choque, mas a gente depois fica bem. Hoje eu vejo eu como amiga dele. Eu amo meu marido, hoje eu tenho uma segurança maior. Antes eu era muito possessiva, de pensar que sem ele, ia acabar minha vida, coisa de adolescente, mas hoje não. Tô mais tranquila. Se for pra ficar comigo, é desse jeito, beleza. Se não for pra ficar também, tudo bem, vai lá, se adianta”. (Leolinda, 30 anos).

Ela conta que já houve traição por parte do seu atual marido. Ela havia acabado de retirar o passaporte para ir à Espanha, já com um emprego certo, para trabalhar por seis meses.

“Ele ficou maluco que eu ia embora, a gente brigava muito, aí a gente foi lá e separou. Brigamo feio, aí pegamos e separamos, por um mês. Nisso, ele ficou com outra pessoa. Pra mim é uma traição, ela acha que não foi, porque a gente estava separado, mas pra mim foi, ficou na minha mente. Foi só essa vez, pelo menos que eu saiba. Foi muito difícil pra mim perdoar ele, aí a gente conversou e acabou que voltamos...” (Leolinda, 30 anos).

Ela diz que seu marido sabe que ela trabalhou alguns anos na prostituição, mas que isso nunca foi problema, pois ela mudou como pessoa, e também manteve, durante todo o tempo, o seu caráter.

Leila, de 21 anos, tem em seu braço uma tatuagem em homenagem a seu ex-marido. Eles estão atualmente separados e ela está morando com o irmão, que é porteiro de um prédio, na Barra da Tijuca, e vive em um quarto dentro do próprio condomínio. No entanto, ela está procurando uma casa para alugar na Rocinha.

Depois que deixou de trabalhar como caixa de supermercado, ela passou a ter um cargo com maior responsabilidade em outra empresa do mesmo dono. Ainda assim, ela não possuía carteira assinada. Depois que houve uma mudança na direção da empresa, ela foi demitida e, desde então, está desempregada (há três anos).

Ela conheceu o seu ex-marido nessa loja, na qual eles trabalhavam juntos. Ele foi o seu primeiro namorado sério e, com pouco tempo de relacionamento, passaram a morar juntos. Ele é 11 anos mais velho que ela.

“Eu nunca gostei de homem mais novo. Eu já não tenho muita cabeça... Queria alguém que me falasse um ‘não’, pra eu obedecer, né... Como minha mãe é separada do meu pai, eu fiquei, na verdade, com depressão, eu era muito apegada com meu pai. No início eu fiquei com meu pai, mas minha mãe colocou ele na justiça e fui morar com ela, porque eu ainda não podia escolher. Aí ele arrumou outra mulher também, teve outros filhos... [Isso] foi tomando o espaço que eu tinha, aquele amor de pai, eu não tive um amor de pai.” (Leila, 21 anos).

Quando perguntei se ela talvez procurasse uma figura paterna em seu ex-marido, ela respondeu que

“Meu esposo era tudo pra mim. Aqui no Rio eu até tenho meu irmão, mas a gente morava longe. Aí a gente não deu mais certo, sabe como é homem né? Ele não traiu, mas eu peguei umas conversinhas no Whatsapp... Aí a gente não dá mais certo não, a gente sempre fica com aquela desconfiança, mesmo perdendo, sabe.” (Leila, 21 anos).

Seu filho está com um ano e meio e ela se separou há seis meses. A gravidez não foi planejada. Ela demorou a notar que estava grávida, pois à época estava muito magra e não percebeu uma diferença no corpo. Ela não usava nenhum método contraceptivo, apenas tomava, às vezes, a pílula do dia seguinte. “Eu sou muito inocente, muito inocente... Assim, tudo que as pessoas falam eu acredito. Meu esposo falava que isso era meu erro, eu acreditava em tudo que as pessoas falavam...” (Leila, 21 anos).

Quando ela descobriu a gravidez, estava prestes a começar um novo emprego, que seu irmão havia intermediado para ela. Ela já tinha feito entrevista, porém, com a confirmação da gravidez, ela desistiu de continuar na seleção.

A gravidez interrompeu o curso de vida que Leila havia traçado para si. Atualmente, ela se mostrou impossibilitada de fazer qualquer outra coisa que não seja cuidar de seu filho, de 1 ano e meio. Sua única renda é o PBF e, apesar de cogitar voltar com o seu ex-marido, o que daria uma maior estabilidade financeira a ela e a seu filho, ainda pondera, pois não está disposta a enfrentar brigas e desgastes que estavam afetando o seu bem-estar.

Antes de estabelecer o relacionamento com seu marido, Leila namorou um rapaz do Piauí, que foi morar em São Paulo. Ela conta que se dedicou muito a esse namoro, mas que também houve traição, e ela não quis se submeter a essa situação, ainda que gostasse muito do seu então namorado. Leila tem a percepção sobre a existência de práticas machistas nos relacionamentos,

como a ideia de que o homem tem legitimidade para trair suas companheiras, mas estas são julgadas e estigmatizadas se o fazem.

“Esse pessoal do norte é assim, muito machista. Eles não aceitam traição pro lado dele, mas eles podem. Acho que é por isso que terminei com o rapaz lá do Piauí. Ele namorava comigo e com uma prima ao mesmo tempo, aí ficou me enganando, me enganando. Eu era virgem, foi meu primeiro, e eu gostava muito dele, eu me iludi. Eu gostava tanto dele que eu ia lá em São Paulo ver ele. Mas aí eu conheci o Paulo, ele me tratava melhor. Fui percebendo que ele tava a fim de mim, me tratava melhor... Era carinhoso, atencioso, me dava bom dia, perguntava como eu estava... O Paulo é uma pessoa muito boa, de coração muito grande”. (Leila, 21 anos).

Marta, de 24 anos, casou-se pela primeira vez aos 16, ainda na Paraíba. Ela contou que o casamento não a impediu que terminasse seus estudos e que ela, na verdade, adorava estudar. Ela completou o Ensino Médio regularmente. Seu primeiro casamento durou cinco anos. Ela se separou, ficou dois anos solteira, casou-se novamente com o pai de seu filho, mas se separou também. Hoje em dia, ela tem a consciência de que se casou muito nova.

Ela prefere não ter muito contato com o pai de seu filho, ressalta que arca com todas as despesas da criação, com ajuda da mãe, mas que acha que ele irá começar a contribuir com a pensão em breve. Ela vê a pensão como uma obrigação do pai de seu filho, mas não se importa em não manter um contato físico entre eles.

Marta disse que já pensou em fazer faculdade, mas ainda não decidiu o curso. Sua mãe, Tarsila, reitera que ela está muito nova, e que pode fazer muita coisa pela frente. Tarsila disse que gostava de seus dois genros, mas que o primeiro fez uma “safadeza”, a traição, e que o segundo era um homem bom, mas que não deu certo. Marta diz que a separação foi devido a muitas brigas, e que ela não sabe de traição nesse segundo relacionamento. Ela se separou logo que engravidou e, desde então, seu ex-marido viu muito pouco o filho. Ela diz que para o seu futuro, quer fazer uma faculdade e voltar a trabalhar, e que não pensa em ter outro relacionamento por agora, pois está feliz solteira.

Tarsila, de 52 anos, também passou por um processo de divórcio devido à descoberta de uma traição, pelo seu primeiro marido. Ele não teve qualquer participação na criação dos filhos, nem financeira, nem presencial. Ele não trabalha e vive com a ajuda de sua mãe, que recebe o BPC. “No começo ele era bacana, mas depois de três anos, eu descobri a traição. Está até hoje com ela [com a amante]”. (Tarsila, 52 anos).

Entretanto, ela se casou de novo e está há 18 anos com o seu atual marido. Ela o conheceu no Rio de Janeiro, mas ele também é da Paraíba. Tarsila nos contou que seu segundo marido foi quem sempre deu a ela o suporte para criar os seus filhos.

“No meu caso, com três crianças, meu marido foi embora... Foi difícil. Sempre trabalhei como diarista, mas não é sempre que tem. Eu também tenho o bolsa, tenho desde que eles eram pequenos. Mas aí eles cresceram aí tiraram deles né, só ficou eu e meu esposo. Mas eu que sou a titular”. (Tarsila, 52 anos).

Quando perguntada sobre quem ela considerava ser chefe da casa, ela respondeu, com veemência, que era o seu marido. “Meu marido é o chefe, né. Mas sei lá porquê. As pessoas falam que o chefe é o homem, não é? (risos)”. (Tarsila, 52 anos).

Contudo, ela diz que é ela quem cuida de todos os afazeres domésticos da casa, além de trabalhar fora e contribuir com grande parte da renda do casal, apesar de ele ter uma renda maior. Porém, ele tampouco trabalha de carteira assinada e “faz bico também”.

Carolina, de 35 anos, também passou por um processo de traição. Apesar de hoje estar separada, ela continuou com o marido quando descobriu o adultério, ainda que nunca mais tenha confiado nele.

“Eu descobri (a traição). Perdoa não... Mas mesmo assim, a gente aceita. A gente não perdoa, mas não sei o que acontece, a gente continua. Eu descobri, mas mesmo assim, fiquei com raiva e tudo mas a gente continuou. Eu não sei o que é isso, não dá pra perdoar não, a gente sempre lembra. Não confiava mais não”. (Carolina, 35 anos).

O seu ex-marido também está desempregado e faz bicos de vez em quando. Ele é lancheiro e faz salgados. Como está desempregado, ele alega que nem sempre tem dinheiro para pagar a pensão a Carolina e a seus filhos.

Quando casada, apesar de ter um emprego formal e ser responsável pelas tarefas de reprodução, ela reconhecia o seu marido como o chefe familiar:

“Era ele né. Ele que comprava tudo, eu fazia as coisas em casa, mas o dinheiro era dele. Quando eu trabalhava não, aí eu também me sentia chefe, porque tinha o meu dinheiro. Mas ele sempre ganhou mais, porque ele era lancheiro, e eu era só atendente”. (Carolina, 35 anos).

Joana Angélica teve um passado traumático em seus relacionamentos. Ela se casou pela primeira vez aos 17 anos, e teve sua primeira filha com a mesma idade. Seu primeiro marido foi assassinado.

“Mataram ele. Ele virou bandido né, mataram ele. Antes trabalhava, mas depois virou bandido...tinha a vida normal, depois virou assaltante banco. Era bonito... Até falavam, ‘você é tão bonito pra ser bandido’. Ele também ficou violento comigo, eu

fugia dele. Ele me bateu muito. Se achava que estava com outro homem, vinha e me batia. Pedia pra eu guardar dinheiro que roubou do banco e eu não aceitava. Eu fugi dele né, claro”.

Joana Angélica teve um segundo marido, com quem ficou por 11 anos. Ele é norte-americano e tem boas condições financeiras. Ela diz que ele a ajudou muito a criar os seus netos e se mostrava essencial na manutenção financeira do lar, já que ela sempre se dedicou integralmente ao trabalho não remunerado da reprodução. O seu ex-marido é aposentado nos Estados Unidos. Porém, após passar por humilhações durante o relacionamento, ela preferiu se separar. “Ele só queria ficar bebendo, bebendo... Sabe aqueles homens que acha que é garotão? Ele é assim”. (Joana Angélica, 51 anos).

Ela diz que seu ex-marido não a ajuda tanto quanto deveria, principalmente no que tange à alimentação de seus netos. “Ele é mesquinho demais. Às vezes eu pego assim, Danone e falo pros meus netos levar pra lá (para a casa dele). Ele diz que é isso é besteira, que ele tem comida lá, que não precisa comprar Danone. Ele não vale nada.” (Joana Angélica, 51 anos).

Ela o conheceu na Via Ápia, quando ele fazia turismo na Rocinha. Eles então começaram a conversar e ele mostrou um interesse em Joana. À época, ele alugava um apartamento de temporada em Ipanema, e ela chegou a morar por seis meses no bairro. Eles então resolveram ir para a Rocinha.

Apesar de ter morado por 11anos com ele, Joana nunca oficializou o relacionamento no cartório. Ela foi aconselhada por um amigo que ela não teria direito aos bens do ex-marido, pois ele não era naturalizado brasileiro. Joana estava à procura de alguém para ter uma estabilidade financeira, e ainda que tenha visto tal possibilidade, depois de alguns anos, não quis mais se submeter ao desrespeito e às humilhações que seu ex-marido lhe provocava.

“O que que adianta? O cara apaixonou, mas não... A gente tem que ficar com uma pessoa que leva a gente adiante, não adianta. O que ele fez pra mim? Podia ter pagado um curso pra mim, ajudar a olhar a casa pra eu fazer algumas coisas... Mas só queria comer, come igual a porco... Dormir... Pedia dinheiro pra fazer um cabelo, não tinha, pra fazer uma unha, não tinha, sabe aquela pessoa ruim? Ele é militar, ganha uma grana boa. Eu nunca vi o dinheiro dele. Às vezes, ele chegava cheio de dólar, aí eu falava com ele, ‘paga a minha manicure’, e você acredita que ele não pagava? Ele falava, ‘você tem que trabalhar’, e eu com aquele tanto de criança pequena, minha filha pra cima e pra baixo, como que eu ia trabalhar? Eu pensava, engraçado, sou sua empregada, tenho que olhar as crianças... Em casa, ele não fazia nada, eles nunca fazem nada. Ele falava gritando, ele me humilhava, me chamava de macaca. Chamava, dizia ‘você parece uma macaca, toda grandona. Você é gorda, você é feia’... Ele sempre me colocava pra baixo. Só que eu nunca dei confiança. Separei dele, fiquei separada dele por seis anos, morávamos na mesma casa, a gente criou as crianças, mas não era marido e mulher não. Aí eu pensava, assim que eu arrumar uma pessoa que eu goste mesmo, eu largo ele de vez?”. (Joana Angélica, 51 anos).

Ela diz que o seu atual marido (namorado) foi o primeiro homem de quem ela sente que realmente gosta. Ela diz que ele é diferente, também realiza as tarefas domésticas e mostra sempre uma preocupação com ela. “Ele é uma pessoa que pensa alto, me coloca pra frente, é trabalhador e me trata muito bem”. (Joana Angélica, 51 anos).

Ela contou que o sonho de seu atual marido é se tornar advogado e que ele lutará para que eles tenham uma vida confortável. Ele que sugeriu que morassem juntos e, desde o início, demonstrou que queria um relacionamento sério.

Sua casa é grande e mais confortável, em comparação a outras residências na Rocinha. A casa possui dois quartos, suíte, cozinha separada e uma varanda com vista para o mar. Ela contou que levou alguns móveis bons e alguns eletrodomésticos da casa que dividia com o seu ex-marido.

Entretanto, ela concorda que seu padrão de vida caiu depois que se separou.

“Tinha a vida melhor né. Tinha tudo do bom e do melhor. Mas foi minha decisão. Eu pensei assim, eu sei que eu vou cair, caí muito, uns 70%, 80%, mas eu não quero mais ser humilhada, não quero mais viver essa vida. Do que adianta ter uma casa ostentação e viver uma vida humilhante? O cara bebia, me humilhava. Mas meus netos gostam muito dele, ele é um bom pai, aí eu pensei, não vou fazer nada não, vou só abandonar. Pra falar a verdade, eu tava com ele só pra me ajudar. No início eu até gostava dele, mas depois de uns três anos eu vi que ele gostava de beber, de me humilhar, e ele me via assim, tá cheia de criança, cheia de gente pra cuidar, não vai me largar”. (Joana Angélica, 51 anos).

Elza, de 38 anos, relatou o período de violência doméstica que sofreu em seu segundo relacionamento. Ela tinha uma vida financeiramente confortável: seu ex-marido era Contador de um Instituto Militar e ganhava um bom salário. Com ele, ela construiu uma casa no Morro dos Cabritos, em Botafogo e fez viagens ao exterior.

Entretanto, após sofrer muita violência física, ela procurou a DEAM e o “enquadrrou” pela Lei Maria da Penha. Ela conta que seu ex-marido tinha “cinco Maria da Penha”, o que demonstra que as agressões eram constantes.

Depois que minha filha já tinha uns quatro anos, eu voltei a trabalhar, fiquei um bom tempo, aí teve mudança de turno, mudança de dono, aí pronto, cada um foi pro seu canto, mas recebi tudo direitinho. Aí conheci um amigo que também mora em Moções, e conheci o pai do meu filho, fiquei 14 anos [com ele]. Botei aliança, fiz um cruzeiro, o cruzeiro do Roberto Carlos... Já fui pra Argentina, pra França... Dessa vez, a gravidez eu queria, a gente morava em Botafogo. Ele é militar e contador. A gente foi construindo nossa casa em Botafogo, em cima da casa da mãe dele. Fiquei 14 anos lá, já vai fazer 4 anos que me separei dele. Tomava muita porrada, a gente brigava muito. Muita droga, muita bebida. Tenho cinco ‘maria da penha’. Ele pagou fiança... Depois ele me deu tapa na cara, eu quebrei um copo na cabeça dele. Aí ele me deu uma cabeçada, aqui a cicatriz na minha boca... Foram uns cinco anos assim. Aí eu

peguei R\$1000, estava trabalhando como saladeira no Rio Sul, amo trabalhar com cozinha... Eu tenho até certificado. Já fui até capa de revista. Eu peguei esse dinheiro e fui seguir a minha vida.”.

Após o divórcio, Elza voltou a morar na Rocinha, com sua filha e o seu filho, fruto do seu segundo relacionamento. Ela conta que o seu ex-marido paga regularmente a pensão e mantém contato com filho, o qual passa quase sempre o fim de semana com o pai e, às vezes, alguns dias da semana, em uma espécie de guarda compartilhada. Quanto ao relacionamento, seu ex-marido vem tentando uma conciliação, alegando que mudou e que não haverá mais agressões. Ela, contudo, não pensa em reatar o relacionamento e afirma estar muito bem sozinha.

Percebe-se que as beneficiárias do PBF da Rocinha, a partir de seus relatos, sentem-se mais autônomas e independentes em relação aos seus antigos e aos seus atuais parceiros. A maioria decidiu colocar um ponto final em relacionamentos agressivos e abusivos, marcados por relações patriarcais desequilibradas. Mesmo aquelas que reataram o relacionamento após a traição relataram que, atualmente, não deixam de fazer o que querem e exigem que o marido cumpra com as obrigações do lar. Além disso, elas colocaram alguns requisitos para reatar o casamento, pedido este feito, na totalidade dos casos, pelo cônjuge, tais como parar de beber, realizar as tarefas, cuidar dos filhos e respeitar as vontades delas. Pode-se dizer que essas mulheres estão vivendo com uma maior sensação de liberdade, em situação conjugal ou não. Aliás, muitas delas não demonstraram sentir falta da época em que estavam casadas ou namorando, e afirmam estar felizes sozinhas. Elas não demonstraram estar em busca de um amor “como nos contos de fadas”, e nem de concordar com o que ele pressupõe: relações de submissão, sensação de dependência emocional, brigas em nome “do ciúme e do amor”.

4.3 Estudos, profissão, projetos

A conclusão dos estudos é um dos principais fatores que permitem que a mulher possa exercer profissões mais bem remuneradas, dentro do mercado formal de trabalho e com maior poder de barganha.

Como mostrado nesta dissertação, as mulheres brasileiras estão, hoje, mais escolarizadas, mas ainda assumem profissões menos prestigiadas e com baixa remuneração. Além disso, a expansão da escolaridade não se deu maneira uniforme a todas as mulheres, com diferenças evidentes quando são feitos os recortes de renda, classe e raça. Da mesma maneira, apesar de a

mulher ter se inserido, cada vez mais, no mercado de trabalho, não houve uma compensação quanto aos afazeres domésticos, o que resulta na chamada “dupla jornada” feminina.

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho é a responsável pela acumulação, que recai à mulher, do trabalho reprodutivo e o do produtivo, sendo que este último ainda é marcado pela desvalorização salarial, pelo desprestígio e pela desqualificação, o que culmina em uma menor renda feminina.

4.3.1. A Divisão Sexual do Trabalho: breve histórico

A divisão sexual do trabalho pode remeter a muitas civilizações e pode se conformar de diversas maneiras, dependendo da época analisada. De acordo com Hirata e Kergoat,

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

Assim, com base na naturalização das diferenças biológicas entre os sexos, definiu-se um sistema de hierarquias e assimetrias de poder, no qual aquilo que era ligado ao masculino era valorizado e considerado superior, e o que era feminino era visto como subalterno e também subsidiário. A maternidade era a definidora da mulher e de suas possibilidades: era como um destino do qual não podiam se desviar, e era também o fator que as resignava à esfera doméstica da produção.

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (idem).

Segundo Nogueira (2010, p. 59), “a divisão sexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte”. Porém, é a partir das relações de dominação e exploração “tanto no espaço produtivo, quanto no reprodutivo” (idem) que, na sociedade patriarcal atual, as mulheres exercem o trabalho gratuito e invisível na esfera privada e também, na maioria das vezes, um trabalho subjugado, com pouco prestígio e com má remuneração, na esfera pública.

O trabalho da mulher na esfera doméstica sempre foi invisível, mas, ao mesmo tempo, essencial para curso da história e do desenvolvimento do capitalismo. Para Sorj (2007, p. 481), “a noção de esferas separadas procurou ser, ao mesmo tempo, uma interpretação da sociedade e uma prescrição moral sobre a divisão sexual do trabalho desejável, na medida em que era vista como funcional à reprodução ou ao equilíbrio do sistema social”.

Somente por que as mulheres estiveram incumbidas integralmente às funções do cuidado, é que o homem pôde dedicar-se integralmente à sua profissão, a produzir e a gerar lucro, sem ter que despender qualquer tempo para as atividades essenciais de sobrevivência, já estas foram sempre exercidas por uma mulher de sua convivência, primeiramente a sua mãe e, posteriormente, a sua esposa.

Assim, segundo Ávila (2013, p. 232, apud KERGOAT, 2002, p.234), “do ponto de vista histórico, é possível observar que a ‘estruturação atual da divisão sexual do trabalho surgiu simultaneamente ao capitalismo’ e que a relação do trabalho assalariado não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico”.

Na sociedade capitalista, o tempo é calculado com base na produção lucrativa. As tarefas domésticas e de cuidados e de reprodução em geral, não são contabilizadas, pois não produzem capital e lucro, apesar de serem essenciais para que a esfera produtiva possa existir e se desenvolver. Como essas atribuições foram dadas como “naturais” às mulheres, estas se encontram mais sobrecarregadas, em situações de duplas ou mesmo triplas jornadas, porém, sem receber por isso e sem ter como reconhecido esse tipo de trabalho.

De acordo com Angela Davis,

Assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. [...] invisíveis, repetitivas, exaustivas e nada criativas – esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas (DAVIS, 2016, p. 235).

Nísia, de 38 anos, nunca trabalhou fora de casa. Ele tem quatro filhos e passou a vida inteira exercendo os trabalhos de reprodução. Agora que um de seus filhos está mais velho, ela encontrou algum tempo para fazer bicos, de forma bem esporádica.

“Eu nunca trabalhei, nunca. Sempre fiquei em casa, tomando conta dos filhos, tomando conta dos meus filhos. Dá trabalho. Mas tem um ano que estou fazendo uns eventos, minha amiga me chamou. Mas não é certo. Tem que dia que tem, tem dia que não tem. Mas esse mês eu fui duas vezes. São festas, aí eu monto os pratos, canapés...A gente vai aprendendo né. Já consigo fazer algumas coisas sozinhas. Mas não ganha muito não, acho que valia mais esse trabalho viu...”. (Nísia, 38 anos).

A associação da mulher ao ser materno, dócil, cuidadoso e naturalmente responsável pela prole naturaliza, também, o trabalho doméstico que é exercido, antes de tudo, para outras pessoas e em benefício dessas outras pessoas. Além de não obter qualquer remuneração ou reconhecimento sobre o trabalho realizado, a mulher não percebe nenhuma outra vantagem direta para si. Essa situação só não se aproxima do altruísmo porque é vista como uma obrigação natural do sexo feminino. Assim, para Hirata e Kergoat, “uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 597).

Além disso, de acordo com Hirata et al (2007), “as relações de trabalho se encontram ainda diretamente vinculadas às relações de poder presentes na histórica afirmação que o trabalho feminino tem menos valor que o masculino em virtude de suas especificidades ‘naturais’ de mãe e esposa” (HIRATA et al, 2007, p. 5). Assim, é a ordem social imposta pelo patriarcado, com o estabelecimento da inferioridade feminina, a sua posterior dominação e exploração pelos homens e o seu confinamento na vida privada das relações, o que torna possível o exercício de um trabalho completamente gratuito por parte das mulheres.

Joana Angélica está há muitos anos fora do mercado de trabalho, pois sempre teve que se dedicar ao cuidado de seus filhos, de suas filhas e do lar, o que é visto por ela, paradoxalmente como, ao mesmo tempo, natural e injusto.

“Tem 20 anos que estou fora do mercado... Por que estou fora do mercado? Porque minha filha começou a apresentar os sintomas de esquizofrenia quando tinha 15 anos... Aí, mais nova, eu cuidava dos meus irmãos... Eu não tive vida né. Cuidei dos filhos, depois veio os netos, são três... Então, eu tô pelo menos uns 25 anos parada, tu acredita? Quantos anos eu não perdi da minha vida?” (Joana Angélica, 51 anos).

Ainda, os estudos de Saffioti (2013) nos dizem que as mulheres sempre trabalharam “fora de casa”. De maneira geral, as profissões ditas femininas, que são exercidas pela maioria das mulheres, são extensões das atividades de reprodução, tais como aquelas relacionadas ao próprio serviço doméstico, aos cuidados e à educação e, não coincidentemente, são as mais desvalorizadas e menos prestigiadas no mercado de trabalho. (BRUSCHINI, 2000).

De acordo com a autora, “a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 2013, p. 61). Na

Europa, elas formavam um grande contingente da mão de obra industrial – era uma mão de obra abundante e barata, pois recebiam, junto às crianças, salários menores que os dos homens, ainda que estes também fossem explorados pelo sistema capitalista. Essas mulheres também não deixavam de acumular suas jornadas, já exaustivas nas indústrias, com os trabalhos e as tarefas domésticas em seus lares.

[...] A inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos [...] (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

No Brasil, uma sociedade que fora por mais de 300 anos escravocrata, as mulheres negras trabalhavam gratuitamente nas casas das famílias brancas e europeias. Ainda hoje, de acordo com pesquisa do IPEA, em 2015, o trabalho doméstico era exercido por 18% das mulheres negras e por 10% das mulheres brancas. Com o advento da Emenda Constitucional nº72 de 2013, conhecida como “PEC das Domésticas”, e a Lei Complementar nº150 de 2015, cresceu o número de domésticas com carteira assinada, o que assegura maiores direitos trabalhistas a essas mulheres. Contudo, de acordo com a mesma pesquisa, apesar de a renda ter aumentado para essas trabalhadoras, esta não chega ao valor do salário mínimo (IPEA, 2017), o que confirma a precariedade desse tipo de trabalho.

Para Freitas (2011),

A presença negra nessa categoria como sendo uma herança arcaica da escravidão, por se tratar de um trabalho manual, pouco remunerado, com forte presença de informalidade, pessoalidade, sem perspectivas de ascensão na carreira e, acima de tudo, por não possuir, até muito recentemente, os direitos trabalhistas equiparados aos dos demais trabalhadores protegidos (FREITAS, 2011 apud LIMA et al, 2013, p. 73).

Diante de uma situação em que a oferta de emprego se encontra limitada, muitas mulheres ainda se subordinam aos seus patrões e às suas patroas, ao aceitar trabalhar em condições informais, ainda que o tipo de trabalho que exercem caracterize relações laborais contínuas, as quais ensejariam sua formalização.

[O emprego doméstico] trata-se de uma das ocupações com as piores condições de trabalho, extensas jornadas, baixas remunerações, escassa cobertura social, alto nível de descumprimento de normas trabalhistas e uma das profissões com maior déficit de trabalho decente (SILVA, 2013, p. 252).

Assim, as mulheres de classe média que trabalham fora, e parecem ter atingido algum grau de autonomia quanto à inserção no mercado de trabalho, só conseguirem alcançar uma mudança

status social pois delegaram a outras mulheres – as empregadas domésticas - as tarefas do cuidado.

Para as mulheres mais pobres, o emprego doméstico é, muitas vezes, o primeiro emprego remunerado que conseguem encontrar no qual, muitas vezes, acabam por estagnar, já que este tipo de emprego demanda uma dedicação integral da trabalhadora.

O trabalho doméstico remunerado se configura [...] como uma porta de entrada das mulheres no mercado de trabalho. e se trata de uma ocupação revestida de preconceitos e estigmas, e marcada pela precarização, caracterizada pelos baixos níveis de remuneração e formalização (NOGUEIRA e JACINO, 2013, p. 285).

Leolinda, de 30 anos, sempre quis ser empreendedora e ter a sua própria empresa. Entretanto, o seu primeiro emprego foi em uma casa de família, aos 15 anos.

“Nunca fui uma boa funcionária, nunca ficava muito tempo em um emprego porque eu sempre quis trabalhar por conta própria, desde adolescente. Meu primeiro trabalho, eu ajudava minha irmã em uma casa de família. Comecei bem nova, tinha 15, 16 anos. Aí eu saí, fiz um curso de cabelereira, depois eu fiz outro curso de sobancelha, design de sobancelha... Tinha Projovem naquele tempo, eu fiz alguns cursos, todos os cursos no Vidigal. Trabalhei como auxiliar de cabelereiro...” (Leolinda, 30 anos).

No caso de Dandara, ser diarista tem sido sua maior ocupação desde que ingressou no mercado de trabalho, e ela ressalta que a sazonalidade desse tipo de emprego prejudica a estabilidade de sua renda. Ela trabalhou por três anos na casa de uma senhora e por 10 anos com um senhor que morava no Leblon, mas, apesar da continuidade que caracterizava o emprego, ela não possuía carteira assinada e ganhava menos que um salário mínimo

“Meu primeiro emprego, eu lembro, eu tinha 16 anos. Eu trabalhei lá no Meier, como ajudante de cozinha numa pensão. Minha mãe nem queria. Fiquei três anos lá, e passei a cozinhar super bem. Fazia tudo, salgado, eu fazia. Depois eu saí. Queria voltar a estudar. Estudei até a 5ª série. Eu até consegui retomar, mas depois eu parei, fui empurrando... Nem fiz a prova pra saber se eu tinha passado pra sexta, porque depois eu caí pra dentro do trabalho, mas outro tipo de serviço. Nesse, eu já dormia lá, eu cuidava de uma senhora, era muito bom. Fiquei uns três anos também. Dormia lá e voltava no fim de semana pra casa. Eu ainda não tinha filhos, não era casada, até porque senão, meu marido ia passar mal de saudades (risos). Durante a adolescência, eu também trabalhei no Leme. Eu comecei a trabalhar e nunca mais parei. De vez em quando eu faço salgado e doce pra vender. Também sei fazer bijuterias e tranças em cabelo.” (Dandara, 41 anos).

Além de as mulheres se depararem com poucas ofertas a postos do mercado formal de trabalho, elas não possuem a qualificação suficiente para permanecer com melhores empregos. Muitas pararam de estudar cedo, sem mesmo completar o Ensino Fundamental, e os motivos para a

descontinuação dos estudos gira em torno da necessidade financeira em seu lar, da gravidez e da posterior ocupação integral do tempo com o cuidado da criança.

“Eu parei de estudar muito cedo porque a cidade que eu morava era muito pequena, onde você faz uma coisa e no outro dia as pessoas estão falando, e eu nunca gostei dessas coisas. Aí eu fui ficar com uma tia em Teresina, e comecei a gostar de andar assim... Eu parei na sexta, acho que até vergonha eu nunca ter continuado. Eu queria voltar, estava planejando em entrar em uma escola que você faz duas séries ao mesmo tempo, mas aí nunca pensei que a gravidez de um filho tira toda a atenção pro filho, o tempo é pro filho. Até estava falando pro meu esposo que ele tinha que ajudar mais...Nem pintar a unha direito a gente pinta, porque o filho num deixa, já pintei e já tô tirando de nervoso, porque deixei ele lá com meu irmão...” (Leila, 21 anos).

Joana Angélica, de 51 anos, estudou somente até a 2ª série do Ensino Fundamental.

“Não tive tempo não menina, não tinha como. Eu tinha que cuidar dos meus irmãos, depois eu tive filho. Eu estudei no orfanato, era colégio interno, fiquei lá até os 13. Aí minha mãe me tirou pra eu ir lá ficar ajudando ela, aí eu não voltei. Eu até queria voltar, mas fiquei com a saúde muito ruim. Fiquei com muito estresse, pressão alta... aí eu perdi a vontade. Tem tanta coisa pra fazer quando chega à noite... Porque seria a distância... Mas eu fico cansada, cara. Fico cansada”.(Joana Angélica, 51 anos).

Maria Quitéria, de 36 anos, estudou até a 7ª série, e também interrompeu seu percurso escolar pela necessidade de exercer um trabalho remunerado. Apesar de ter uma vasta experiência como vendedora, ela encontra-se desempregada, e reconhece que, até para se qualificar mais e conseguir melhores empregos, era importante que ela tivesse finalizado os seus estudos. Essa também é a opinião de Leila.

“Eu falo com meu filho, filho, estudo faz muita diferença, ter segundo grau é muito importante... Se eu tivesse feito, poderia fazer muitos cursos ali no CRAS mesmo, mas eles exigem o segundo grau. Eu fiz um lá, na época não precisava não, fiz de cabelo... Também fiz um de unha, fiz no SENAC lá em Copacabana, eu sou manicure. Eu já tentei como manicure, antes de pegar as crianças pra olhar, mas eu não consegui estabilizar os clientes, ter aqueles clientes certos, fixos, porque se tivesse... Eu tava fazendo antes de ficar com as crianças, mas eu tinha um cliente hoje, dali a um mês outro... Nunca gostei de trabalhar em salão não, eles pegam 50%, às vezes não compensa muito não. Até que no início eu ganhei um dinheirinho, era novidade, mas depois foi parando... Eu tenho que ter uma coisa certa, mesmo que seja cem reais, mas eu sei que esse dinheiro é garantido”. (Maria Quitéria, 36 anos).

“Pra você conseguir arrumar um emprego, você tem que ter segundo grau, ter isso ou aquilo. Quem sabe um dia eu ganho na Mega Sena... Aí, meus problemas acabam!” (Leila, 21 anos).

Dessa forma, no que tange ao avanço da ocupação de postos mais qualificados pelas mulheres, há uma notável diferença quando se faz uma análise com base na raça e na classe social. Enquanto as mulheres brancas perceberam um avanço no mercado laboral, devido à melhor qualidade de sua educação, com acesso à universidade e, posteriormente, a cargos mais

elevados e empregos mais valorizados, as mulheres negras e pobres permanecem no exercício de cargos subalternos, principalmente no emprego doméstico e no mercado informal.

“As mulheres que começam a se movimentar para ocupações de nível superior são predominantemente brancas, enquanto há uma forte concentração de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico. As mulheres provenientes das classes mais pobres (majoritariamente negras) dirigem-se para os empregos domésticos, de prestação de serviços e também para os ligados à produção na indústria; enquanto as mulheres de classe média, devido às maiores oportunidades educacionais, dirigem-se para prestação de serviços, para áreas administrativas ou de educação e saúde” (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000, p. 85 apud Lima et al, 2013, p. 56).

As mulheres são as que possuem mais anos de estudos, e são as que mais ingressam em cursos de nível superior. De acordo com Pesquisa do IPEA (2017), em 2015, as mulheres tinham uma média de estudo de 8,7 anos, enquanto os homens tinham uma média de 8,0 anos. Ademais, enquanto as mulheres são 20,2% das pessoas com mais de 12 anos de estudos (indicador de nível superior), os homens são 16,7%. Entretanto, quando se analisam as taxas de ocupação (2015) no mercado de trabalho, a segmentação de gênero é notória, e os homens apresentam taxas bem maiores (77,6%) que as mulheres (55,2%).

Isso pode significar que uma série de fatores no âmbito privado das relações influenciam esse menor aproveitamento de mão de obra feminina. O casamento e a obrigação naturalizada da mulher em cuidar da casa e dos filhos afastam-nas do mercado laboral.

Da mesma forma, é muito mais comum, e encarado como o “correto” pela sociedade, a mulher deixar de trabalhar, ou trabalhar em tempo parcial, para assumir as responsabilidades domésticas do que o homem, como também é o caso das mulheres da Rocinha.

“Agora está difícil de resolver porque eu estou desempregada, né. Eu trabalhava de balconista, sempre trabalhei de balconista. Estou fora do mercado já vai fazer três anos. Fiz entrevista, deixei currículo, mas tá difícil, mesmo com experiência. Meu último emprego foi no Cinema do shopping Rio Design, na Barra. Aí saí, porque tive que ficar com o Chico, porque sozinha, você já viu, é muito difícil. Ele estava na creche, mas mesmo assim, dependendo do horário... Eu trabalhava de duas da tarde até onze horas da noite. Eu teria que botar ele no colégio e encontrar alguém pra pegar ele quinze pras seis e ficar com ele até onze, onze e pouco da noite. Esse negócio de trabalhar fora, sozinha com criança, é muito difícil.” (Maria Quitéria, 36 anos).

“Eu sou diarista. Eu trabalhava num consultório, numa casa de idosos e fazia faxina normal. Mas agora eu diminuí, por causa das crianças. Preferi ficar um pouco mais em casa com eles. Agora eu vou duas vezes por semana no consultório. Antes não, antes eu trabalhava direto, a semana toda, toda hora. Isso quando eu não tinha filho... Mas não tinha carteira assinada. Eu trabalhei de carteira assinada umas duas vezes só. Era tudo bico mesmo”. (Dandara, 41 anos).

Quando isso não ocorre, é à outra mulher que ela recorre, e são as mulheres pobres negras⁷³, em sua maioria, que exercem a profissão de empregada doméstica, ou de babá, e que enfrentam não só dificuldades em relação a seu trabalho, subvalorizado e ainda muito informal, como as demandas de suas próprias responsabilidades em sua casa, que muitas vezes são também delegadas a outras mulheres, para que ela possa cuidar de uma casa alheia.

Assim, as mulheres pobres quase nunca são livres para realizarem escolhas, não obstante as já limitadas possibilidades e oportunidades que se encontram perante si. Enquanto uma mulher de classe média ou média alta, casada, poderia optar entre permanecer apenas chefiando o trabalho reprodutivo ou se inserir no mercado de trabalho, com a delegação do trabalho reprodutivo à empregada doméstica, as mulheres pobres se deparam com a necessidade de uma conciliação difícil entre fazer as duas coisas, sem poder pagar por alguém que faça os serviços do lar e sem encontrar os serviços do cuidado oferecidos pelo Estado.

[...] [O] trabalho remunerado produtivo ou reprodutivo e o trabalho reprodutivo não remunerado constituem uma relação de contradição que as mulheres devem enfrentar como parte da vida cotidiana. O que pode parecer [...] uma divisão entre “tradição” e “modernidade” deve ser considerado uma impossibilidade de escolha com liberdade na construção de projeto como sujeito de trabalho (Ávila, 2013, p. 239).

Segundo Born (2001), a trajetória de vida das mulheres é influenciada pelos arranjos familiares constituídos por elas, e, de um modo geral, pelas relações na vida privada, o que não acontece para os homens. Enquanto estes têm uma fase em que se preparam para o emprego, na qual está incluído o acesso ao ensino de qualidade e voltado a carreiras mais qualificadas; a fase em que está empregado; e a fase em que se aposenta, a mulher terá de conciliar as duas atividades – de produção e reprodução – ou, se possível, terá um momento da vida em que deixará de trabalhar fora para assumir integralmente as responsabilidades domésticas, o que dificultará seu posterior retorno ao mercado de trabalho.

Para Saffioti,

“A perspectiva do casamento e a necessidade que muitas vezes se impõe de interromper o trabalho e a situação de volta ao emprego depois de um longo período de inatividade profissional são fatores que pesam no encaminhamento das mulheres para ocupações subalternas e que envolvem menores responsabilidades” (SAFFIOTI, 2013, p. 81).

⁷³ Em 2016, 17% das mulheres negras eram empregadas domésticas, enquanto a porcentagem chegava a 10% para as mulheres brancas. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/trabalho-domestico-e-a-ocupacao-de-5-9-milhoes-de-brasileiras>. Acesso em 11/01/2019.

O contrato matrimonial deveria exigir contrapartidas de ambos os lados, no que tange ao cumprimento das tarefas do lar, do provimento financeiro e também da fidelidade conjugal. Entretanto, Heilborn (2013, p.123) ressalta que, enquanto as mulheres são bastante cobradas em relação ao exercício do trabalho de reprodução e também à fidelidade sexual, o mesmo não acontece para os homens, que, quase sempre, mantêm ou manteve relacionamentos extraconjugais. Ademais, nem sempre o homem assume o papel que lhe é esperado de “provedor do lar”, além de nunca ou quase nunca exercer a parte que lhe cabe das tarefas domésticas.

“Às vezes eu tenho que brigar, e falar, ‘você também sujou a louça’, eu já faço a comida... aí ele diz, ‘eu compro’, mas eu digo, ‘eu compro também!’ Eu canso de comprar... É difícil essa vida de casada, eu que num caso de novo, tá doido! Ele diz que fica cansado... Quando eu faço evento eu chego muito cansada, mas ainda tenho que fazer tudo. Aí eu pergunto, ‘eu não tenho o direito de cansar também? Só você? Você chega, você come, você dorme. Eu não, eu tenho que fazer tudo. Eu trabalho muito mais que ele, mas ele fala que não né?’ (risos). Às vezes eu cozinho duas vezes por dia. Cansa. Não dá pra pegar comida fora, fica muito caro. Meu marido chega em casa e já quer comer! Meu filho diz ‘mãe, o pai já chega e corre pra panela. Ele fala, ‘pai, fala boa noite pra mãe!’ (risos). (Nísia, 38 anos).

“Eu saio pra trabalhar, quando chego tenho que fazer tudo... Chego cansada, mas tenho que fazer”. (Tarsila, 52 anos).

“Eu que faço praticamente tudo. Ele trabalha o dia todo. Ele é mecânico, conserta máquinas. Ele saiu da firma, e agora está trabalhando por conta própria. A firma não tava pagando direito e, com criança não dá. [Mas] ele sempre foi um pai presente... Esses negócios de escola, médico, essas coisas, é mais é a mãe, mas agora ele participa mais de tudo. Por incrível que pareça, agora em casa ele ajuda. Ele ajuda até com tarefas de casa! Por exemplo, se eu estou fazendo uma coisa, e a minha filha mais velha está fazendo outra, se tiver uma louça na pia, assim, pouquinho... Muito ele não encara não (risos), mas se for pouquinho ele lava, ele ajeita a cozinha, põe roupa na máquina...Varrer ele não gosta muito não... Mas assim, ele está bem mais presente. (Dandara, 41 anos).

Como são as mulheres que realizam a maioria, senão a integralidade das tarefas domésticas, e como são direcionadas a elas as expectativas de abdicação do trabalho remunerado para o cuidado com o lar e com os filhos, elas não possuem tantos estímulos para buscarem qualificações e melhorias nos postos de trabalho em suas carreiras. Assim, “as mulheres ficam muito tempo fora do mercado de trabalho para cuidar dos filhos; são também menos incentivadas para buscar qualificação, já que não possuem tantas expectativas de seu uso posterior” (WALBY, 1991, p. 29).

As mulheres mais pobres nem sempre veem nos estudos, uma perspectiva de crescimento para si, ainda que ressaltem a importância deles aos seus filhos e às suas filhas. Talvez, porque sempre tiveram que trabalhar para o sustento de suas famílias ou porque nunca receberam uma educação de qualidade, elas não viram utilidade material de seus anos de estudos,

principalmente nas profissões historicamente ocupadas por elas: de baixa remuneração, mas com oferta de emprego, como o serviço doméstico.

“Todas as pessoas que eu vejo que estudam chegam muito numa média... E essa média, eu sempre achei que poderia chegar sem estudo. Mas a gente tem que estar sempre se informando né, não necessariamente da escola. Mas é claro que isso era cabeça de adolescente né, eu não falo isso para os meus filhos”. (Leolinda, 30 anos).

No caso de Dandara (41 anos), ela afirma que o maior motivo para que não tenha continuado os estudos foi o trabalho, mas que isso foi uma escolha dela. Ela diz que a mãe não apoiava, que preferia que ela estudasse, mas que, em um contexto de cinco irmãos, ela sentia que precisava contribuir com a renda financeira de sua casa. Sua mãe trabalhava como faxineira em um hospital psiquiátrico, mesmo lugar em que sua avó havia trabalhado. Para ela, o emprego de sua mãe era muito bom, pois era algo contínuo, com carteira assinada. Era como se ela perseguisse os mesmos passos de sua mãe e de avó, as quais, da mesma forma, deixaram os estudos muito cedo para trabalhar como domésticas e faxineiras. Porém, ela tem uma visão diferente para seus filhos e suas filhas. A eles, ela reitera a necessidade de terminar os estudos, inclusive, para alcançarem postos de trabalho mais bem remunerados.

“Nenhuma delas [filhas] trabalha fora, eu prefiro que elas só estudem. Agora eu vou colocar a mais velha para um curso de como aprender a trabalhar, ganhar experiência, é uma preparação para saber como é o mercado de trabalho. Vai ser aqui no CRAS mesmo. Isso aqui é a base, aqui tem tudo. A escola da mais nova eu não estava conseguindo em lugar nenhum, consegui aqui”. (Dandara, 41 anos).

“Eu falo pras minhas filhas, vai estudar, não vai ter filho cedo, querem ficar igual eu aqui, dentro de casa?” (Nísia, 38 anos).

“Meu filho, eu quero tudo de melhor pro meu filho, quero que ele estude, quero que ele tenha tudo que eu não tive”. (Leila, 21 anos).

Bilac (1989) ressalta que a situação da mulher no mercado de trabalho não obedece a uma trajetória contínua. Assim, diferentemente dos homens, que passam por evoluções em suas profissões ao longo de sua carreira, muitas vezes de forma ascendente, com ganhos financeiros e assunção de melhores postos de trabalho ao longo da vida profissional, as mulheres estão sempre na iminência de deixar o seu emprego quando a conflitante conciliação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo chega a seu limite.

Na realidade, uma mesma mãe de família, a qualquer momento da vida familiar, pode ser compelida a entrar ou a sair do mercado de trabalho, por mais de uma vez, desempenhando mais de uma ocupação. Tudo depende das condições momentâneas vividas pelo grupo familiar. (BILAC, 1989, p. 148).

É o que Sorj (2007) chama da necessidade de “conciliação” entre o exercício do trabalho remunerado e o de cuidados, desde que a inserção da mulher no mercado de trabalho não a eximiu, nem ofereceu muitas alternativas, a não ser o seu desdobramento para conciliar as duas atividades.

Em muitos países, o modelo “tradicional” do homem provedor e da mulher dedicada aos cuidados da família foi sendo substituído por um modelo no qual mulheres e homens se inserem no mercado de trabalho, mas os cuidados com a família permanecem, em grande medida, uma tarefa realizada apenas pelas primeiras. O novo modelo criou novas oportunidades para as mulheres participarem da “esfera pública,” mas não foi acompanhado por uma transferência correspondente do tempo investido pelos homens no mercado de trabalho para a “esfera privada”, mantendo deste modo uma divisão sexual do trabalho com um forte viés de gênero (SORJ, 2007, p. 574).

É por isso que quando as mulheres foram incorporadas no mercado de trabalho, estabeleceram-se em trabalhos precarizados, já que muitas são alocadas no mercado de trabalho informal, ou assumem jornadas em tempo parcial, para que essa “conciliação” seja menos dispendiosa. Como demonstra Chies, há

Empregos a tempo parcial, temporários, horários flexíveis etc., arranjos que foram adotados no mercado de trabalho encobertos pela ideia de ‘responsabilidade familiar’, mas na verdade servem para justificar os baixos salários, as poucas expectativas de carreira e outras precariedades que demonstram a situação das mulheres no mercado de trabalho. (CHIES, 2010, p. 513).

Também, para Pateman (1988),

“Muitas mulheres casadas trabalham meio período, frequentemente porque não há outros empregos disponíveis [...], mas também porque assim elas podem dedicar a maior parte de suas energias ao serviço doméstico, e evitar, desse modo, conflitos com seus maridos. Uma esposa que tem um emprego remunerado nunca deixa de ser uma dona-de-casa; pelo contrário, ela se torna uma esposa que trabalha e aumenta a sua jornada de trabalho”. (PATEMAN, 1988, p.208).

Assim, as mulheres são uma mão de obra mais barata, e são abarcadas por novos postos de trabalho que pagam menos. A concepção da renda da mulher como apenas um “complemento” à do homem também serve de respaldo para essa desvalorização laboral e salarial vivenciada por elas, e restringe as opções que elas possuem na hora de assumir um emprego. Contudo, a dinâmica das relações familiares mostrou que é quase impossível o homem sustentar unicamente uma família e a força de trabalho feminina foi sendo cada vez mais absorvida pelo mercado de trabalho, não apenas como um complemento, mas por vezes como a maior ou senão a única renda familiar, principalmente em lares monoparentais de chefia feminina.

Projetos

Muitas mulheres nos contaram que têm o desejo de voltar a estudar e que acreditam que encontrariam empregos melhores se fossem mais qualificadas. Entretanto, elas ainda enfrentam obstáculos para darem continuação aos estudos, como a falta de tempo e a falta de motivação.

Margarida Maria, de 49 anos diz que não tem mais cabeça para voltar a estudar. Primeiro vieram os filhos, agora, ela cuida dos netos.

“Adolescente dá muito trabalho. É a pior fase! Quando criança, eles obedecem mais. Quando crescem, não dá para saber o que estão fazendo, o que não estão fazendo... Por isso que acho a presença da mãe legal nessa fase. Mas trabalhando, não dá, como a gente faz?” (Margarida Maria, 49 anos)

Ela nunca teve ambições de ter muito dinheiro. Quanto ao contraste vivido entre a classe alta, no bairro vizinho São Conrado e a Rocinha, ela se resigna e aceita as diferenciações de classe como um fato. “Prefiro ficar no meu canto. Meu sonho agora é reformar a minha casa, ela está caindo aos pedaços. Queria, no momento, ter condição de fazer essa reforma”. (Margarida Maria, 49 anos)

Dandara contou ser uma pessoa talentosa e tem o sonho de realizar um curso de corte e costura e montar um ateliê. Entretanto, isso ainda não foi possível, principalmente por conta dos encargos domésticos que tem em sua casa, com os seus seis filhos e o seu marido. Além disso, mesmo que seja um sonho individual, Dandara inclui nele os filhos e os futuros netos, pois uma eventual capacitação traria um benefício a todos os membros da família.

Nísia tem o desejo de voltar a estudar, com planos de que seja em 2019, porém, as filhas gêmeas mais novas ocupam muito o seu tempo, e isso a impede continuar os estudos. Ela vê o estudo como algo muito importante, orgulha-se de que o filho conclui o Ensino Médio e irá para Exército Brasileiro, bem como de suas filhas estarem todas regulares na escola.

Nísia nunca trabalhou fora de casa. Apenas recentemente ela tem feito alguns bicos em eventos, mas é algo muito esporádico. Toda a sua vida foi dedicada ao trabalho não remunerado da reprodução, porém ela reconhece o dispêndio de tempo e o esforço exigido para cumprir a integralidade das tarefas domésticas.

O seu único sonho é poder terminar os estudos. Depois de terminá-los, ela diz que pensaria no que fazer para se capacitar. Entretanto, ela sempre ressalta que a obrigação integral das tarefas do cuidado é um impeditivo para que o realize.

Maria Quitéria vê dificuldades em retomar os estudos por conta da rotina pesada que abarca o cuidado com a casa e com o seu filho e, por estar desempregada, sua prioridade é encontrar um emprego para o sustento de sua casa, da qual ela é chefe monoparental. Ela ressalta a importância de se concluir os estudos e, inclusive, pensa que seria mais fácil encontrar um emprego se tivesse o Ensino Médio completo.

“Eu atualizei o meu currículo, sempre tô perguntando, entro no zap, pergunto um, pergunto outro, aí falam ‘se aparecer, eu te falo’, mas não aparece, e quando aparece, às vezes os horários não batem, aí eu tenho que arranjar uma pessoa pra ficar com o Chico, porque ele não pode ficar na casa só, né, ele é pequeno ainda, né.” (Maria Quitéria, 36 anos).

Ela deseja um futuro diferente para seu filho: para ele, os estudos serão prioridade. O seu maior sonho é vê-lo se graduar na universidade.

Leolinda, de 30 anos, busca a autonomia por meio do sucesso profissional. Ela nunca viu esse sucesso atrelado aos estudos, pois sempre teve a certeza de que queria se tornar empreendedora, ter o seu próprio negócio, conquistar bens materiais, como casa e carro e morar, posteriormente, na Europa.

Ela contou sobre como sua agenda era corrida e, inclusive, ela mantém um caderninho com todos os compromissos e os afazeres do dia. Ela vende produtos em revistas e também já investiu em um negócio próprio: a fabricação e a venda de sucos naturais. Além disso, ela também fez um curso de cabelereira e tem orgulho de dizer que ela mesma colocou seu alicate para alongar os cabelos.

“Eu meio que sabia o que eu queria, que era empreender. Aí minha amiga de apresentou uma coisa, que era esses produtos, e eu gostei e tal. Já estou há quase dois anos. Mas eu também estava abrindo um negócio, eu quero guardar minhas energias para o meu próprio negócio, que é uma coisa que vem de mim, sabe, é um sonho. Eu vou voltar a trabalhar com envasados de sucos naturais, uma fábrica. Eu comecei a fazer, aí parei e agora quero retomar de novo, seria a minha própria marca. Eu acho que vai dar tudo certo”. (Leolinda, 30 anos).

Ela também nos contou que os dois têm o sonho de morar fora do Vidigal: primeiramente, em um bairro melhor no Rio de Janeiro, como o Recreio dos Bandeirantes e, posteriormente, no exterior.

“A gente pensa em ir para a Europa. A gente quer muito. Vamos levar todo mundo, não quero criar meus filhos aqui não. Meu irmão mora na Espanha, ele tem

apartamento lá, até vai deixar um pra gente. E eu tenho uma irmã que mora na Alemanha. A gente vai levar o suco pra lá também, meu irmão está vendo as escrituras já, vai ser uma coisa muito grande. Eu creio nisso, que vai dar tudo certo”. (Leolinda, 30 anos).

Ela comprou um carro há dois anos, um Honda Civic, por meio de um consórcio, e se sentiu muito realizada ao ter tirado a carteira de motorista. Para o futuro, ela vê a si e a sua família viajando o mundo todo, com uma residência fixa no exterior. Assim, o seu futuro e o de toda a família já está desenhado, “só falta Deus abençoar mesmo”. (Leolinda, 30 anos).

Leila, de 21 anos tem um grande sonho de ser policial. Ela sabe que, para isso, teria que completar os estudos e passar em um concurso. “Meu sonho era ser policial, desde que criança eu queria ser policial. Meu esposo falava, você é muito nova, ainda pode conseguir”. (Leila, 21 anos)

Ela conta que, na época em que trabalhou como lojista, conseguiu juntar bastante dinheiro, e enviava remessas para sua mãe, que pôde construir, finalmente, a sua casa no Piauí.

Entretanto, após ter o filho, ela passou a dedicar integralmente o seu tempo ao trabalho não remunerado da reprodução. Ela também tinha vontade de abrir uma lojinha de capinhas e consertos para celular, junto ao seu ex-marido, mas a gravidez tolheu esse plano.

Ela pensa em voltar para o Piauí, mas somente se fosse com o seu ex-marido. Como um problema relatado por muitas imigrantes nordestinas, em sua terra natal não há tantas opções de emprego, e o tipo de ocupação é mais predominante em atividades rurais. Ela disse que pensaria em montar um negócio próprio lá, se houvesse oportunidade. Leila sente muita falta de sua família que ficou no Nordeste e lamenta que sua mãe ainda não tenha conhecido o neto.

Tarsila, de 52 anos, teve uma história comovente. Ele contou que adorava estudar, mas seus pais não a apoiaram para continuar os estudos e achavam besteira ela estudar, pois ela tinha mesmo era que trabalhar. Por isso, ela parou de estudar na 4ª série, que era a última série oferecida nas escolas da cidade em que morava, no interior da Paraíba. De tanto que ela gostava de estudar, ela repetiu três vezes a série, até o momento em que foi impedida, pela diretora da escola, de continuar a frequentar a turma. Seu sonho sempre foi poder voltar a estudar.

“Até a quarta série, a escola era perto de casa. Mas a partir da quinta, era longe, tinha que andar muito, pegar condução, e meus pais não queriam que eu fosse. Eu chorei, eu chorava, porque queria ir, mas eles não deixaram. Eu chorei, eu chorei pra estudar. Cheguei a repetir três vezes a quarta série, de tanto que eu gostava de estudar, até chegar a um ponto que a professora não queria mais. Ela disse, você agora tem que ir pra quinta série, na cidade. Aí meus pais não deixaram né... Quando eu sabia o dia que iam começar as aulas, eu dei uma fugida e fui até lá! Até que eles falaram, agora

não, agora chega. Aí chorei, chorei pra ir. Mas aí num deu não, aí eu parei. É coisa de gente ignorante, que pensa, ‘filho de pobre não precisa de estudo não, escrever uma carta, lê outra, já tá bom demais...’. (Tarsila, 52 anos).

Assim, Tarsila passou a exercer a profissão de empregada doméstica desde cedo. Ela nunca exerceu outro tipo de trabalho. Passou por vários empregos e, mesmo quando estes possuíam um caráter contínuo, ela não teve sua carteira assinada. Assim, na maior parte do tempo, ela trabalhou na informalidade.

Mesmo atualmente, em que a “PEC das Domésticas”⁷⁴ assegurou mais direitos às empregadas e aos empregados domésticos, ela continua trabalhando em casas de família sem vínculo empregatício, não obstante compareça três ou mais vezes por semana, o que já seria suficiente para estabelecer tal vínculo. No momento, além de voltar a estudar, ela também deseja se aposentar, para ter uma velhice tranquila.

Carolina, de 35 anos, trabalhou como atendente por 10 anos, desde que chegou ao Rio de Janeiro, em uma grande rede de lanchonetes, em Copacabana. Durante todo esse tempo, ela teve a sua carteira assinada. Ela deixou o emprego pois seu filho estava ficando muito doente e precisava de seus cuidados, de modo mais integral.

Ela nos contou que seu maior sonho é ver seus filhos terminarem os estudos e que eles tenham uma profissão. Para si, ela disse não ver um cenário tão diferente, mas vislumbra fazer algum curso de capacitação. Seu desejo era poder voltar ao mercado de trabalho formal.

Joana Angélica, de 51 anos, parou de estudar muito cedo e está fora do mercado de trabalho há mais de duas décadas. Ela acabou vendo a possibilidade de ascender socialmente por meio do casamento com um homem estadunidense, que tinha condições financeiras estáveis, e depositou a esperança de melhoria de vida por meio de seus relacionamentos. Cuidar dos netos de sua filha que tem esquizofrenia sempre a deixou muito sobrecarregada e ela não sente que tem autonomia suficiente para conduzir a sua vida como queria.

Ela também está em uma luta judicial para retomar a guarda de um dos seus netos, que foi retirada de sua filha pela Justiça, com a alegação de que ela era incapaz de cuidar da criança, por ser usuária de drogas.

⁷⁴ A Emenda Constitucional n° 72, de 2013 e a Lei Complementar n°150, de 2015, ficaram conhecidas como “PEC das Domésticas”, e estenderam direitos trabalhistas constitucionais aos empregados e às empregadas em âmbito doméstico.

Como Joana Angélica sente que sua maior “missão” nessa vida é cuidar de seus netos, ela diz não abrir dessa guarda. O processo já dura 10 anos.

“O juizado pegou, mas eu estou pedindo a guarda... Tá com a família acolhedora, mas eu entrei na justiça pra pegar a guarda, até hoje tá na justiça. Eles arquivaram o processo... Fiz de tudo pra pegar o menino, mas eles não quiseram me dar, falaram que não tinha condições... Mas eu falei, eu não vou deixar, nunca dei nenhum... Eu quero cuidar. Eles alegaram que ela tava maltratando o garoto, mas não tava, quando ela teve o neném eu tava lá, juntinho dela... Eu falei, ela tem esquizofrenia... Meu marido trabalhou, trabalhou, botou advogado particular e tudo, mas até agora, nada”. (Joana Angélica, 51 anos).

Para seu futuro, Joana deseja fazer o curso de cabelereira, que seria pago pelo seu atual marido, e também demonstra o desejo de fazer o curso supletivo. Ela vê uma esperança em seu atual marido, que tem o sonho de estudar Direito, e que aposta em um futuro melhor para os dois, após a graduação.

Elza, de 38 anos, mostrou ser apaixonada por gastronomia. Ela sente que nasceu com esse talento, mas nunca pôde desenvolvê-lo propriamente, pois sempre teve que cumprir com outras obrigações em seu lar, que lhe custavam tempo integral. Ela já trabalhou formalmente como atendente e como saladeira, mas está há três anos fora do mercado de trabalho, desde que foi demitida do seu último emprego, em uma grande rede de restaurantes no Rio de Janeiro. Ela ainda tem esperanças de um dia realizar o curso de gastronomia e poder tocar a sua vida por meio dessa paixão.

Percebemos que as 11 beneficiárias do PBF veem o trabalho reprodutivo e as condicionalidades impostas pelo PBF como uma obrigação feminina, mas não se orgulham de tê-la que exercer integralmente. Eles sentem a injustiça da não divisão de tarefas com seus cônjuges, ou o veem como um fardo a ser carregado – mas cumprido -, quando são mães solo⁷⁵. Algumas possuem sonhos de exercer uma profissão mais prestigiada, de desenvolver talentos, de cursar uma faculdade. Porém, todos esses sonhos foram e ainda são postergados devido à busca diária pela sobrevivência e pela vontade de oferecer um futuro melhor a seus filhos e a suas filhas.

⁷⁵ “Mãe solo” é uma expressão utilizada no lugar de “mãe solteira”. Esta última carrega uma carga que pode depreciar a mulher, já que muitas vezes não foi uma escolha sua criar seu filho sozinha. Por isso, acreditamos que o outro termo seja mais adequado e respeitoso.

Da mesma forma, inferimos que a baixa escolaridade, predominante entre as mulheres com quem conversamos, leva a uma dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal e em trabalhos mais prestigiados e mais bem remunerados.

O mercado de trabalho brasileiro também não é capaz de absorver toda a mão de obra qualificada existente, ao mesmo tempo em que a demanda inter classes por trabalhos ditos “braçais” sempre existirá. Como exemplo, há uma grande demanda, nas classes mais altas, pelo trabalho de diarista, exercido pelas mulheres mais pobres. Esta mulher terá uma expectativa de emprego garantida, mas quase sempre em condições informais e com baixa remuneração. Do outro lado, nem sempre a mulher mais qualificada, que adquiriu experiência no mercado formal, como as vendedoras, terá sua mão de obra absorvida, já que, nesses casos, a oferta costuma ser maior que a demanda.

O que gostaríamos de demonstrar é que há certos “ciclos viciosos” que fazem com que essas mulheres estagnem em trabalhos precários e permaneçam muito tempo em situação de desemprego. A baixa escolaridade e o encargo das tarefas domésticas levam as mulheres a exercerem trabalhos com pouco prestígio, baixa remuneração, mais “flexíveis”, em tempo parcial, mas sua oferta é relativamente maior do que a do trabalho mais qualificado, no mundo trabalhista brasileiro. Assim, essa mão de obra mais qualificada se torna subutilizada, já que a mulher terá que procurar outras maneiras de manter os seus rendimentos, ainda que nutram um grande desejo de voltar a trabalhar formalmente.

A maioria das mulheres não pôde terminar os seus estudos. Muitas pararam ainda no Ensino Fundamental. Ao mesmo tempo em que desejam um futuro diferente para seus filhos vendo, nos estudos, uma possibilidade de ascendência financeira e social, elas permanecem cétricas quanto a uma mudança do rumo de suas vidas por meio deles.

A necessidade de obter uma renda imediata era a opção mais viável entre ter que postergar o ganho financeiro por meio da dedicação exclusiva aos estudos ou começar a trabalhar mais cedo.

As mulheres que vieram dos estados do Nordeste não moravam nas capitais, e relataram que a educação era precária em suas cidades. Elas possuem famílias com um grande número de membros e, muitas vezes, tiveram que cuidar de seus irmãos, de suas irmãs, de seus avôs, de suas avós, dos próprios pais e de outros parentes.

As mulheres que nasceram no Rio de Janeiro sempre viveram em favelas, nas quais a educação também apresenta uma menor qualidade, e sempre houve barreiras para que pudessem continuar seus estudos, como a necessidade financeira, o casamento precoce e a imprescindibilidade do cuidado dos filhos e das filhas.

As beneficiárias do PBF da Rocinha, em seus relatos, estão fora do mercado de trabalho formal. Suas rendas são provindas do trabalho informal, esporádico e sazonal, ou como elas mesmas chamam, “bicos”. Assim, há meses em que suas rendas seriam nulas, se não houvesse o benefício do PBF, a ajuda de familiares ou a pensão alimentícia, esta tampouco certa e, quando existente, seu valor chega a ser ínfimo, o que demonstra a centralidade do Programa em suas vidas.

Ainda que os outros empregos ou bicos possam trazer uma renda maior a essas mulheres, ela não é certa, enquanto o benefício do PBF é mensal, fixo e certo. É como um complemento à renda principal da mulher, mas um complemento garantido que, muitas vezes, substituiu a renda principal, e possibilita que a mulher não deixe faltar nada em casa, principalmente no que tange à alimentação de seus filhos e de suas filhas, de seus netos e de suas netas.

Com o PBF utilizado para a segurança alimentar e material de suas crianças, nessa espécie de “renda complementar garantida”, percebe-se que as mulheres, além de não quererem abrir mão do benefício, não deixam de ansiarem por retornar ao mercado de trabalho, já que isso, além de assegurar a subsistência de suas famílias, também funciona como uma valorização de si mesmas. Essas mulheres se sentem mais “úteis” quando exercem o trabalho remunerado.

Porém, devido ao imediatismo, que perpassa a sobrevivência diária, elas acabam permanecendo na busca por empregos que exigem uma menor qualificação e no mercado informal, já que, para estabelecer-se em empregos melhores e formais, elas sabem que deveriam terminar os estudos, o que nem sempre é uma escolha possível.

4.4 Moradia e condições materiais

As mulheres beneficiárias do PBF na Rocinha têm o seu tempo ocupado, majoritariamente, pelo trabalho reprodutivo não remunerado e tentam realizar a conciliação com o trabalho produtivo, quando inseridas no mercado de trabalho.

O trabalho reprodutivo é um “trabalho sem fim”. Não tem limitação de jornada, nem dia de descanso. É um trabalho invisível, visto como naturalmente feminino e inferior, porquanto não é capaz de “trazer a comida à mesa”.

Para Bilac (1990),

As práticas diárias reproduziam a sua naturalização como “trabalheira”, como mero “trabalho de mulher”, invisível, sem limites de jornada, executado de forma privada, sem remuneração, opondo-o, desvalorizado, ao trabalho mercantil. (BILAC, 1990, p. 130)

As mulheres vivem uma situação paradoxal, já que devem assumir todas as tarefas domésticas, mas também precisam – e querem – adentrar o mercado de trabalho, não apenas para a sobrevivência de sua família, mas para se sentirem “úteis” e “realizadas”, ao poderem exercer as suas capacidades profissionais.

O tempo destinado ao trabalho remunerado, exercido no âmbito do mercado, tende a ser o mais institucionalizado, isto é, regulado por normas e convenções que regem sua duração. Por outro lado, o tempo dedicado ao trabalho não remunerado, apesar de rígido, ou seja, determinado pelos horários das instituições com as quais interage (escolares, de saúde, de transporte etc.), está menos sujeito a intervenções regulatórias externas. (RAMOS, 2009, p. 865).

Para poder cumprir todas as atribuições do lar, elas relataram que, muitas vezes, usam os fins de semana e os momentos que seriam de lazer para realizar as tarefas domésticas. Elas também relataram que, geralmente, não possuem tempo livre e nem recursos suficientes para cuidarem da beleza e da imagem, ou para fazerem atividades que gostam.

Segundo Ramos (2009),

Esse fenômeno de redução das horas semanais dedicadas a afazeres domésticos por mulheres que participam ou não do mercado de trabalho pode se dever a transformações ocorridas na própria forma de execução de afazeres domésticos, com a incorporação de novos aparelhos eletrodomésticos poupadores de tempo, como máquina de lavar e geladeira, ou a mudanças nas percepções e nos comportamentos de mulheres em relação a trabalho doméstico, ou ainda, como sugerem Luana Pinheiro et al., à contratação de trabalho doméstico remunerado. (RAMOS, 2009, p. 868).

Assim, a posse de eletrodomésticos é de grande importância para o alívio nas tarefas domésticas, mas não é suficiente para eximir o dispêndio de muitas horas dedicadas a este trabalho. As mulheres desta pesquisa possuem os eletrodomésticos básicos em suas casas, como fogão, geladeira e televisão. Algumas possuem freezer e forno micro-ondas e poucas possuem computador e máquina de lavar roupas. Como suas casas são pequenas, geralmente formadas por um cômodo e um banheiro, muitas alegam não ter onde colocar alguns aparelhos.

Muitas mulheres não possuem casa própria, e os aluguéis na Rocinha não são dos mais baratos. Por ser um bairro-favela localizado em área nobre da cidade, ao lado de um dos bairros mais valorizados da cidade, que é São Conrado, com muitas linhas de ônibus, uma estação de metrô “na porta”, e uma praia logo abaixo, a moradia nos pontos mais acessíveis da Rocinha se tornou mais cara.

“O Lula era bem melhor né. Eu acho sacanagem cortar (o benefício), já é pouco. Eu sei que tem gente que pega e nem precisa, mas não podia fazer isso. Pagar aluguel é muito caro. Eu pago R\$650, mas se fosse na Via Ápia, um quarto com banheiro, é uns R\$780. Ah, porque é perto da praia, porque é perto do metrô, mas gente, é uma favela, tão achando que aqui é o que? Ipanema? (risos)”. (Joana Angélica, 51 anos).

Margarida Maria, de 49 anos, vive até hoje na mesma casa em que nasceu por uma parteira, e dorme no mesmo quarto desde a infância. A casa é própria, foi passada de avô e avó para os seus pais e, depois, para ela, pois os seus irmãos deixaram a Rocinha. A casa possui um quarto, um banheiro, uma sala e uma cozinha, na qual ela vive com alguns de seus filhos e seus netos. “Pobre é igual rato, cabe todo mundo no mesmo buraco”. (Margarida Maria, 49 anos).

Na cozinha, há uma geladeira que está estragando. Margarida diz que agora está muito difícil parcelar qualquer compra de eletrodoméstico, e “antes era muito mais fácil”. Ela não tem como pagá-los à vista e, ao mesmo tempo, os juros estão muito altos. Na sua casa também há fogão, micro-ondas e televisão. “Televisão é fundamental. tem que ter a voz da televisão. Sem televisão, a casa parece um velório”. (Maria Quitéria, 49 anos).

Dandara, de 41 anos, tem casa própria. Em sua casa, há dois quartos e uma varanda, na qual ela diz que seu marido adora fazer churrascos no fim de semana. Há eletrodomésticos como geladeira, fogão e máquina de lavar. Esta última, ela ressalta ser um grande alívio, pois seria difícil lavar as roupas de todos os membros de sua família na mão. Sua casa é de tijolo, em um prédio construído pela família de seu marido. Assim, no mesmo local, porém em andares diferentes, vive sua sogra, um cunhado e uma cunhada. No mesmo lugar, seu cunhado mantém uma loja de móveis usados, a qual é bastante procurada pelas pessoas. Ela ainda está fazendo reformas para melhorar o “seu cantinho”.

Nísia, de 38 anos, também nasceu na Rocinha e vive na mesma casa em que nasceu. Ela mora na parte de baixo e sua mãe, na parte de cima. “É uma casa pequena, uma quitinete. Mas não posso reclamar né, pelo menos eu não pago o aluguel”. (Nísia, 38 anos).

Ela mora perto de uma das principais ruas da Rocinha, chamada Via Ápia, e ressalta que é muito bom morar mais próximo a pontos de ônibus, à estação de metrô e ao comércio. Ela tem muitos eletrodomésticos em sua casa, com um destaque para a máquina de lavar, que é uma grande ajuda, já que “todo dia tem roupa para lavar”.

Carolina mora com seus três filhos em uma casa com um quarto e um banheiro. O cômodo é, ao mesmo tempo, quarto e cozinha, no qual há cama, colchonetes e eletrodomésticos, como geladeira, fogão e televisão. Ela não possui máquina de lavar roupas. Sobre o dispêndio de tempo para os afazeres domésticos, ela prefere centralizá-los para si, mas imagina que, se tivesse uma filha, esta teria uma obrigação maior de ajudá-la, diferentemente de seus filhos, o que corrobora com a ideia da naturalização do trabalho reprodutivo como feminino, ao mesmo tempo em que isenta essa obrigação do homem, até por uma questão de ele “não saber” realizá-lo, e nem ter a incumbência ou a capacidade de aprender.

“Filha mulher é preguiçosa. Eu tenho uma irmã que tem uma filha mulher e nossa, até as calcinhas dela, ela lava. Eu vejo muita gente reclamando, que tem filha mulher: não faz nada. Quando a gente tem filha mulher, ela tem que ajudar a mãe né, sabe limpar, sabe cozinhar, faz as coisas melhor né, arruma a casa... Porque o menino faz também né, mas não é bem feito”. (Carolina, 35 anos).

No caso de Marta, de 24 anos, é sua mãe que a ajuda a pagar o aluguel. Ela está desempregada, recebe R\$179 pelo PBF e mora em um cômodo com um banheiro, por R\$300, valor muito mais alto do que o valor do benefício recebido. Sua mãe, Tarsila, de 52 anos, mora em uma casa com dois cômodos, e paga R\$350 por mês.

Maria Quitéria possui uma casa na Rocinha, a qual construiu com o seu ex-marido. Por ser mais distante da área comercial do bairro, ela prefere alugar sua casa própria e, com o dinheiro que recebe, alugar um cômodo menor, porém mais perto da Via Ápia. Entretanto, ela ressalta a necessidade de realizar várias obras em seu imóvel e que, por isso, ele não se encontra alugado, atualmente. As obras estão paradas, pois ela não tem dinheiro para realizá-las.

A casa que Maria Quitéria aluga é um lugar muito simples, com um cômodo apenas, o qual é, ao mesmo tempo, quarto, sala e cozinha, e há um banheiro. Fica no segundo andar, as escadas são bem estreitas e íngremes, mas ela e a criança de dois anos, de quem ela cuida todas as tardes, não veem dificuldades para subi-las ou descê-las. O aluguel não é barato – custa R\$500 por mês - porque, apesar de pequeno, o prédio fica em uma espécie de condomínio fechado, que ela diz que gera mais segurança para quem mora lá, além de ser muito próximo à Via Ápia.

Assim, pagar aluguéis que corroem boa parte da já pequena renda é a realidade de várias outras mulheres da Rocinha que não possuem casa própria, ou que querem morar em uma localidade mais acessível e mais “segura” dentro da favela.

Lazer

No que tange às horas e aos momentos de lazer, por a Rocinha ser localizada próxima à praia de São Conrado, a Shopping Centers e a parques esportivos, algumas mulheres afirmaram que, sempre quando podem, e quando seus filhos e suas filhas pedem, elas fazem esses passeios.

Dandara, de 41 anos, afirma procurar sempre um tempo livre para sair aos fins de semana, apesar de que, ultimamente, a família tem saído pouco por conta do filho recém-nascido. Eles vão para a praia, principalmente em São Conrado. O marido gosta de pescar em uma área entre São Conrado e Barra da Tijuca. Eles gostam de ir a rodas de pagodes e de fazer churrascos na área externa da casa. Ela também leva as crianças ao circo e, quando podem juntar dinheiro, vão a parques de diversão. Ela ressalta que, depois que o marido deixou de beber, ele ficou mais companheiro, e passeia com ela e com as crianças.

Nísia, de 38 anos também diz que, sempre que pode, leva as crianças à praia, pois elas gostam muito. O marido, contudo, não é sua maior companhia para os momentos de lazer. Ela também relatou que sai muito com suas amigas, e não se importa que o marido não vá. Ele disse que não vai “se prender” pelo marido, o que demonstra que ela preza por alguma independência dentro do casamento. “Ontem eu fui com elas [à praia], fiquei o dia todo lá na praia. Muito difícil meu marido ir”. (Nísia, 38 anos).

Maria Quitéria, de 36 anos, contou que ela e seu filho gostam muito de ir ao cinema. Eles pegaram esse costume durante a época em que ela trabalhava como operadora de caixa de um cinema e ganhava alguns ingressos. Ela podia levá-lo para as sessões e, às vezes, passavam a tarde vendo vários filmes. Porém, ela disse que agora é difícil eles irem, pois os ingressos são caros, assim como os lanches, e ela não tem condição financeira para pagá-los.

“Quando dá pra apertar, vez ou outra a gente vai. Às vezes, vai estreiar um filme e ele pede pra ir, mas eu tenho que falar que não dá... Aí ele diz, ‘se o papai ajudasse mais, daria pra ir né, eu teria as coisas melhor né’... Aí eu digo, eu queria dar as coisas melhor pra ele, mas não tem da onde tirar. A gente também gosta de ir à praia, se deixar, ele passa a tarde todinha lá.” (Maria Quitéria, 36 anos).

Maria também ressaltou que é muito quieta e não gosta muito de sair para festas e bailes, como o fazem muitas mulheres que conhece. Ela é uma mulher muito bonita e muitos homens demonstram interesse em conhecê-la, mas ela não se mostra disposta a iniciar um novo

relacionamento por agora. Ela vive, praticamente, com e para o seu filho, e tem orgulho de ser uma mãe presente e dedicada.

Ela fica feliz em sentir que tem uma amizade e uma proximidade com o seu filho, e diz que tudo que faz, mesmo quando sai de vez quando para beber uma cerveja, ela o leva. Maria Quitéria tenta suprir a falta que o pai gera na vida de seu filho, mas não acha fácil ter que ser “pai e mãe ao mesmo tempo”.

Carolina, de 35 anos, contou que, quando tem tempo livre, fica mais em casa, realizando tarefas domésticas, o que não configura, propriamente, momentos de lazer.

“Eu não gosto muito de praia não, onde eu morava no Ceará era longe da praia, a gente nem se acostumou... Gosto mais de açude, água doce. [Nas horas de lazer]. Ah, eu fico em casa mesmo... Lavando roupa, passando, cozinhando. Fazer o quê? Não dinheiro pra passear, pra sair, pra ir pro shopping, essas coisas... Aí fico dentro de casa mesmo”. (Carolina, 35 anos).

As demais mulheres nos contaram que quando há um tempo livre – nem sempre há -, tentam ir à praia, ou mesmo ficar em casa, vendo filmes. Nenhuma relatou que viaja ou tem o gosto de viajar, que frequenta bares e restaurantes – quando o fazem, é algo esporádico, pois “é muito caro comer fora” (Nísia, 38 anos), ou que gosta de sair para fazer compras – estas são mais restritas às compras de alimentos e de necessidades escolares de seus filhos.

Com relação aos cuidados do corpo e da beleza, somente Leolinda afirmou que malha diariamente em uma academia. Os cuidados com unhas e cabelos são feitos em casa, pois os preços dos salões estão cada vez mais altos – “não dá nem pra fazer unha mais” (Joana Angélica, 51 anos).

Como relatado pelas mulheres, não é possível fazer uma demarcação de quando começa e quando termina o trabalho reprodutivo não remunerado, o que impede de elas desfrutarem de lazer e de um tempo livre, propriamente. É como se, de fato, a jornada de trabalho dentro de casa fosse “interminável”. Além disso, muitas atividades culturais e de lazer são inacessíveis para as pessoas de baixa renda e acabam não se tornando prioritárias e nem possíveis, diante da escolha entre a sobrevivência do dia a dia e os momentos de “luxo” e lazer.

De maneira geral, as mulheres com quem conversamos tiveram uma infância pobre e pararam de estudar na adolescência. Suas trajetórias de vida foram marcadas pelo abandono dos estudos e pela inserção no mercado de trabalho de maneira informal. Em seus relacionamentos, elas

vivenciaram agressões e traições, bem como a ausência posterior do cônjuge na criação dos filhos e no cumprimento com a pensão alimentícia mensal.

Podemos dizer que suas vidas não estão muito melhores, mas tampouco estão piores, quando as comparamos com o período da infância. A maioria não conseguiu terminar os estudos, assim como os seus pais, e continuaram a exercer, praticamente, a integralidade do trabalho reprodutivo, de forma semelhante às suas mães. Toda esperança de melhoria é depositada em uma próxima geração, que é a geração de seus filhos e de suas filhas.

Com o PBF, existe uma percepção mais de “alívio” – já que, com o dinheiro do benefício, pelo menos não faltará o “arroz e o feijão”, do que, propriamente, de uma melhoria geral de vida. O grande destaque para o PBF está, também, em este ser, muitas vezes, a única renda fixa dessas mulheres, mesmo que insuficiente para a manutenção de sua família.

Ainda que os outros empregos ou bicos possam trazer uma renda maior a essas mulheres, ela não é certa. Estes podem ser eventuais, sazonais, enquanto o benefício é mensal, fixo e certo. É como um complemento à renda principal da mulher, mas um complemento garantido, que, muitas vezes, substituiu a renda principal, e que possibilita que a mulher não deixe faltar nada em casa, principalmente no que tange à alimentação de seus filhos e de suas filhas, de seus netos e de suas netas.

Nísia, de 38 anos, diz que não tem muitos gastos próprios e que, quando quer comprar alguma coisa para si, usa o dinheiro que recebe dos eventos que faz esporadicamente, pois o benefício do PBF é destinado, exclusivamente, para seus filhos. “Tudo é deles, é tudo pra eles!” (Nísia, 38 anos).

Carolina, de 35 anos, e Dandara, de 41, também afirmaram que todo o dinheiro do PBF é gasto, exclusivamente, com os seus filhos.

“Eu passei um tempão trabalhando, aí depois que saí do trabalho, eu até demorei a procurar, só depois que fui fazer (o cadastro para receber o benefício). É uma ajuda, é bom, é uma ajuda boa mesmo, não dá pra manter, mas dá pra segurar sim. Num dá pra segurar tudo não, mas dá pra fazer alguma coisinha... A gente separa o dinheiro pra comprar um short, um sapato, um sanduíche... É tudo para eles, pra mim não (risos)”. (Carolina, 35 anos).

“[O PBF] é uma grande ajuda. Não é um dinheiro não, mas é uma grande ajuda. Foi através do bolsa que minhas filhas puderam fazer curso. Fazem natação, fazem dança, fazem outras coisas. Às vezes não tem mais o dinheiro do trabalho, mas tem o bolsa. Aí eu compro sapato, aquela boneca num vai dar, mas quando vier o bolsa, vamo inteirar... A mais velha gosta de pintura, arrumar o cabelo, então, graças a Deus, dá para pagar. Às vezes inteiro pras contas, mas as contas de casa ficam mais pro pai

delas. O dinheiro do bolsa sempre ajudou muito. É um dinheiro a mais que entra pra comprar uma coisa a mais. Por exemplo, no Natal, dá pra comprar mais presentes, dá botar mais comida. Faz uma diferença sim.”. (Dandara, 41 anos).

Existe, também, uma maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho pelas mulheres mais velhas. Ao mesmo tempo em que Margarida Maria, de 49 anos, ressalta que ter se tornado beneficiária do PBF possibilitou que ela fizesse cursos de capacitação profissional, ela, que trabalhou por muitos anos como garçonne, está desempregada e contou que, mesmo com um bom currículo e com uma vasta experiência, não consegue encontrar um emprego.

“É mais fácil [encontrar emprego] quando a gente é bonitinha, novinha. Agora na minha idade, é muito difícil. Só que, tudo que fiz, ser garçonne foi o que mais gostei. Gostava da dinâmica. Eu gostaria muito de retornar, mas não encontro oportunidades”. (Margarida Maria, 49 anos).

Ainda que a alocação racional de recursos financeiros pela mulher seja vista como essencial para a possibilidade de suas crianças terem um futuro diferente e melhor que sua realidade atual, não se pode deixar à deriva a melhoria de suas próprias condições de vida, com a retomada ou a continuação nos estudos e a assunção de melhores empregos, que geram maiores satisfações pessoais. Isso quer dizer que as vidas das mulheres titulares do Programa não poderiam ser negligenciadas ou colocadas em segundo plano, atrás da vida de sua prole.

Sem embargo, no que tange à independência conjugal, a maioria já possui uma sensação de autonomia em relação aos sentimentos afetivos. Muitas relataram que preferem que a renda do lar seja menor, a permanecer em um relacionamento ruim, sujeitas a vários tipos de violências e traições.

5 O PBF NA VIDA DAS MULHERES DA ROCINHA: CONDICIONALIDADES, INSERÇÃO SOCIAL, AUTONOMIA

Este capítulo tem que como objetivo observar o papel do PBF na vida da mulher beneficiária na maior favela da América Latina, como ela maneja os recursos recebidos, e como enfrenta a obrigação do cumprimento das condicionalidades e as dificuldades paradoxais, que são o dever de exercer o trabalho reprodutivo e a necessidade de exercer o trabalho produtivo, para a sobrevivência de toda a família.

Da mesma forma, demonstraremos a significação do PBF na vida dessas mulheres, e como elas percebem o ganho do benefício, principalmente sob ótica dos direitos sociais. Ademais, discorreremos sobre a inserção social que ser beneficiária do PBF proporciona às mulheres, e como isso pode afetar positivamente sua emancipação social. Por fim, apresentaremos, sob uma ótica feminista, a percepção das mulheres sobre sua autonomia, majoritariamente em dois espectros: a autonomia financeira e a autonomia sobre os direitos reprodutivos, os quais incluem o planejamento familiar.

5.1 As condicionalidades e a conciliação entre trabalho reprodutivo e produtivo

As condicionalidades impostas pelo programa, que se relacionam à atenção à saúde e à educação das crianças e dos adolescentes, sobrecarregam as mulheres as quais devem conciliar horários diferentes de escolas e creches, e prestar atenção na frequência escolar de seus filhos. Porém, muitas continuam a crer que é obrigação da mãe o cumprimento das contrapartidas.

Assim, tais condicionalidades demandariam não só uma responsabilidade da família para o seu cumprimento, mas também do Estado, já que este deve oferecer os serviços educacionais e do cuidado de maneira gratuita, universal, eficiente e de qualidade.

De acordo com Bartholo (2007, apud Bilac, 2014),

“Examinando particularmente a licença maternidade e as políticas de transferência de renda (como o PBF), a autora conclui que se é possível admitir certa evolução do apoio do Estado às funções familiares de cuidado, esse apoio não contribui para alterar a divisão sexual do trabalho no interior da família, e seu desenho apresenta grande ambiguidade em termos de gênero. Nesse sentido, o PBF seria exemplar: um de seus objetivos é contribuir para o engajamento produtivo das mulheres, porém, ao torná-las as receptoras preferenciais do benefício, contribui para aumentar a responsabilidade delas sobre a prestação de cuidados”. (Bilac, 2014, p. 143).

Dandara, de 41 anos, sente-se sobrecarregada no seu dia a dia. Com seis filhos, em idades bem diferentes, ela tem que se desdobrar para executar as tarefas de reprodução, diariamente, conciliar com as faxinas que faz em consultórios médicos e cumprir as condicionalidades impostas pelo PBF.

“Fico um pouco sobrecarregada porque é muita coisa, às vezes tem reunião na escola dela, tem vacina marcada pra um, tem palestra na escola da outra, a gente vai driblando graças a Deus né... Meu marido não participa muito não. Agora ele participa mais um pouco., meu marido foi antes também usuário de drogas, mas eu consegui tirar ele, graças a Deus. Eu falei, não, você tem uma família, ou você fica com a gente, com a família sua, ou você fica com esses amigos, mas desse jeito não, eu não tenho paciência não” (Dandara, 41 anos).

As condicionalidades podem sobrecarregar as titulares do benefício e demarcar a divisão sexual do trabalho, pois além de reforçarem a premissa de que as tarefas de reprodução são atribuições natas femininas, determinam que os homens cônjuges são incapazes de realizá-las, e assim, não precisariam cumpri-las juntos às suas companheiras.

Quando da não existência do cônjuge, as condicionalidades reforçam a paradoxal tarefa de conciliação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, pois a mulher tem que, ao mesmo tempo, conseguir trabalhar fora, para o sustento financeiro da família, e cumprir com as tarefas do lar, em horários difíceis de se ajustar.

Muitas vezes, cumprir as condicionalidades ultrapassam o controle das mulheres e os benefícios podem ser cortados de forma injusta, como elas alegam. Quando isso acontece, as mulheres se culpam e até se questionam se são “boas mães”, já que não conseguirão satisfazer muitas necessidades de seus filhos, para as quais elas destinavam os recursos do BF.

Nísia tem sua rotina preenchida de acordo com os horários das aulas e das atividades extraclasses de suas filhas. Elas fazem Natação e Judô no Complexo Esportivo e é ela que sempre as levam e as buscam. Ela diz que, sempre que sai, vai com os filhos quando pode. Quando ela trabalha em algum evento, é sua mãe ou seu filho mais velho que cuidam das filhas. O seu marido não foi mencionado em nenhum tipo de atividade de cuidado. Da mesma forma, ela não vê as condicionalidades como um fardo, e que o cumprimento das obrigações já faria parte da sua rotina mesmo.

“Tudo é eu, tudo, tudo, tudo, tudo. Se passam mal, vou atrás de remédio, reunião de escola, sou eu, atividades, acordo sete horas da manhã e levo elas pra nadar... meu marido não faz nada. Elas fazem natação de manhã e à noite fazem jiu-jitsu”(Nísia, 38 anos).

Carolina estava no CRAS Rinaldo de Lamare, pois seu benefício havia sido bloqueado, mais uma vez. Alegaram frequência menor de 75% das aulas de seu filho. Porém, ela conta que, muitas das vezes em que ele faltou, foi devido a situações adversas que acontecem frequentemente na Rocinha, como operações policiais e disputas entre milícias e redes de tráfico de drogas, que resultam em tiroteios.

“Ali onde moro tem muito (tiroteio), aí vai juntando, vai juntando, muita gente vai ser cortada ali por causa disso. Quando a criança tá doente, a gente leva pro médico e o médico dá o atestado e a gente leva pra escola, aí tá tudo bem, mas e com tiro, como é que faz?” (Carolina, 35 anos).

Carolina já teve seu benefício bloqueado por três vezes. A primeira foi por falta de frequência na escola, quando da época em que houve muitos tiroteios na Rocinha, devido à disputa entre facções criminosas. A segunda vez foi devido a um problema com a carteira de vacinação de seu filho mais novo, já que um profissional do posto de saúde se esqueceu de anotar o comprovante de vacinação. E a terceira, à época do relato, foi também devido à insuficiência da frequência escolar. Ela desabafa que se sente, às vezes, muito sobrecarregada quanto ao cumprimento das condicionalidades.

Joana Angélica também estava no CRAS Rinaldo de Lamare devido a um recente bloqueio em seu benefício. Um dos motivos é porque o seu neto de 15 anos parou de estudar para fazer um curso de cabelereiro, que era o seu sonho.

Ela, no entanto, alega que isso é muito prejudicial à sua família, pois cuida de outros dois netos – uma neta e um neto – e, apesar de frequentarem a escola integralmente, não estão recebendo mais o benefício.

“Meu benefício tá bloqueado e eu preciso, porque eu tô com uma bicheira na perna e não tô trabalhando muito, já tem um tempo. Também tenho que cuidar deles né (de seus netos), tenho que pagar o aluguel, meu atual marido sumiu... Ele saiu pra trabalhar e não voltou, tem cinco dias.” (Joana Angélica, 51 anos).

Não é a primeira vez que Joana Angélica tem seu benefício bloqueado: ela já ficou mais de dez meses sem recebê-lo, devido a alegações diversas, tais como renda maior que o permitido. Ela argumenta que há anos não tem um trabalho formal, já que teve sempre que cuidar de sua filha que tem esquizofrenia.

Dessa forma, a sua renda principal, há muito tempo, é o BF. Ela faz alguns bicos, como vender cabelos para perucas e perfumes, mas é algo esporádico. Antes, ela havia trabalhado como garçonete até a sua filha ser diagnosticada com a doença. Por isso, Joana Angélica estava muito inconformada com o bloqueio, e fez uma análise interessante sobre as condicionalidades, pois

ela acredita que sua neta e seu neto mais novo estudam de forma correta, sem faltas, mas estão sem receber o benefício. Assim, porque um de seus netos não teve a frequência suficiente, todos ficaram prejudicados, mesmo os que possuem suficiência na escola. “Tudo bem que um tem falta, mas e ela [a neta] que não tem falta, porque ela não recebe benefício nenhum?” (Joana Angélica, 51 anos).

Algumas mulheres, no entanto, são condescendentes com o cumprimento das condicionalidades exclusivamente por elas, em uma espécie de obrigação aliada à resignação. Lavinias et al (2014), em sua pesquisa, mostra que a maioria das pessoas que recebem o PBF estão de acordo com a existência das condicionalidades. Isso pode ser uma forma de as pessoas mais pobres quererem demonstrar que são, realmente, “merecedoras” do benefício.

Quanto mais pobre a região, maior o apoio às condicionalidades sobre os pobres, o que não deixa de ser surpreendente! Isso talvez se explique pelo fato de os pobres se mostrarem abertos a mecanismos que comprovem sua boa-fé e tragam transparência ao processo. (LAVINAS et al, 2014, p.1909).

Como exemplo, Margarida Maria conta o quanto é difícil para que as condicionalidades sejam integralmente cumpridas, mas que isso é uma obrigação.

“Colocar o filho na escola é uma obrigação mesmo, é o mínimo que a gente pode fazer. Vacina, uma coisa tão importante, tem que ficar de olho mesmo. Eles ficam em cima mesmo. Na ausência do pai, acaba caindo para a gente mesmo. Mas fazer o quê, vamos abandonar? Não dá.” (Margarida Maria, 49 anos).

Assim, as condicionalidades geram uma tarefa paradoxal às mulheres, que é a conciliação entre o trabalho produtivo e reprodutivo, o que também reafirma a sua dupla jornada. Elas precisam – e querem – trabalhar fora, mas também necessitam do PBF como renda complementar fixa. Para que recebam o benefício, elas devem estar “elegíveis” e as condicionalidades exercem um papel crucial para que os repasses sejam garantidos. Porém, como vimos, são as mulheres, formalmente e de maneira naturalizada, as responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades, o que, para que seja plenamente factível, elas deveriam permanecer, em tempo integral, dentro de suas casas.

Por fim, em um bairro favelizado⁷⁶, com enfrentamentos contínuos entre policiais, traficantes de drogas e milicianos, muitas crianças faltam à aula devido a tiroteios ou a ameaças de conflitos. Assim, as mulheres têm, constantemente, seus benefícios cancelados por

⁷⁶ Como mostrado na seção 3.3, a Rocinha se emancipou como bairro em 1993, mas não deixou ser uma favela.

insuficiência na frequência escolar de seus filhos, e devem ir ao CRAS para resolver a situação, o que pode ser burocrático e nem sempre solucionado de forma ágil. Quando o benefício é bloqueado pelo não cumprimento de alguma condicionalidade, elas se sentem tristes e muito culpadas, apesar de nem tudo estar sob seu controle.

5.2 Cidadania e o PBF: “direito” ou “ajuda”?

O Bolsa Família é muito ressaltado pelas mulheres por ser uma renda fixa e certa, ainda que esteja longe de ser suficiente para o sustento da mulher e de sua família, num contexto de favelização, na zona sul de uma das cidades mais caras do Brasil.

O PBF como uma renda fixa destinada à mulher, pode contribuir para uma noção de certa independência e autonomia dentro de uma relação conjugal, na qual a principal renda é a do cônjuge, mesmo que os proventos do benefício não sejam de uso próprio da mulher. É ela, como titular, que administra os recursos e escolhe o que e quando comprar os bens de consumo, o que corresponde a um ganho de autonomia decisória.

Margarida Maria, de 49 anos, disse que a vida era muito mais difícil antes de receber o benefício. Ela sempre ganhou um salário mínimo, e ainda tinha a dificuldade de conciliar os horários do trabalho. Ela também sempre foi a chefe de sua família, e nenhum pai de seus filhos esteve presente na criação destes.

Depois que perdeu o emprego, ela continuou a fazer uns bicos como garçoneiro, mas não era uma renda certa. A única renda certa era mesmo o recurso do PBF. Ela também resalta a dificuldade entre ter que trabalhar fora e cuidar de seus filhos e de sua casa. Nessa situação, o PBF alivia financeiramente a mulher, a qual, devido à maneira pela qual o trabalho é sexualmente hierarquizado e dividido com base nas desigualdades de gênero, precisa dedicar um tempo maior ao trabalho reprodutivo não remunerado. “É muito difícil ficar ausente de casa. Você tinha que estar ali, mas não está”. (Margarida Maria, 49 anos).

Apesar de se referir ao benefício como uma “ajuda”, ela afirmou, ao fim da conversa, que o Bolsa Família é um dever do estado.

“Espero que esse bolsa não acabe tão cedo, porque ele ajuda muita gente, mas quase ninguém sabe”. É um dever do estado, não é um presente. As coisas estão desse jeito, o Estado tem que fazer alguma coisa para melhorar”. (Margarida Maria, 49 anos).

Dandara, de 41 anos, tornou-se beneficiária do PBF em 2003 ou 2004, logo quando o programa foi implementado. Ela sempre viu o Bolsa Família como uma “ajuda”, pois ele nunca seria suficiente para o sustento de sua família por completo. Ela crê que o melhor cenário seria se todos tivessem emprego, mas como isso não é uma realidade, o Estado deve intervir. A possibilidade de fazer cursos e participar de outras políticas públicas é um fator positivo que Dandara vê em ser uma beneficiária do PBF, e tais políticas interseccionais são essenciais para a qualificação profissional e a melhoria de vida, conjuntural e estrutural, dessas mulheres.

“Não vejo bem como um direito, mas assim, eu acho que a gente, do morro, de baixa renda mesmo, tivesse mais oportunidade pra poder arrumar um emprego melhor, arrumar, Sei lá... A maioria desses cursos [de qualificação] era caro, mas agora até que está tendo bastante no morro. Agora dá pro pobre crescer. Tem muito curso grátis, tem muita coisa legal, inclusive que eu fiz. Agora faz uma diferença. Eu não acho uma obrigação do Estado, eu acho que tinha que ter emprego pra todo mundo. Você vai caçar emprego, você tem até a 5ª série então, você não vai arrumar nada. Não dá pra sobreviver só com o dinheiro do bolsa, é uma ajuda. Com esse monte de conta não daria, mas é uma grande ajuda, sempre foi. Minha vida ficou melhor, até porque, quando você recebe o bolsa, você faz parte de um grupo, ao qual tudo tem sempre alguém preparado pra te ajudar, pra te explicar, então, é muito bom, é muito legal. A faxina às vezes fica fraco, às vezes fica forte. Até para as minhas filhas, que fazem as atividades, os cursos, no complexo aqui. Lá, para arrumar vaga, era muita gente, mas como eu já tinha esse negócio do bolsa família, eu arrumei rápido. O nome da gente vai pra muito lugar quando recebe o bolsa família”. (Dandara, 41 anos).

Dessa maneira, percebemos que ser beneficiária do PBF acarreta uma inserção social⁷⁷, o que aponta que o PBF tem um efeito, na vida das mulheres, para além do valor pecuniário do benefício.

Nísia, de 38 anos, disse que sua vida está bem melhor depois que passou a receber o BF. Ela nunca exerceu um emprego remunerado formal, e só recentemente que passou a fazer alguns “bicos”. Ela demarca que os encargos financeiros ficam por conta de seu marido, reafirmando uma obrigação de seu papel de “provedor”. O PBF seria, também, uma forma de compensação que o Estado assume para as pessoas mais pobres.

“Minha vida está melhor, muito melhor. É uma ajuda né. Eu não acho que o governo é obrigado, é uma ajuda que ele dá pras pessoas mais pobres. As contas da casa é ele [o marido] que tem que pagar. Não tem muita coisa não. Ele tem um emprego fixo, começou agora. Mas ele não tem formação, tem até a sexta série. Ele trabalha em confeitaria. Não fez nenhum curso, foi aprendendo trabalhando mesmo. O bolsa é um dinheiro que tem ali todo mês, que a gente pode contar. As crianças sabem também que tem o bolsa, até me perguntam se não está na hora de chegar...”. (Nísia, 38 anos)

⁷⁷ Trabalharemos essa questão na seção 5.3.

Maria Quitéria, de 36 anos, trabalhou por muitos anos em um emprego formal, como atendente de caixa de um grande cinema, no Rio de Janeiro. Além disso, ela tinha a renda do aluguel de uma casa que construiu na Rocinha e, com o valor, pagava o aluguel da sua atual casa, que é mais bem localizada. Entretanto, ela está sem qualquer renda fixa, pois foi demitida de seu emprego e a sua casa está desalugada. O PBF era, então a sua única renda fixa, mas, atualmente, ele encontra-se bloqueado.

“É uma grande ajuda, viu. Eles pedem pra comprovar tudo. Se eu não tô trabalhando, eu vou mentir que tô trabalhando? E tem vez que não dá pra comprovar, esses ganhos por fora... às vezes é injusto, porque também tem muita gente que recebe e não podia, não precisava. Às vezes não tinha nada pro Chico comer, um biscoito, um Danone, mas a gente sabia que o dinheiro ia cair. Aí ia lá, comprava o arroz, o feijão. O bolsa família era um adianto em muita coisa. E eu contando com esse dinheiro mês passado...” (Maria Quitéria, 36 anos).

Assim, se não fosse o dinheiro que recebe por cuidar de duas crianças e a ajuda de sua irmã, ela não teria condições de alimentar a si e a seu filho. A pensão que recebe do pai de seu filho é usada, exclusivamente, para pagar o dinheiro do transporte escolar da criança. Devido à sua atual condição, Maria crê que seja muito injusto estar com o benefício bloqueado e, assim, desabafa que o Estado não está cumprindo com a sua obrigação: ajudar quem se encontra necessitada⁷⁸.

Leolinda, de 30 anos, recebe o PBF e também o BPC, este, para a sua filha que nasceu com uma deficiência no braço. Ela contou que ficou muitos anos sem receber esse benefício do INSS. Conversando com as fisioterapeutas da sua filha, ela teve a confirmação de que teria direito a receber o BPC. Ela conta que correu atrás e, depois de muita burocracia, finalmente conseguiu, inclusive, recebeu o valor retroativo.

Ela conta que, quando foi rejeitada pelo INSS, ela foi atrás do PBF, e o recebe há quatro anos, hoje, um valor de R\$180. Ela acha que não poderia receber os dois benefícios ao mesmo tempo⁷⁹, mas vê como um direito para as suas outras duas crianças, que não são deficientes e, portanto, o BPC não as abarca.

“Enfim, estou recebendo, espero receber o resto da vida, porque eles estão roubando muita gente, a gente tem que receber. No caso, eu tenho mais dois filhos que não tem deficiência, e aí?” (Leolinda, 30 anos).

⁷⁸ De acordo com o art. 21 do Decreto 5209/2004, o recebimento do benefício não gera direito adquirido à família, e os pagamentos devem ser revistos a cada 2 anos. Assim, pensamos que o desejo da mulher em permanecer no programa mostra que a sua situação não vem melhorando e, por isso, crê que os cortes e os bloqueios, feitos pelo Governo, sejam arbitrários e injustos.

⁷⁹ Não há óbice para receber o BPC e o PBF em uma mesma família, e o PBF não entra no cálculo da renda mínima necessária para receber o BPC, que é até ¼ do salário mínimo per capita.

Ela enxerga os benefícios como direito e diz que o PBF a ajudou bastante, pois, enquanto ela não recebia o BPC, foi sua única renda fixa.

Leila, de 21 anos, passou a receber o PBF quando seu filho tinha um mês. Ela obteve dicas da sogra e tem o exemplo de sua mãe, que recebe o benefício no Piauí. À época de sua inscrição, tanto ela como seu ex-esposo estavam desempregados.

“Eu não tenho muita esperança não, aqui no Rio de Janeiro as coisas pioraram muito. O bolsa família ajuda muito, na verdade, ele vem ajudando, porque minha mãe recebia desde que eu era criança. Por isso que eu queria que o Lula voltasse, porque a gente só conseguiu alguma coisa no tempo que o Lula era presidente. O pobre só conseguiu alguma coisa quando o Lula foi presidente”. (Leila, 21 anos).

Podemos dizer que Leila é uma “filha do Bolsa Família”, já que ela era criança quando sua mãe passou a recebê-lo. Ela vê o PBF como ajuda, mas uma ajuda a que o pobre faz jus.

Marta, de 24 anos, foi demitida do seu anterior emprego ao chegar de suas férias.

“Trabalhava antes de engravidar dele. [No último emprego], eu era garçonete, fiquei um ano nesse restaurante. Aí entrei de férias, aí fui passear na Paraíba, aí voltei, mudou de dono, fui mandada embora. Eu já estava grávida dele. Só que lá não era carteira assinada”. (Marta, 24 anos).

Ela conta que se inscreveu para receber o Bolsa Família depois que o seu filho nasceu, e já o recebe por três meses. Ele vê o PBF como uma grande ajuda, em um momento em que precisa cuidar, sozinha, de seu filho, e arcar com todos os encargos e as responsabilidades. Além disso, ela disse sua mãe também a ajuda, principalmente com a parte da alimentação.

“Eu fiz o bolsa depois que engravidei, esperei ele nascer, aí vim, vim fazer e fui aprovada, graças a Deus. Tem três meses que estou recebendo, é uma ajuda boa. Recebo R\$179 e é a minha única renda”. (Marta, 24 anos).

Carolina, de 35 anos, sente muita falta da época em que trabalhava, com sua carteira assinada, em uma lanchonete no bairro de Copacabana. Desde que pediu demissão para cuidar de seu filho, que estava muito doente, ela está desempregada.

Atualmente, a sua renda, além do BF, é proveniente de alguns bicos que ela faz e da ajuda de suas irmãs. Apesar de ver o PBF como uma ajuda, ela contou que sente muita falta de ter sua renda fixa e a segurança de estar formalmente empregada. Ela só recebe o PBF porque crê que precisa mesmo, no seu momento atual de vida.

Ela sente um maior alívio que os seus filhos já estão maiores e “encaminhados” e, assim, é mais fácil tocar a vida. Porém, afirma que, se seus filhos fossem menores, na atual condição, seria

mais difícil, até pelas exigências da alimentação e de outros cuidados que requerem um aporte financeiro maior.

Ela diz a pensão que seu ex-marido dá “não é muita coisa” e não é de forma regular. Ela se separou há dois ou três anos e procurou o PBF após a separação, que coincidiu também com a sua demissão do trabalho. Seu maior desejo era estar empregada e não precisar receber o PBF.

Joana Angélica, de 51 anos, recebe o PBF por muitos anos. Ela cuida de seus netos, filhos de sua filha que tem esquizofrenia e, portanto, maneja o benefício dela também. Joana pensa que o PBF é um direito da criança, por ela estar estudando e ter os dispêndios financeiros, como alimentação, transporte, vestuário, material escolar. No fim, todas as mulheres utilizam o dinheiro benefício para esses propósitos.

A partir do relato das mulheres, vemos que, apesar de elas se referirem ao PBF com a palavra “ajuda”, suas opiniões refletem que o enxergam como um direito. Essas mulheres quase sempre trabalharam e só se tornaram beneficiárias porque encontram-se desempregadas, ou porque, diante da precarização de seus trabalhos, suas rendas permaneciam insuficientes. Por isso, receber o PBF é uma forma de o Estado compensar a baixa oferta de empregos, que não consegue absorver a sua mão de obra, e também de mitigar as desigualdades salariais entre as classes, entre os gêneros e entre as raças.

5.3 A inserção social das mulheres beneficiárias do PBF na Rocinha

Para que o PBF pudesse gerar uma externalidade positiva às suas titulares, seria necessário alocar políticas públicas específicas no combate à desigualdade de gênero, tais como ações para qualificações e capacitações no mercado de trabalho, incentivos à retomada dos estudos, políticas de apoio psicológico, no que tange às violências de gênero, e uma maior presença do Estado na construção de mais creches e de escolas em tempo integral, que aliviarão as mulheres no cumprimento do trabalho reprodutivo.

Algumas mulheres afirmaram que ser beneficiária possibilita que tenham uma vida social mais ativa, com uma maior inserção em sua comunidade, e obtenham prioridade na inscrição em cursos de capacitação.

Minha vida ficou melhor, até porque, quando você recebe o bolsa, você faz parte de um grupo, ao qual tudo tem sempre alguém preparado pra te ajudar, pra te explicar, então, é muito bom, é muito legal. O bolsa é um caminho. Até umas coisas pra resolver, quando se é do bolsa é mais fácil (Dandara, 41 anos).

Assim, o PBF, em conjunto com outras políticas públicas que versem à ampliação do acesso à educação e à qualificação profissional também das beneficiárias, pode ser um meio eficaz de mitigação de sua pobreza.

O CRAS Rinaldo de Lamare se mostra efetivo na conjugação de outras políticas públicas com o PBF. No prédio, além da Assistência Social, as beneficiárias contam com atendimento do Programa Saúde da Família, pelo SUS, com creche e escola de tempo integral para a primeira infância, além de poderem realizar cursos de capacitação oferecidos tanto pelo governo como por entidades parceiras, como o SENAC.

Outro destaque são as reuniões mensais com as beneficiárias do PBF, de participação espontânea, que tem o intuito de esclarecer dúvidas, repassar novas orientações e apresentar as atividades extracurriculares para crianças e adolescentes, além dos cursos de capacitação para as titulares do benefício. Na análise do panorama dos avanços trazidos pelo PBF e de suas articulações necessárias, esses encontros são muito importantes no âmbito das PTRs.

[...] Não parece descabida a sugestão de que sejam criados espaços para que as titulares se encontrem, compartilhem experiências e organizem as respectivas demandas ao Estado. Há que se lembrar de que todos os municípios brasileiros contam com conselhos responsáveis pelo controle social do PBF (conselhos municipais de assistência social), que têm a diretriz de promover a participação dos usuários dessa política (BARTHOLO, 2016, p.4)

Ao lado do CRAS, há um complexo esportivo, chamado Complexo Esportivo da Rocinha, no qual há atividades como Natação, Futebol, Jiu-Jitsu, Judô, Dança. Muitos filhos e muitas filhas das mulheres entrevistadas realizam, gratuitamente, essas atividades nesse centro.

Logo após o Complexo Esportivo, há o CIEP Ayrton Senna da Silva, para alunos de Ensino Médio e que também oferece educação de Jovens Adultos. Algumas mulheres relataram a opção de continuarem seus estudos nesse CIEP, já que as aulas para Jovens Adultos são à noite, e há a possibilidade de realizar algumas disciplinas a distância.

Margarida Maria passou a maior parte do tempo atuando como garçone e vendedora. Ela possui uma qualificação, com certificado, por um programa de governo, ao qual ela teve acesso quando se tornou beneficiária do PBF. “O curso de qualificação que fiz foi pelo programa [bolsa família], foi tudo pelo programa.” (Margarida Maria, 49 anos).

Dandara, por exemplo, conta que ser beneficiária do PBF a colocou em contato com diversos programas de qualificação, alguns oferecidos pelo próprio CRAS Rinaldo de Lamare, outros

por instituições parceiras, os quais ela pôde realizar e, inclusive, ter preferência na hora da inscrição. Ela nos contou que já fez diversos cursos de capacitação pelo CRAS e agora espera uma vaga no Curso de Corte e Costura, que é o seu maior sonho.

“Eu fiz aqui foi só o de artesanato mesmo, o de bijuteria. Depois eu ia fazer outro, mas não deu. Eu ia fazer de corte e costura. Tem uma colega minha que fez num lugar aí. Tem também de biscuit, até comida tem aqui também. Mas se eu conseguisse o de corte e costura, e tivesse uma máquina, estava feita na minha vida! Aí, quando der, esse eu vou fazer”. (Dandara, 41 anos).

Suas filhas também utilizam bastante as atividades oferecidas pelos Complexo Esportivo.

“A minha filha mais velha é meio cabeça dura, ainda está na sexta série. Quando eles resolvem ficar rebeldes, a gente tem que dar uma dura, né? A minha de 13 é muito estudiosa, está cerinha na escola. Não se envolve com coisa errada, faz cursos, adora dança essa daí. Mas ela está ficando muito cansada, aí deu um tempo na dança. Aí eu falei pra ela fazer uma atividade no centro de convivência aqui na escola do CRAS, ela estudou aqui, os professores adoram ela”. (Dandara, 41 anos).

Além das políticas públicas governamentais, existem diversas entidades particulares que atuam em atividades educacionais e esportivas na Rocinha. Carolina elogiou bastante um projeto que tem no bairro, semelhante a uma creche, com muitas atividades extraclases e esportivas, e na qual ela deixa seus dois filhos mais novos durante a tarde, após a aula. Ela ressalta que é muito bom, tanto para os filhos, que podem desenvolver talentos, praticar esportes e lutas, quanto para ela, que terá mais tranquilidade para assumir um emprego formal. Essa escola é de iniciativa privada e sua organização é semelhante a uma ONG.

Ela conta que seus filhos sempre fizeram atividades esportivas, e ressalta a importância desses programas e dessas oportunidades na Rocinha. Seu filho mais velho faz curso de cabelereiro em um instituto que se localiza atrás do CRAS, e já auferia alguma renda.

Dandara nos chamou a atenção para um fato interessante. Lado a lado às condicionalidades, o “leva e traz” das atividades extracurriculares das crianças também fica por conta das mulheres, que tem que se desdobrar para cumprir mais essa tarefa – muito benéfica às crianças -, principalmente quando estas estão em idades escolares distintas. Ela sente que às vezes fica um pouco pesado conciliar agendas e horários diferentes de seus filhos e suas filhas, devido às idades escolares diferentes e os tipos de atividades complementares que cada um faz. As idades de seus filhos e de suas filhas variam de 1 mês a 17 anos de idade.

“Fico um pouco sobrecarregada porque é muita coisa, às vezes tem reunião na escola dela, tem vacina marcada pra um, tem palestra na escola da outra, a gente vai driblando graças a Deus né... Meu marido não participa muito não. Agora ele participa mais um pouco, meu marido foi antes também usuário de drogas, mas eu consegui tirar ele, graças a Deus.

Assim, concluímos que, por mais que haja programas de capacitação para as mulheres, a prioridade, em suas rotinas, permanece no desenvolvimento dos filhos e das filhas. Mesmo para aquela que não trabalha fora, o dia é preenchido com as tarefas de reprodução e com o leva-busca nas atividades extracurriculares. Muitas atividades destinadas às mulheres acontecem à noite, em um momento em que estão cansadas e sem estímulo para realizarem os cursos de capacitação, ou mesmo a continuação dos estudos.

Entretanto, a dinâmica e a articulação entre os programas sociais com as políticas assistenciais, na Rocinha, deve ser levada em conta como exemplo para outras localidades, sendo a manutenção deste tipo de combinação – política assistencial com programas de capacitação para a mulher -, essencial para a mitigação das desigualdades de gênero.

Dessa forma, percebemos que, apesar de o valor do PBF ser pequeno e atuar como um complemento à renda dessas mulheres, é por meio dele que elas se inserem melhor em toda uma rede assistencial. Essa inserção social mais ampla, em um contexto de ausência estatal, como a favela da Rocinha, é muito importante para a percepção de que essas mulheres estão, de certa forma, melhores do que antes. Da mesma maneira, isso contribui para que elas acreditem que o futuro de seus filhos e de suas filhas seja mais “promissor”.

5.3.1 Autonomia financeira, emocional e reprodutiva

Nesta seção, discorreremos sobre a percepção de autonomia que as beneficiárias da Rocinha possam ter sentido em diversos momentos de suas vidas, e se receber o PBF contribuiu para reforçar tal percepção.

Em nossa sociedade, a noção de autonomia vem muito atrelada à autonomia financeira, que é adquirida a partir dos proventos advindos do trabalho remunerado. Como demonstrado ao longo desta dissertação, a divisão sexual do trabalho e a naturalização das tarefas domésticas como femininas são fatores que impedem as mulheres, principalmente as mais pobres, de alçarem maiores rendimentos e tornarem-se, assim, “financeiramente autônomas”.

Quanto à autonomia advinda do recebimento do PBF, a literatura (CARLOTO e MARIANO, 2010; SANTOS, 2014; REGO e PINZANI, 2014,) demonstrou que ser a titular do PBF pode gerar uma noção de maior autonomia e independência à mulher, já que ela terá uma renda fixa,

administrará o dinheiro, exercerá o poder de escolha quanto à alocação de tais recursos e terá uma vida social mais ativa ao adentrar e ao ocupar os espaços públicos⁸⁰.

Como demonstramos na seção 5.3, ser beneficiária do PBF permite que as mulheres da Rocinha participem de outros programas sociais, nos quais incluem os de capacitação profissional e educacional, e tomem conhecimento das demais políticas assistenciais.

Entretanto, as mulheres com quem conversamos vivem em uma das cidades mais caras do país, na qual somente o valor do benefício não seria suficiente para gerar essa sensação de independência financeira. Todas as 11 mulheres relataram que não conseguiriam viver apenas com o “dinheiro do bolsa” e, por isso, este configura-se como uma renda complementar, destinada exclusivamente para as necessidades de seus filhos. Se não fosse o dinheiro recebido dos “bicos”, da ajuda de parentes e das possíveis pensões alimentícias, elas não conseguiriam pagar todas as contas e cumprir com todas as obrigações financeiras existentes.

Assim, percebemos que estar inseridas no mercado de trabalho produtivo é um grande desejo dessas mulheres, não apenas porque dependem dele para viverem, mas porque se sentem mais valorizadas e autonomizadas quando trabalham fora.

Com base na pesquisa de Moreira et al (2012), a partir de estudos de Sen (2001) e Fialho (2007), a qualificação educacional e profissional, junto à entrada no mercado de trabalho, seriam os maiores fatores que levariam ao ganho de autonomia pela mulher pobre. Como beneficiárias do PBF, elas ganhariam um “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989) dentro de suas casas, já que pode ser vista como a maior capacitada na tomada de decisões.

Segundo Sen (2001), oferecer às mulheres educação e emprego (de maneira a fortalecer sua autonomia) seria o primeiro passo para aumentar seu poder de voz dentro e fora da família e permitir sua inclusão em um debate que as excluía. Contudo, conforme Fialho (2007), o PBF também pode trazer efeitos favoráveis nas relações de poder das mulheres, pois estudos confirmam que o benefício colocou a mulher em situação de vantagem em relação aos outros membros familiares, com um poder simbólico, pois a família passa a respeitá-la mais (MOREIRA et al, 2012, p. 406).

A questão da autonomia perpassa também o amor próprio e o sentimento de autossuficiência emocional. Assim, muitas mulheres com quem conversamos mostraram que não estão dispostas

⁸⁰ Segundo Bartholo et al (2017, p.28-29), “há o jeito mais certo de gastar, aquele voltado diretamente aos filhos, e o jeito errado de gastar, com produtos que negam a ideia de maternidade responsável, como álcool e drogas. Entre o jeito certo e o errado há gradações: i) os gastos com bens que indiretamente beneficiam os filhos (como bens duráveis para a casa) também são considerados corretos; e ii) os gastos direcionados somente à titular são considerados aceitáveis, desde que as necessidades dos filhos sejam atendidas. Rego e Pinzani (2014) referem-se inclusive à manifestação de vergonha das entrevistadas em admitir o uso do benefício em itens de cuidado pessoal.”

a permanecerem em casamentos ou relacionamentos abusivos, nos quais não há respeito por parte de seus companheiros, o que muitas vezes se materializa em traições e diversas violências, como a psicológica, a econômica e física.

“Eu falei, não, você tem uma família, ou você fica com a gente, com a família sua, ou você fica com esses amigos, mas desse jeito não, eu não tenho paciência não” (Dandara, 41 anos).

“Eu me sinto mais independente sem marido, eu sou até mais feliz, sem dúvidas. Foi difícil criar meus filhos sozinha, ainda é difícil. Mas entre uma coisa e outra, prefiro estar assim mesmo” (Margarida Maria, 49 anos).

Da mesma forma, muitas mulheres com quem conversamos se sentem chefes de família, ou pelo menos acreditam dividir essa chefia, de forma mais equilibrada, como os seus cônjuges. Essa mudança nas relações de autoridade na família, como “ter a palavra final” é uma forma de aquisição de autonomia.

“Eu não me considerava antes chefe, mas agora, as coisas têm que ser do meu jeito. Não é só pelo bolsa família, a mulher também tem que mandar, não é só o homem. Se ele quiser ir embora, pode ir, ninguém vai morrer de fome. Ele já foi embora, já ficou quase dois anos fora de casa, e ninguém morreu!” (Nísia, 38 anos).

“Nós dois somos chefes. Antes era só eu, antes eu tomava mais a frente de tudo. Agora ele já está mais criado. Nas tarefas domésticas é tudo eu. Assim, ele me ajuda, mas a demanda que ela tá no trabalho... Ele trabalha muito” (Leolinda, 30 anos).

“Quando eu trabalhava, eu também me sentia chefe, porque tinha o meu dinheiro” (Carolina, 35 anos).

Quanto à autonomia sobre o próprio corpo e o exercício dos direitos reprodutivos, Mendes (2014 apud BARTHOLLO, 2017, p. 4) em seu estudo sobre as beneficiárias do PBF do Coque, em Recife, apontou que as mulheres, ao se tornarem titulares do Programa, sentiram-se mais próximas dos serviços de saúde pública, e puderam realizar cirurgias de laqueadura e ter mais acesso a métodos contraceptivos. Nesta dissertação, levamos em conta o direito sobre o corpo como um direito fundamental a todo o ser humano, e os direitos reprodutivos, bem como o planejamento familiar, fazem parte desse espectro.

As mulheres da Rocinha também nos relataram ter desejo de realizarem a laqueadura, mas nos apontaram as dificuldades ainda enfrentadas no sistema de saúde pública, mesmo sendo beneficiárias do PBF. Dandara, que tem seis filhos, gostaria de ter realizado a cirurgia após o nascimento de sua quarta filha, mas não conseguiu, devido à quantidade de pessoas na fila de espera. Ela teve mais dois filhos então e as suas duas últimas gravidezes aconteceram por uma falha na pílula contraceptiva.

“Eu pretendo parar de ter filho (risos). Mas é muita gente na fila, então, até ser chamada... Tentei quando tive a de 5 anos, depois, de novo, quando tive o de 3 anos. Cheguei até a fazer os exames, aí eu fiz, mas não fui chamada. Aí ele veio (risos). É porque, depois de três anos, o remédio não protege mais. Engravidei do de três anos tomando remédio, desse também. Eu até conversei com o pessoal lá do posto, eles ajudam muito, e me deram uma solução melhor. Eu tô tomando a injeção de três em três meses, e aí já tomei a primeira dose. É uma solução, e já me inscrevi lá no negócio de ligar”. (Dandara, 41 anos).

A maioria das mulheres engravidaram mesmo quando estavam administrando algum método contraceptivo, o que evidencia a necessidade de maiores campanhas de esclarecimento sobre o correto uso dos anticoncepcionais, das injeções e dos dispositivos intrauterinos. Este foi o caso de Nísia e Marta que, mesmo administrando um método contraceptivo, acabaram engravidando. Atualmente, quase todas as mulheres estão fazendo gestão de algum método contraceptivo, mas acreditamos que não se pode afirmar que haja uma completa autonomia sobre o próprio corpo pois, diante de uma gravidez não planejada, que não aconteceu devido à ausência de métodos anticoncepcionais, elas ainda assim tiveram os bebês.

Seus parceiros tampouco foram citados como atuantes nos esforços da contracepção. Nenhuma mulher relatou que usa ou usou algum método de barreira, do qual se destaca o preservativo masculino, com seus antigos ou atuais parceiros. Maria Quitéria nos contou que, quando decidiu engravidar de seu namorado, ela suspendeu as pílulas anticoncepcionais. Ele foi contra a sua gravidez, mas ela relatou que, mesmo sabendo que ela estava desprotegida, ele não quis usar o preservativo em nenhuma relação.

Dandara também nos contou que sabe que o seu marido também poderia realizar a cirurgia de vasectomia, mas que ele se mostrou muito resistente. Tudo isso nos confirma que, em nossa sociedade, ainda cabe à mulher, quase sempre, a responsabilidade integral da prevenção contra a gravidez.

“Tem aquela coisa que o marido pode fazer, é um cortezinho, é um negocinho de nada, mas ele é apavorado, tem medo de tesoura (risos), meu cunhado fez, foi normal, manteve a relação normal... Eu falei, poxa... aí ele falou, não, aqui ninguém vai meter a tesoura! É medroso”. (Dandara, 41 anos).

A partir de relatos como de Margarida Maria e Joana Angélica, que tiveram quatro e três filhos, respectivamente, com parceiros diferentes, percebemos que pode haver uma ideia de que o relacionamento será somente “consumado” quando a mulher tiver um filho de seu atual parceiro, e isso faz com que tenham um número elevado de gestações. Da mesma forma, o homem confirma a sua autoridade, como chefe familiar, a partir do nascimento de um “filho seu”.

De maneira geral, consideramos que essas mulheres possuem uma autonomia relativa em alguns aspectos da vida, como deixar um relacionamento ruim ou escolher a maneira como serão adquiridos e alocados os bens de consumo em suas casas. Assim, suas relações perpassam momentos em que ora estão fortalecidas, ora enfraquecidas e, apesar de deterem os marcadores de desigualdade (gênero, classe, raça, geração), elas não são “destruídas” por isso.

Entretanto, suas escolhas ainda estão dentro de um espectro limitado: nem sempre elas conseguem fazer tudo que gostariam, como voltar a estudar, qualificar-se profissionalmente, realizar alguns sonhos, mudar-se da Rocinha, ter momentos de lazer, viajar de “férias”, ou exercer a contracepção de forma integral, o que impede que alcancem, de forma cabal, a autonomia.

Tudo isso pode significar uma manutenção da precariedade dessas mulheres, e o PBF, como um programa de combate à pobreza que tem a mulher como as maiores titulares do benefício, não está sendo tão efetivo para elas. Essa pobreza, como discutimos no capítulo 1, não é só material, mas se relaciona a uma precariedade na qualidade de vida, no acesso, nas possibilidades de emancipação individual e de mobilidade social. Assim, apesar de algumas inserções sociais permitidas, como mostramos nesse capítulo, o PBF não se mostra como uma saída única, às mulheres da Rocinha, para toda essa precariedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de dados mais recentes sobre taxas de ocupação e desemprego, de escolaridade e de rendimento entre os gêneros e as raças, no Brasil, observamos que a pobreza afeta homens e mulheres, brancos e negros, de maneiras distintas. As mulheres negras são menos escolarizadas, menos ocupadas e possuem os menores rendimentos salariais. As mulheres brancas são mais escolarizadas, inclusive, mais que os homens brancos, porém, de maneira comparativa a estes, seus salários ainda são menores, ainda que sejam maiores que os dos homens negros. Dessa forma, concluímos que, no Brasil, a raça e o gênero são fatores determinantes para desigualdades econômicas e sociais.

Os avanços nas variáveis demográficas das mulheres, como o aumento do número de anos de estudos e de expectativa de vida, foram muito segmentados e não atingiram todas da mesma forma. Na verdade, a o aumento da escolaridade das brasileiras tornou-se mais um demarcador de classe, pois são aquelas com aferimentos maiores de renda que conseguem concluir o Ensino Médio e ingressar no Ensino Superior⁸¹.

Assim, podemos dizer que existe uma face da pobreza que é negra e feminina, e que abarca principalmente as chefes de família, mas não somente as dos lares monoparentais. A partir dos estudos de Lavinias e Nicoll (2006) e de Santos (2008), e após o nosso estudo etnográfico na Rocinha, percebemos que a presença de um cônjuge nem sempre significa que a situação da mulher será mais benéfica. O seu companheiro pode ser mais um “fardo”, devido à ausência na divisão das tarefas do cuidado e dos filhos, e um empecilho para que ela obtenha maiores rendimentos no mercado de trabalho, já que, para poder conciliar o trabalho produtivo com o reprodutivo, ela optará por trabalhos mais flexíveis e precarizados, além de não encontrar um tempo maior para se qualificar profissionalmente ou terminar os estudos.

Com o respaldo da vasta literatura sobre a divisão sexual do trabalho, vimos que a maior entrada da mulher no mercado de trabalho não a eximiu da responsabilidade quase que integral sobre o trabalho reprodutivo não remunerado, o que fez com que elas assumissem duplas jornadas e se tornassem cada vez mais sobrecarregadas, além de receberem salários menores e tenderem a permanecer em profissões menos prestigiadas.

Aqui, corroboramos com as ideias de Hildete Melo (2007) Paula England (2010) de que a desvalorização de tudo que é feminino contribui para que o trabalho doméstico, tido como

⁸¹ CENSO, 2010 e PNAD, 2017.

“natural” à mulher, seja invisível, não valorizado e não remunerado, e o trabalho produtivo que as mulheres assumem, em sua maioria, tidos como uma espécie de “extensão” dos cuidados familiares, além de serem mal remunerados e vistos como “inferiores” ou “complementares”.

Para mitigar as desigualdades sociais, em uma sociedade tão estratificada como o Brasil, pensamos de que somente por meio de políticas públicas de caráter universal, que abarcasse os serviços essenciais, como educação, saúde e assistência, além da continuação da valorização real do salário mínimo, da implementação de impostos de caráter mais progressivo⁸² e da maior inserção das trabalhadoras e dos trabalhadores no mercado formal de trabalho, é que teríamos uma democratização do acesso a serviços de qualidade, uma distribuição de renda mais igualitária e uma superação da pobreza de forma estrutural.

Entretanto, em meios às ideias neoliberais de minimização da presença do Estado e de diminuição do gasto público, foi feita, pelo Brasil, a opção por políticas assistenciais de caráter focalizado. Destinadas às famílias pobres e com filhos, o repasse de recursos demandaria o cumprimento de certas condicionalidades. A matricialidade dessas políticas e a exigência das contrapartidas para o recebimento dos benefícios tornam-se evidentes, pois responsabilizam-se as famílias como provedoras de seu próprio bem-estar.

A escolha da titularidade feminina não nos soa como uma preocupação pertinente ao gênero, porquanto nos remete à premissa de que as mulheres seriam as melhores gestoras dos recursos, já que são elas que exercem o trabalho reprodutivo, e o seu exercício, por excelência, é exigido para que recebam os recursos. Assim, cremos que exista, nessas políticas, o que é chamado, na literatura, de familismo: uma centralidade na família nuclear, esta vista como responsável pelo seu bem-estar, e uma naturalização da mulher como mãe, esposa e dona-de-casa, pois ela somente é a melhor gestora do benefício devido à divisão sexual do trabalho, que a tornou a única responsável pelas tarefas da reprodução e, ao mesmo tempo, desobrigou os homens de exercê-las.

Porém, as mulheres pobres querem – e precisam – exercer o trabalho produtivo, para o seu sustento e o de suas famílias, estejam em situação de conjugalidade ou não. Dessa forma, despertou-nos a questão: como as beneficiárias do Programa Bolsa Família – uma política assistencial por nós admirada quanto à sua eficácia, mas que também foi elaborada no seio do familismo – que vivem em um contexto urbano, manejam os recursos recebidos e lidam com

⁸² LAVINAS et al, 2014.

as adversidades do dia a dia? Quais foram as suas trajetórias de vida, o que as trouxe até aqui, para se tornarem beneficiárias do PBF?

Assim, conversamos com 11 mulheres que vivem na Rocinha, a maior favela do Brasil, no Rio de Janeiro, uma das cidades mais caras do país. Também marginalizadas e em situação de vulnerabilidade, mas que fazem parte de uma dinâmica urbana, o PBF possui efeitos distintos daqueles para as mulheres em contextos rurais - estudadas por uma vasta literatura⁸³ - que estão longe dos grandes centros urbanos, e não teriam outra renda que não fosse os recursos repassados pelo Programa.

Conhecendo a trajetória das mulheres da Rocinha, soubemos que o PBF, apesar de ser apenas um complemento em suas rendas, é uma garantia para que o que elas consideram o mais importante não falte no mês: o alimento de suas filhas e de seus filhos. Atualmente, nenhuma delas está formalmente empregada, mas todas buscam diversas formas de aquisição de renda, principalmente por meio de “bicos”. O trabalho informal e o desemprego são uma realidade para grande parte da população brasileira, e atingem prioritariamente as mulheres. Em novembro de 2018, elas eram 51,1%⁸⁴ dos desocupados.

Entre elas, há mulheres mais qualificadas que, ainda sim, relatam diversas dificuldades, tanto para encontrar um novo emprego, quanto para conciliá-lo com as tarefas domésticas. Apesar do desejo de muitas em continuar os estudos e se qualificarem profissionalmente, o cansaço e o desânimo em recomeçar, principalmente devido a uma jornada de trabalho intermitente, são os maiores motivos alegados. Os momentos de lazer também são preenchidos com as tarefas domésticas: é um trabalho que realmente nunca acaba.

Entretanto, muitas delas reconhecem que não dividir o trabalho reprodutivo com o companheiro é errado. A maior exigência feita por elas, para retomar seus casamentos, após a traição de seus maridos, foi que eles passassem a cuidar do lar que também é seu. Elas se sentem mais independentes emocional e financeiramente, e o PBF, como renda fixa, pode ser um fator que contribui para que elas se tranquilizem, caso não possam contar mais com os proventos do marido. Essas mulheres sabem que há muitas possibilidades e muitas outras maneiras de serem

⁸³ Segundo Bartholo, ao analisar diversos estudos sobre a ligação entre gênero e PBF, nos diz que estes “[...] indicam que, de fato, o PBF não provoca ruptura com o padrão tradicional das relações de gênero – reforça o vínculo entre identidade feminina e cuidados com os filhos. No entanto, indicam também que as titulares expõem nuances de mudanças em suas trajetórias: na percepção que têm de si, no questionamento da sujeição a relações conjugais indesejadas, na ampliação de sua liberdade de fazer escolhas e da capacidade de participarem no mundo público (Bartholo, 2017, p.4).

⁸⁴ IBGE, 2018.

felizes para além do casamento, ainda que elas tenham vivido sob uma constante pressão para se adequarem ao modelo de vida da classe média: ter um relacionamento bem-sucedido e conformar uma família nuclear.

Viver na Rocinha não é barato, “só porque é uma favela”, muitas nos disseram. Estar na Zona Sul tem vantagens e desvantagens. Os alugueis lá são mais caros, bem como os produtos mais básicos de sobrevivência. O acesso à Rocinha é alimentado por muitas linhas de ônibus e também pelo Metrô, realidade distante para muitas outras favelas cariocas. Descendo apenas uma rua, há uma praia, fonte de lazer para muitas famílias. Porém, os problemas existem e são muitos. Conflitos que envolvem Estado, facções e milícias fazem parte de um cotidiano muito distante para quem está no “asfalto”. Tiroteios são rotineiros e também um fator que impede as crianças de irem, muitas vezes, à escola.

A insuficiência da frequência escolar é um dos principais motivos para que os benefícios sejam bloqueados, porém, no contexto da favela, esse fator foge ao controle das mães. Ficar sem o benefício por um mês já é suficiente para que elas não consigam comprar todos os alimentos das crianças, o aluguel fica em débito e os planos de comprar um novo material escolar são adiados.

Dessa forma, nós percebemos que, por mais que essas mulheres estejam a todo tempo buscando formas de garantirem uma renda maior aos seus lares, por mais que elas deem o melhor de si – e saibam que poderiam ser muito melhores do que são – elas reconhecem que o PBF é ainda muito necessário na vida de suas famílias. Mesmo que muitas se refiram a ele como uma “ajuda”, o tipo de discurso adotado nos remete que ele é visto, na verdade, como a uma garantia que deve ser constituída pelo Estado. Elas buscam, todos os dias, formas que independeriam da política assistencial para o sustento de seus lares, mas as adversidades – que aqui não podemos não as associar às desigualdades de gênero – as impedem de lograr qualquer êxito.

Assim, terminamos essa dissertação com a certeza de que o PBF, na vida das mulheres da Rocinha, alivia a situação de pobreza em sua forma elementar: não faltam alimentos às crianças; e pode contribuir, por meio da renda garantida, para a afirmação de suas independências frente aos parceiros. Entretanto, elas não vivenciam uma emancipação suficiente para que logrem uma mobilidade social. Da mesma forma, elas se sentem sobrecarregadas e mesmo impotentes diante do cumprimento das condicionalidades, as quais, muitas vezes, fogem ao seu controle. Assim, elas lutam diariamente contra uma situação paradoxal: exercer o trabalho produtivo, quando a política assistencial, tão central em suas vidas, demanda que elas fiquem em casa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGARWAL, Vijita. *Female Headed households and Feminization of Poverty*. RJSSM: Volume: 02, Number: 04, August-2012.

ANDERSON, Joel., HONNETH, Axel. “*Autonomy, Vulnerability, Recognition, and Justice*”. In: John Christman, Joel Anderson (eds), *Autonomy and the Challenges to Liberalism: New Essays*. New York: Cambridge University Press, 2009, pp. 127-149. Tradução de Nathalie Bressiani.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. *A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres*. VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

BANDEIRA, Lourdes. *A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres*. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

BARTHOLO, Letícia. *Bolsa Família e autonomia feminina: O que nos dizem os estudos qualitativos?* Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, ISSN 2358-1379, Novembro 2016.

BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. *Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?* Rio de Janeiro: IPEA, setembro de 2017.

BERTAUX, Daniel. *Les récits de vie*. Paris: Nathan, 1997, p. 11-50 (caps. 1, 2 e 3).

BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

BILAC, Elisabete Dória. *Trabalhos produtivos, trabalhos reprodutivos: as trajetórias femininas de trabalho e suas representações*. Perspectivas, São Paulo, 12/13: 143-161, 1989/90.

BILAC, Elisabete Dória. *Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões*. "Novas Metrópoles Paulistas - População, vulnerabilidade e segregação, 09/2006, ed. 1, NEPO/UNICAMP, pp. 15, pp.51-65, 2006

BILAC, Elisabete Dória. *Trabalho e família: Articulações possíveis*. *Tempo Social*, 2014, 26(1), 129-145.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia. *Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista*. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

BORN, Claudia. *Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos*. Porto Alegre: Sociologias, 2001.

BRASIL. IBGE: PNAD, 2017.

BRASIL. *Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto*. Brasília: Ipea, 2010. 2 v. (366p.)

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007 Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. *A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo*. Cadernos de Pesquisa, n° 110, p. 67-104, julho/ 2000.

CAMARGO, Camila Fracaro; CURRALERO, Claudia Regina Baddini; LICIO, Elaine Cristina; MOSTAFA, Joana. *Perfil socioeconômico dos beneficiários do programa bolsa família: o que o cadastro único revela? In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

CASTRO, Mary Garcia. *"Feminização da pobreza" em cenário neoliberal*. Resumo de texto apresentado na I Conferência Estadual da Mulher, organizada pela Coordenadoria Estadual da Mulher, Governo do Estado do Rio Grande do Sul — 1999.

CARLOTO, Cássia Maria. *A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza*. Revista Virtual Textos & Contextos, n° 4, dez. 2005.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana. *A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social*. Sociedade em Debate, Pelotas, 14(2): 153-168, jul.- dez./2008.

CASTILHO, Cleide de Fátima Viana; CARLOTO, Cássia Maria. *O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero?* Anais do I Simpósio sobre Estudos

de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

CHANT, Sylvia. *Re-thinking the ‘Feminization of Poverty’ in Relation to Aggregate Gender Indices*. Journal of Human Development Vol. 7, No. 2, July 2006.

CHIES, Paula Viviane. *Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho*. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. Stanford Law Review, Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum. Volume 1989, Issue 1

CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. *Familismo na política social brasileira e as mulheres*. Revista FSA, Teresina, v. 9, n. 2, art. 14, pp. 205221, Ago./Dez. 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. *Tempo, Trabalho e Gênero*. In: Reconfiguração das relações de gênero no trabalho/Ana Alice Costa, Eleonora Menicucci de Oliveira, Maria Ednalva Bezerra de Lima, Vera Soares. [Org.] – São Paulo: CUT Brasil, 2004.

DINIZ, D. & GUILHEM, D., 2000. *Bioética feminista: O resgate político do conceito de vulnerabilidade*. *Bioética*, 7:181-187.

ENGLAND, Paula. *The incomplete gender Revolution*. 2010.

FERREIA, Álvaro. *Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros*. Revista bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. XIV, nº 828, 25 de junio de 2009.

FONSECA, Maria do Carmo da; ESCALDA, Patrícia Maria Fonseca; SIQUEIRA, Sueli; ASSIS, Gláucia de Oliveira; THIÓ, Carme Borrell. *Divisão sexual do trabalho, rearranjos familiares e relações de gênero em comunidade rural de emigração masculina*. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú-MG – Brasil, 20 a 24 de setembro de 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995[1979].

FRASER, Nancy. *Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

GEORGES, Isabel. *Entre discriminação e reconhecimento: as trabalhadoras domésticas de São Paulo*. In: *Saídas de emergência: Ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011, 95-113.

GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi Garcia dos. *As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

GLENNY, Misha. *O Dono do Morro: Um homem e a batalha pelo Rio*. São Paulo: Companhia das Letras, Junho de 2016.

GOLDANI, Ana Maria. *As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas*. In.: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994. nº 91.

GOLDANI, Ana Maria. *Família ou Famílias? Individuação das mulheres e evolução da família como instituição*. Santa Catarina: Estudos Feministas, 1994.

GONDIM, Linda M. P. *Resenha de A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. CADERNO CRH, Salvador, v. 18, n. 45, p. 485-488, Set./Dez. 2005.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado*. *Cadernos Pagu* (46), janeiro-abril de 2016.

HEILBORN, Maria Luiza. *Amor, conjugalidade e família: traição e violência tem vez? In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. *Autonomia, Vulnerabilidade, Reconhecimento e Justiça*. New York: Cambridge University Press, 2009, pp. 127-149.

IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.: il.

IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília: Ipea, 2015 (site).

JENSON, Jane. *Políticas Públicas e Investimento Social: quais as consequências para a cidadania social das mulheres?* Estud. sociol., Araraquara, v.17, n.32, p.87-106, 2012

JINKINGS, Ivana (org). *A verdade vence: o povo sabe por que me condenam*. Boitempo, 2018.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. *Atividade e Vulnerabilidade: Quais os Arranjos Familiares em Risco?* DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 1, 2006, pp. 67 a 97.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. *Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas*. Rio de Janeiro: Parcerias estratégicas – número 22 – junho 2006.

LAVINAS, Lena; COBO, Barbara; VEIGA, Alinne. *Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero*. *Revista Latinoamericana de Población*. Año 6 Número 10 Enero/ Junio 2012.

LAVINAS, Lena (coord.); COBO, Barbara; VEIGA, Alinne; WALTERBERG, Fabio; MÉNDEZ, Yasmin Salazar. *Percepções sobre desigualdade e pobreza: O que pensam os brasileiros da política social?* Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2014.

LIMA, Moreira; HIRATA, Helena; NOGUEIRA, Claudia Mazzei; GOMES, Vera Lúcia Batista. *Trabalho, gênero e a questão do desenvolvimento*. III jornada internacional de políticas públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

MARINHO, Paloma Abelin Saldanha; GONÇALVES, Hebe Signorini. *Práticas de empoderamento feminino na América Latina*. *Revista de Estudios Sociales* 56, Abril de 2016.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. *Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: Editora FG, 2016.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. *Os afazeres domésticos contam*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007.

MELO, Hildete Pereira de. *De Criadas a Trabalhadoras*. Rio de Janeiro: IPEA, junho de 1998.

MENDES, Mary Alves. *Mulheres chefes de família em áreas ZEIS: Gênero, Poder e Trabalho*. (Tese de Doutorado). Recife: UFPE, 2005.

MENDES, Mary Alves. *Gênero e poder no âmbito da chefia feminina: uma proposta teórica de análise*. VEREDAS FAVIP - Revista Eletrônica de Ciências - v. 1, n. 1 - janeiro a junho de 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Maria Silva; CARLOTO, Cássia Maria. *Familismo, direitos e cidadania: contradições na política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

MOGHADAM, Valentine M. *The 'Feminization of Poverty' and women's human rights*. Unesco, July 2005.

MONTALI, Lilia. *Trabalho e Família sob a Reestruturação Produtiva*. Caxambu: ABEP- Associação Brasileira de Estudos Populacionais, X Encontro, 1998.

MONTALI, Lilia. *Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego*. São Paulo em perspectiva, 17(2): 123-135, 2003.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. *O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico*. AMPUH-RIO, Rio de Janeiro, 2014.

MOREIRA, Nathalia Carvalho; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; Afonso Augusto LIMA, Teixeira de Freitas Carvalho; CKAGNAZAROFF Ivan Beck. *Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social*. Rap — Rio de Janeiro 46(2):403-23, mar./abr. 2012.

MOSER, Liliane; MULINARI, Bruna Aparecida Pavoski Mulinari. *Proteção social e família: o caráter familista da política social no Brasil*. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *As relações sociais gênero no trabalho e na reprodução*. Aurora ano IV número 6 – AGOSTO DE 2010.

NOGUEIRA, Maria Julia Reis; JACINO, Hakon. *A mulher negra e as desigualdades no mundo do trabalho*. VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. *Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres*. IBGE, 1999.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; BELCHIOR, João Raposo: *Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil*. VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

NUNES, Nilza Rogéria. *Mulher de favela: o poder feminino em territórios populares*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

OKIN, Susan Moller. *Gênero, o público e o privado*. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 16(2): 305-332, maio-agosto/2008.

OPPEN, Florence. *O feminismo radical e o surgimento das teorias do patriarcado – Um ponto de vista marxista*. Sem data.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PACHECO, Ana Lucia Paes de Barros. *Mulheres pobres e chefes de família*. Rio de Janeiro, 2005 (Tese de Doutorado).

RAGO, Margareth. *A Aventura do contar-se*. *Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora Unicamp, 2013, p. 23-59.

RAMOS, Daniela Peixoto. *Pesquisas De Usos Do Tempo: Um Instrumento Para Aferir As Desigualdades De Gênero*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família*. Editora Unesp, São Paulo, 2014.

REZENDE, Daniela Leandro. *Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda*. Pelotas [17]: 07 – 27, julho-dezembro 2015.

ROCHA, Sônia. *Transferências de renda: o fim da pobreza?* Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na sociedade classes: Mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Giselle Maria Nanes Correia dos. *Gênero, Desenvolvimento e Programa Bolsa Família: Direitos Reprodutivos, Trabalho e Projetos de Vida de Mulheres do Coque (Recife/PE)* (Tese de Doutorado). Recife: UFPE, 2014.

SANTOS, Yumi Garcia dos. *As mulheres como pilar da construção dos programas sociais*. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 479-494, Set./Dez. 2014.

SANTOS, Yumi Garcia dos. *Mulheres chefes de família entre autonomia e independência: um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão*. São Paulo: USP, 2008 (Tese de Doutorado).

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, julho/dez de 1995.

SCOTT, Parry. *Família, Gênero e Poder no Brasil do século XX*. BIB, São Paulo, nº58, 2004.

SILVA, Nilza Iraci. *As mulheres negras e as formas de indicadores sensíveis*. VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

SORJ, Bila. *Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil*. Cadernos de pesquisa v.43 n.149 p.478-491 maio/ago. 2013.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. *Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

SORJ, Bila. *Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais?* In: *Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.)*. Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

TELLES, Vera da Silva. *Favela, favelas: interrogando mitos, dogmas e representações*. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 21 nº. 62, 2005.

TIZZIANI, Ania. *Género y trabajo. Perspectivas sobre un programa de empleo*. In: Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, V.44, No. 152. Abril/Junho 2014, p. 270-289.

VALLADARES, Licia Do Prado. *A gênese da favela carioca: A produção anterior às Ciências Sociais*. RBCS Vol. 15 no 44 outubro/2000.

VALLADARES, Licia Do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Edição: 1 (6 de julho de 2016).

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.

XAVIER, Lúcia; WERNECK, Jurema. *Mulheres e trabalho: o que mudou para as mulheres negras no mercado de trabalho?* VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. *Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso do bolsa Família do governo Lula no Brasil*. In: Sur – revista internacional de direitos humanos, São Paulo, Ano 3, n. 4, 2006, p. 144-159.

Websites da Internet

Alma Carioca. Disponível em: <https://www.almacarioca.com.br/hist06.htm>. Acesso em 11/01/2018.

BRASIL. *Agências de Notícias do IBGE*. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>. Último acesso em 13/11/2018.

BRASIL. Cidadania e Justiça. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/trabalho-domestico-e-a-ocupacao-de-5-9-milhoes-de-brasileiras>. Acesso em 11/01/2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. <<https://www.mds.gov.br>>. Acesso em Junho de 2018.

Diário do Rio. Disponível em: <<https://diariodorio.com/historia-da-rocinha/>> Último acesso em 20 de dezembro de 2018.

Economia UOL. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/12/19/o-que-e-o-sistema-s-de-sesc-e-sesi-e-por-que-seu-repasse-causa-polemica.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 06/01/2018.

IBGE – PNAD CONTÍNUA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho.html>>. Acesso em 10/01/2018.

Life in Rocinha. Disponível em: <http://lifeinrocinha.blogspot.com/2016/05/>. Acesso em 11/01/2019.

O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/a-historia-da-favela-da-rocinha-em-sao-conrado-3222591>> Último acesso em 20 de dezembro de 2018.

ONU Mulheres. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en>. Último acesso em 09/01/2018.

Página Cinco. Disponível em:

<https://paginacinco.blogosfera.uol.com.br/2017/09/27/historia-da-rocinha-e-papel-do-estado-mostram-que-e-ingenuo-ter-esperanca/>> Último acesso em 20 de dezembro de 2018.

Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/12/maior-favela-do-pais-rocinha-discorda-de-dados-de-populacao-do-ibge.html>> Último acesso em 20 de dezembro de 2018.

Portal Rocinha. Disponível em: <http://www.rocinha.org/blog/?p=2304>> Último acesso em 20 de dezembro de 2018.

Programa Bolsa Família. Disponível em: <https://www.programabolsadafamilia.com.br/cras-rinaldo-de-lamare-rio-de-janeiro-rj/>. Acesso em 06/01/2019.

Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/na-trajetoria-da-rocinha-uma-historia-carioca/>> Último acesso em 20 de dezembro de 2018.

Memória Rocinha. Disponível em: <http://memoriarocinha.com.br/linha-do-tempo/>> Último acesso em 20 de dezembro de 2018.

Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rinaldo_Victor_De_Lamare.> Acesso em 06/01/2019.

ANEXOS

Roteiro de perguntas objetivas da primeira parte da entrevista:

1. Dados Básicos

- Qual a sua idade?
- Qual a sua raça? (autodeclaração)
- Qual seu Estado Civil? – inclui uniões conjugais ditas “Informais”, como a coabitação
- Qual a sua naturalidade?
- Qual a sua religião?

2. Dados Escolares

- Você cursou até qual grau de ensino? – fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto, superior completo, pós-graduação.

3. Dados profissionais

- Está trabalhando no momento?
- Qual(is) a(s) sua(s) principal (is) ocupação(ões)?
- Qual a sua renda mensal, além do benefício do PBF?

4. Dados familiares

- Há quantas pessoas na composição de sua família?
- Você se considera chefe de sua família? Você é vista como a chefe de sua família?
- Quando começou a namorar pela primeira vez?
- Qual era a sua idade quando teve o seu primeiro filho?
- Quantos filhos você possui?
- Quantas uniões conjugais você já possuiu?
- Qual o grau de escolaridade da sua mãe? E do seu pai?
- Qual a profissão da sua mãe? E do seu pai?

5. Dados domiciliares

- A sua casa é própria? □ Quantos cômodos há?
- Há energia elétrica, água encanada e rede de esgoto?
- Há eletrodomésticos tais como geladeira, fogão, micro-ondas, aparelho televisor, computador?
- Quantas pessoas vivem com você?